

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LETÍCIA MACHADO

As dinâmicas da prática da agricultura urbana no extremo leste do município de São Paulo: Um estudo de caso sobre a região de São Mateus

SÃO PAULO

2017

LETICIA MACHADO

As dinâmicas da prática da agricultura urbana no extremo leste do município de São Paulo: Um estudo de caso sobre a região de São Mateus

Trabalho de Graduação Individual entregue como requisito para conclusão do Bacharelado em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria de Marcos

SÃO PAULO

2017

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é o fim de um ciclo exaustivo, cheio de altos e baixos, que tomou rumo nesse semestre quando decidi mudar de tema de pesquisa e migrei para o tema da agricultura urbana. Foi uma longa jornada, que só se concretizou graças à ajuda e apoio de várias pessoas.

Entre elas agradeço primeiramente a minha família, principalmente aos meus pais, por todo suporte e amor incondicional, por terem paciência de esperar o meu tempo, sem pressões para eu concluir o curso rapidamente. As amigas amadas Pamella, Maria Clara e Walkiria

Agradeço às pessoas que conheci durante a jornada, que foi estudar a agricultura urbana na cidade de São Paulo, entre elas, Hans Dieter - da ONG Cidade Sem Fome -, que me possibilitou o primeiro contato com os agricultores, ao pessoal da AAZL por terem permitido que eu participasse das reuniões e por terem cedido seu tempo para que eu realizasse as entrevistas, entre eles meu agradecimento mais que especial ao Rafael, que disponibilizou seu tempo e amizade me explicando o dia a dia do agricultor urbano.

Aos amigos maravilhosos que a geografia me deu, tantos aqueles da minha época de PUC, com carinho especial à Luísa e Vinícius, como aos que fiz durante meus anos de USP e que foram a causa desses anos todos passarem tão rapidamente.

Entre os amigos “uspianos” um agradecimento ao Renato, por ter sido minha dupla em quase todos os trabalhos acadêmicos, por ter aturado minhas crises com a geografia e com a vida e ter se tornando uma daquelas amizades que a gente leva pra vida.

A Aninha, por ter me autorizado a utilizar o Laboplan, que se transformou na minha “casa” na USP, as pessoas queridas que conheci no Laboplan e que aturaram meus resmungos e lamentações durante a escrita do trabalho e me ajudaram quando comecei a me dedicar a leituras das obras do professor Milton Santos.

Aos queridos Vitinho, Greta, Jun e Michele, por de alguma forma terem me ajudado na construção física desse trabalho. A orientadora, pela sua leitura crítica, que me fez mudar substancialmente grande parte do trabalho.

Ao professor Wagner da Costa Ribeiro, por ter aceito participar da banca e ter me indicado uma bibliografia que foi fundamental para elaboração da primeira parte do trabalho. A dra. Marina Montenegro, por ter influenciado consideravelmente essa pesquisa, através da sua produção acadêmica, e por aceitar participar da banca.

RESUMO

MACHADO, L.

São Paulo é na atualidade a maior metrópole do Brasil, um local que abriga os mais diversos serviços e atividades produtivas, entre eles a prática da agricultura urbana. A prática da agricultura urbana surge em várias regiões da cidade, o foco desse trabalho foi compreender a A.U existente no extremo leste do município. Para se compreender a agricultura urbana em todo o seu dinamismo é necessário entender o urbano onde a prática está inserida, por esse motivo a pesquisa foi dividida em duas partes principais, primeiramente a relação da atividade produtiva com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável –ODS-, levando em consideração que tal vínculo agrega mais importância a prática, e a segunda parte foi compreender qual a relação da prática com o urbano, para isso foram selecionadas como base teórica as obras de Milton Santos, mais precisamente o livro “Espaço Dividido” obra que expõe a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, e as obras Luc Mougeot, geógrafo canadense que analisa a agricultura urbana sob a ótica do que ele determina como “ecossistema urbano”.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Circuito inferior, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

MACHADO, L.

São Paulo is the largest metropolis in Brazil, a place that encompasses more diverse services and productive activities, among them the practice of urban agriculture. The practice of urban agriculture appears in several regions of the city, the focus of this work is the A.U existing in the extreme east of the municipality. To understand urban agriculture in all its dynamism is necessary to understand the urban where the practice is inserted, for this reason the research was divided into two main parts, first the relationship of productive activity with the Sustainable Development Objectives (SDS), taking into consideration, added a further importance to the practice, and the second part was the the best form of a relation of practice with the urban, for this were selected as theoretical basis as works of Milton Santos, more precisely the book "Divided Space" work that exposes a Theory of Urban Economy Circuits, and as works Luc Mougeot, geographer which analyzes urban agriculture under the view of what it defines as an "urban ecosystem".

Key Words: Urban Agriculture, Sustentable Development, Lower Circuit

LISTA DE FIGURAS

Relação dos fatores de expansão para Zona Leste	78
Horta em São Mateus com torres de alta tensão	90
Resíduo em processo de compostagem	96
Produção pronta para a colheita	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico do IPVS – Subprefeitura de São Mateus	81
Gráfico de Renda Per capita – Subprefeitura de São Mateus	82
Domicílios com acesso a rede de esgoto na Subprefeitura de São Mateus	83
Tipo de destinação de lixo – Subprefeitura de São Mateus	83
Tipos de Moradia – Subprefeitura de São Mateus	84
Taxas de crescimento populacional – Subprefeitura de São Mateus	85

LISTA DE MAPAS

Mapa do município de SP- divisão territorial por Zonas	59
Mapa IPVS do Município de São Paulo	63
Mapa IPVS – destaque para região de São Mateus	81
Mapa dos distritos com linhas de alta tensão no município de Sp- Ênfase para área de São Mateus	88
Hortas na zona leste de Sp -Ênfase para a região de São Mateus	91
Mapas das áreas verdes do município de Sp- Ênfase para a região de São Mateus	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Componentes e Objetivos de Cada um dos Cinco Pilares do Ecodesenvolvimento	19
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.U.	----->>	Agricultura Urbana
CADES	----->>	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	----->>	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COHAB	----->>	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COSAN	----->>	Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CONFEMA	----->>	Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
COMUNSAN -SP	----->>	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo
EMBRAPA	----->>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	----->>	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEMA	----->>	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
IDRC	----->>	Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento
IPEA	----->>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVS	----->>	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
MDSA	----->>	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ODM	----->>	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	----->>	Objetivos do Desenvolvimento Social
ONU	----->>	Organização das Nações Unidas
PDE	----->>	Plano Diretor Estratégico
POT	----->>	Programa Operação Trabalho
PROAURP	----->>	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
RUAF	----->>	Centro de Recursos para a Agricultura Urbana e Silvicultura Urbana
SAN	----->>	Segurança Alimentar e Nutricional
SVMA	----->>	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ESCASSEZ E ACESSIBILIDADE	10
1.1 Contexto histórico social	14
1.2 Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável.	16
1.3 Relatório Brundtland e o Desenvolvimento Sustentável	20
1.4 A agenda para o desenvolvimento sustentável e as Cidades Sustentáveis	26
1 Agricultura Urbana	30
2.1 O que é agricultura urbana?	31
2.2 A agricultura urbana, desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.	39
2.3 Ressalvas e Considerações sobre a Agricultura Urbana	46
2.4 As diferentes expressões da agricultura urbana: o caso de Cuba	49
2 Cidades Globais, Cidades Sustentáveis	51
3.1 A cidade São Paulo no contexto da globalização	55
3.2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em São Paulo	61
3.3 Agricultura Urbana na Cidade de São Paulo	65
3.3.1 Plano diretor e as leis de incentivo a Agricultura Urbana	65
3.3.2. As diferentes expressões da prática da Agricultura Urbana na cidade de São Paulo	68
3 A agricultura Urbana no extremo Leste de São Paulo	71
4.1 A expansão urbana para a zona leste e o distrito de São Mateus	72
4.2 A prática da agricultura urbana no Distrito de São Mateus	82
4.2.1 A agricultura urbana e o circuito inferior	86
4.2.2 A Agricultura Urbana o debate sobre Desenvolvimento Sustentável e o papel das Ongs.	92
4 Considerações Finais	101
5 Bibliografia	103

INTRODUÇÃO

O objetivo central da pesquisa foi entender se a agricultura urbana praticada na Zona Leste de São Paulo, mais especificamente, no distrito de São Mateus, se encaixava nos preceitos da ONU sobre desenvolvimento sustentável das cidades. Fez-se então uma seleção bibliográfica de livros e textos que abordavam o assunto para assim entender a origem do conceito de Desenvolvimento Sustentável, fazendo um resgate conceitual, para que fosse possível compreender as fragilidades existentes entre teoria e prática.

Em um segundo momento, buscou-se leituras que ajudassem a compreender o que é Agricultura Urbana, houve então um primeiro contato com a obra produzida por Luc Mougeot, que acabou por influenciar toda a estrutura do projeto. Mougeot tem como base central da sua compreensão de agricultura urbana o que ele denomina de “ecossistema urbano”. Para o geógrafo só é possível compreender a prática da *agricultura urbana* se entendermos o urbano em que ela está inserida. E compreender o urbano é entender todos processos que ocorrem no mesmo como os de territorialização, circulação, produção, consumo e escala.

Nessa fase da pesquisa realizou-se o trabalho de campo, e foi estabelecido o primeiro contato com as hortas e com os agricultores. Concluiu-se então que as indagações feitas até aquele momento não explicavam a realidade analisada, sendo necessário buscar uma teoria que ajudasse a compreender o que estava sendo exposto em campo. Atualmente existe uma gama cada vez maior de pessoas se dedicando à agricultura urbana no Distrito de São Mateus, de aposentados a jovens que vêm na prática uma forma de obter renda e ao mesmo tempo melhorar a cidade onde residem. Contudo mais de 90% dos entrevistados – direta e indiretamente – praticam a agricultura para obter renda, seja para completar a renda familiar que é baixa, seja como única fonte de renda desse indivíduo.

Observou-se em campo ações que vão desde a perspectiva ambiental, como a transição para a produção agroecológica, como também ações para aumentar os pontos de vendas – feiras- dinamizando à venda dos produtos, para assim aumentar a renda adquirida com a venda dos produtos cultivados

Assim foi possível concluir que era preciso mudar o foco da análise, escolhendo duas novas variáveis, que possuíam maior articulação com a realidade, sendo elas: a produção(e

também no produtor) e na circulação, entendendo então que teoria dos circuitos da economia urbana do professor Milton Santos era a teoria que mais esclareceria a dinâmica da agricultura urbana realizada no distrito de São Mateus.

Destaco que foi um desafio para mim, pois, até aquele momento, não havia trabalhado a fundo com a obra do professor Milton Santos, a não ser leituras pontuais para algumas disciplinas da graduação.

Levando em consideração as elucidações do professor Luc Mougeot, a princípio buscou-se entender a cidade de São Paulo, uma metrópole global, inserida profundamente nas dinâmicas do Capital Internacional, usando como base para se entender tal fenômeno a leitura das obras “Metrópole Corporativa Fragmentada” e “Por uma Economia Política da Cidade”. Essa fase foi importante, pois auxiliou na compreensão de como a cidade se organiza, aspecto fundamental para compreender a estruturação social que vigora no município de São Paulo.

Por fim, articulou-se, as informações obtidas, os trabalhos de campo e as leituras para analisar a agricultura no distrito de São Mateus.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ESCASSEZ E ACESSIBILIDADE

Segundo Food for the Cities - ramificação da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) -, a agricultura urbana nos últimos anos consolidou o seu espaço nos debates sobre segurança alimentar e desenvolvimento sustentável das cidades. Ademais, grande parte da população mundial vive nas áreas urbanas. E, em 2008, pela primeira vez no mundo, a população urbana superou a população rural.

A ONU (Organização das Nações Unidas), através de pesquisas, comprovou que esse processo de urbanização mundial está diretamente relacionado ao aumento da subnutrição e à insegurança alimentar. E ainda que ambas ocorram em áreas urbanas e rurais, a subnutrição é maior nas áreas densamente povoadas e urbanizadas, pois a população, normalmente, adquire alimentos através da compra, e o poder de compra, o tipo e a qualidade do alimento, varia conforme a renda familiar, o preço e a disponibilidade de alimentos nas regiões onde moram.

A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) estima que mais de 1 bilhão de pessoas sofram com a fome crônica¹ no mundo, dentre essas a parcela mais vulnerável é composta por mulheres e crianças que habitam as áreas urbanas (FAO, 2010).

Levando esses aspectos em consideração, a agricultura urbana se tornou um elemento chave na busca para a segurança alimentar das cidades e para a construção de cidades sustentáveis. A FAO afirma que as metas dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) não serão atingidas sem o auxílio da agricultura urbana.

Desde 1999, a ONU incentiva a expansão da agricultura urbana, pois ela é uma importante ferramenta para auxiliar no combate à fome e a subnutrição. Tornando-se, assim, uma prática de resiliência das sociedades urbanas.

Na era da escassez e da má distribuição dos recursos naturais, a agricultura urbana adquiriu uma importância estratégica. A escassez é um fundamento da economia que explica não só a falta de recursos para a produção de mercadorias, mas também como isso afeta o meio ambiente e a sociedade. Chegamos a um ponto em que o progresso técnico, a substituição de recursos escassos por outros e o aproveitamento dos espaços saturados não é

¹ Fome Crônica é o nome dado quando uma população sofre com a carência constante de alimentos, não ingerindo o mínimo necessário para o funcionamento normal do organismo. Atinge comunidades e indivíduos pobres, ocasionando em subnutrição e desnutrição. Esse processo é associado à insegurança alimentar.(MONTEIRO,2003).

mais suficiente para o crescimento econômico do sistema capitalista, e a escassez se tornou global. De acordo com Leff (2001): “A escassez, fundamento da teoria e prática econômica converteu-se numa escassez global. Esta já não é resolúvel mediante o progresso técnico, a substituição de recursos escassos por outros mais abundantes, ou pelo aproveitamento de espaços não saturados [...]”(p.16)

O autor também cita, em seu livro “*Saber Ambiental*”, que a crise ambiental, que gerou o desenvolvimento sustentável, é uma crise de civilização, ocasionada pelo modo de produção capitalista. E essa crise, considerando o processo de escassez, exigiu a busca por soluções viáveis e que não impactassem negativamente no processo produtivo de mercadorias.

São as próprias condições da reprodução do Capital neste momento que requerem um equilíbrio ecológico, a reciclagem dos recursos não renováveis e a reprodução dos recursos renováveis. *Dai surge a necessidade de conservar a produtividade primária de seus ecossistemas; de valorizar a biodiversidade e os serviços ecológicos do planeta, assim como de diversificar os estilos tecnológicos, de respeitar as práticas tradicionais dos povos.* (LEFF, 2001, p. 260, grifo nosso)

Leff (2001) ainda ressalta que devido à escassez, foi necessário buscar formas alternativas de produção e de apropriação da natureza. Para o pesquisador, “O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.”(p.15)

Compreende-se, entretanto, que esta é uma das formas de leitura do que é escassez, uma vez que existem diferentes abordagens sobre o que seria escassez. Já para o geógrafo e pensador Milton Santos: a escassez é uma carência criada pelo mercado, ela é infinita e se renova de tempos em tempos, através da criação de novas necessidades (produtos, serviços ou relações) que são produzidas pelas técnicas.

Santos (2000) expõem que a base primeira para a produção da escassez é a não acessibilidade a essas novas necessidades (produção, consumo, circulação), pois elas ocorrem de forma excludente, sendo a base do que ele compreende como racionalidade hegemônica²

² “[...].Na medida em que as técnicas hegemônicas, fundamentadas na ciência e obediente aos imperativos do mercado, são hoje extremamente dotadas de intencionalidades, há igualmente tendência à *hegemonia de uma produção racional* de coisas e de necessidades; e desse modo uma produção excludente de outras produções, com a multiplicação de objetos técnicos estritamente programados[...]”(SANTOS,2000,p.128). De maneira concisa podemos compreender a racionalidade hegemônica como processo de criação constante de necessidades, que só serão resolvidas através do consumo, que nunca é saciado, surgindo assim um ciclo viciante que é naturalizado pela sociedade capitalista. Para maior compreensão sobre o termo ler: Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.

(p.128). A escassez é compreendida como uma problemática contemporânea, sendo que a sensação de sua existência é produzida ilimitadamente. “Como o processo de criação de necessidade é infinita, impõe-se uma readaptação permanente. Cria-se um círculo vicioso com a rotina da falta da satisfação. [...]” (p.129).

Para o geógrafo Milton Santos³, a problemática não está na falta de recursos para a produção das necessidades de desejo, mas sim, na distribuição e acessibilidade dos mesmos. Existem técnicas que nesse caso podem ser utilizadas para elaboração da escassez, pois são elas que possibilitam essa constante produção de novas necessidades, criando assim lacunas que só serão preenchidas pelo consumo.

Apesar das divergências em alguns pontos da análise Leff (2001) e Sachs (2007), apresentam uma visão dual sobre a técnica e a tecnologia. Ao mesmo tempo que criticam a técnica pois ela é uma ferramenta do Capital os autores expõem que ela também pode se tornar uma ferramenta de auxílio para criação de uma sociedade mais igualitária.

Leff (2001) diferencia a construção da compreensão da questão ambiental em duas vertentes: a racionalidade econômica, na qual a natureza é um simples artefato para produção de mercadorias, e a racionalidade ambiental, na qual a natureza está no primeiro plano de análise; a racionalidade ambiental ocorre através da negação da racionalidade capitalista.

A constituição de uma racionalidade ambiental e a transição para um futuro sustentável exigem mudanças sociais[...]. É um processo político que mobiliza a transformação de ideologias teóricas, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas e valores culturais de uma sociedade; que se insere na rede de interesses de classes, grupos e indivíduos que mobilizam as mudanças históricas, transformando os princípios que regem a organização social. Portanto, a racionalidade ambiental não é a extensão da lógica de mercado à capitalização da natureza, mas a resultante de um conjunto de significações[...] (LEFF,2001,p.143)

Essa é a principal crítica que Leff (2001) faz ao conceito de desenvolvimento sustentável; para o pesquisador, o conceito está inserido na lógica da racionalidade econômica que, segundo ele, “[...] desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para contratá-lo [...]” (p.23).

³ Santos (2000) destaca a importância da questão política no debate sobre os usos que se dão para as técnicas, são os agentes dotados de poder que acabam por dar finalidades as técnicas existentes. “De um lado, trata-se de uma escolha relacionada com o poder dos agentes e, de outro, da legitimação dessa escolha, por meio da justificação de um modelo de civilização. É nesse sentido que estamos afirmando tratar-se mais de um dado político que, propriamente, da técnica, já que esta poderia ser usada diferentemente em função dos conjuntos de escolhas sociais” (p. 122)

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento é visto como uma releitura simplista de ecodesenvolvimento e que não consegue fazer a crítica ao modo capitalista de produção.

Entre os preceitos norteadores da questão da técnica e do meio ambiente, para a agricultura, está a revolução verde. Sachs (2007) expõe que “A ‘revolução verde’, pelo menos em sua fase inicial, inspirou-se numa filosofia de desenvolvimento universalista e difusionista, que atribui demasiado crédito às virtudes de transferência de tecnologias e à generalização de certas variedades milagrosas[...]” (p.65)

A revolução verde é analisada, então, como uma expressão contraditória, em que o aumento da produtividade dos alimentos trouxe uma série de mazelas ambientais e sociais, causando um impacto negativo.

A partir do início da revolução verde, um dos principais argumentos para a disseminação desse modelo de produção (gestados nos Estados Unidos e na Europa) para os países em desenvolvimento foi a promessa de que ele acabaria com a fome no mundo. Isso, evidentemente, não ocorreu, entre outras razões, porque o impacto da modernização agrícola e da revolução verde foi *extremamente desigual em todo o mundo, e apenas segmentos sociais e econômicos muito específicos se beneficiaram dos avanços tecnológicos e dos aumentos de rendimento e de produtividade ocasionados pela substituição dos sistemas agrícolas tradicionais pelos sistemas modernos*. O novo modelo agrícola e suas mudanças tecnológicas beneficiaram especialmente as grandes propriedades rurais monocultoras voltadas para a exportação de cultivos comerciais. (SANTILLI, 2003, p. 44, grifo nosso).

Fazendo uma análise histórica do avanço da técnica sobre a agricultura, Mazoyer e Roudart (2008) dividem a revolução agrícola dos tempos modernos em três períodos: o primeiro, está associado ao processo de mecanização da agricultura; o segundo, ao processo de expansão dos aditivos químicos pós-segunda guerra mundial; e o terceiro, seria a “revolução biotecnológica”, responsável pelo surgimento dos transgênicos.

No final de 1950 e início de 1960, o pacote tecnológico para agricultura (mecanização mais biotecnologia), se espalhou pelo planeta Terra, apoiado pelo slogan do fim da fome no mundo.

Contudo, esse processo todo resultou na concentração de terras, diminuição da agrobiodiversidade, aumento dos preços dos produtos e diminuição das áreas destinadas ao policultivo. A consequência disso foi o aumento da insegurança alimentar, tanto no campo como na cidade. O caso é que a população urbana acaba sofrendo mais impacto com essas ações, pois normalmente possuem uma alimentação menos nutritiva, o que gera problema de subnutrição.

Os impactos socioambientais do modo de produção agrícola gerado pela revolução verde se tornaram cada vez mais evidentes: *contaminação dos alimentos*, intoxicação humana e animal, surgimentos de pragas mais resistentes aos agrotóxicos, *contaminação das águas e dos solos*, erosão e salinização dos solos, desertificação, devastação das florestas, marginalização socioeconômica dos pequenos agricultores, *perda da autossuficiência alimentar, êxodo rural e migração para cidades*, desemprego e etc.(SANTILLI, 2003, p. 45, *grifo nosso*)

O processo de avanço das tecnologias sobre o campo acabou por causar uma série de impactos negativos na configuração e organização desses espaços, a crítica geral feita tanto por Santilli como por Mazoyer e Roudart, e que muito se assemelha ao discurso realizado por Leff e Milton Santos, é que o fator fundante das carências está na não acessibilidade ao que se é produzido. No caso da fome seria o alimento.

A partir dessas premissas sobre escassez, acessibilidade e distribuição que permeiam o debate sobre o que é desenvolvimento sustentável, tentaremos compreender a origem do conceito e sua importância histórica e atual; para então entender o vínculo entre desenvolvimento sustentável e agricultura urbana.

1.1 Contexto histórico social

A crise ambiental se tornou evidente na década de 1960, na qual a crítica à irracionalidade ecológica, baseada no excesso de produção e consumo de mercadorias, ganhou força, condenando, assim, o crescimento puramente econômico. “É a partir deste momento que se insere no debate político e teórico a problemática ambiental, num processo de ‘internalizar’ as externalidades socioambientais [...]” (LEFF,2001,p.16).

Ribeiro (2001), destaca que foi na década de 1970, de forma lenta e gradual que a discussão sobre a questão ambiental ganhou concretude “[...] tomou corpo uma discussão que procurava aproximar algo até então muito distante: a produção econômica e a conservação ambiental [...]”, se consolidando como tema de destaque através de reuniões internacionais e relatórios. (n.p.)

Em 1971, no encontro de Founex, na Suíça, surge o primeiro conceito ambiental, que tenta rechaçar os paradigmas puramente econômicos, Ignacy Sachs reformula a ideia de Maurice Strong e elabora o conceito denominado “ecodesenvolvimento”. (RIBEIRO,2001)

O debate que se iniciou na década de 1960 só ganhou popularidade com a crise econômica da década 1980, chamada de “década perdida”. Foi uma época de estagnação

econômica mundial, na qual a vertente política neoliberal ganhou forças, ocasionando uma diminuição das políticas de bem-estar social. Os países desenvolvidos fortificaram as medidas protecionistas, o que agravou ainda mais a situação econômica e social dos países periféricos.

Ademais, de acordo com Leff (2001), esses países foram sugados pela crise da dívida, o que gerou recessão e uma inflação altíssima. E a recuperação da economia era a principal preocupação desses governos, o que acabou por fortalecer o discurso neoliberal. “Neste processo foram configurados os programas neoliberais de diversos países, ao mesmo tempo que avançavam e se complexificavam os problemas ambientais do orbe. [...]” (p.18)

Leff (2001) ainda complementa que a crise acabou por dissolver o potencial crítico do conceito de ecodesenvolvimento, que foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável. “Embora muitos dos representantes de ambos os discursos concordassem, as estratégias de poder e da ordem econômica dominante foram transformando o discurso ambiental crítico, submetendo-o aos ditames da globalização econômica.” (p.18)

A crise do consumo trouxe à tona a questão do uso desigual dos recursos naturais e a questão do aumento da degradação do meio ambiente. Na década de 1980, “O consumo per capita no Norte é de três a oito vezes maior que no Sul, para produtos básicos, e 20 ou mais vezes superior para itens como produtos químicos e veículos.”. (SACHS, 1993, p.16)

Sachs (1993) afirma que na perspectiva ambiental era impossível que o Sul alcançasse os mesmos níveis de consumo que os países do Norte, algo que, seria insustentável. Esse fato gerou uma nova percepção sobre o desenvolvimento vigente, apontando para a necessidade de modificar sua essência e torná-lo menos degradante. O economista ainda ressalta que era preciso pensar numa nova forma de desenvolvimento, evitando exportar o estilo de vida das sociedades industriais do Norte para os países do Sul, ou seja, os países industriais teriam de rever seus padrões de consumo e adotar estilos de vida que pudessem ser seguidos pelos demais países do mundo. (p.17 e 18).

Ainda de acordo com o autor, neste processo de reorganização das bases do desenvolvimento, os países do Norte e do Sul apresentam necessidades distintas. Embora todos os países reconheçam a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, existe uma dissonância na concepção de como adotar o desenvolvimento sustentável. Os países do Norte são a favor da divisão dos riscos, já os do Sul não concordam com essa resolução, para eles, tal divisão soa descabida além de influenciar negativamente na economia desses países.

[...] o Norte insiste na idéia de riscos ambientais globais e na responsabilidade compartilhada de enfrentá-los. O Sul, ao contrário, prioriza a agenda de desenvolvimento, alertando para o perigo de imposições descabidas, sob o pretexto da degradação ambiental, de novas condicionalidades sobre as economias altamente endividadas e depauperadas do Sul, enquanto o Norte prossegue com seus padrões de vida ambientalmente inviáveis. (SACHS, 1991, p.17)

As políticas internacionais para a questão ambiental eram irrisórias e existia uma incompatibilidade entre os desejos dos países centrais e periféricos, situação que perdura até os dias atuais. Era fundamental que as nações compreendessem a situação para além do setor econômico imediatista, e sim a longo prazo, pois todos seriam prejudicados pela degradação ambiental.

Leff (2001), ressalta o dilema ambiental que impulsionou a criação do termo desenvolvimento sustentável está inserido dentro do sistema capitalista que modifica o sentido de um objeto para que ele se torne atrativo. Por esse motivo, o conceito foi perdendo o entendimento de resistência e ganhando uma re-significância econômica, com aportes na questão da produtividade. (p.25 e26)

Os defensores da perspectiva ambiental, que impulsionaram a criação do conceito desenvolvimento sustentável ainda tem muito que lutar, pois ela ainda é vista como uma questão de menor importância. Sachs (2007) expõem que é necessária uma compreensão social da importância da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável, o que entra em contradição com o imediatismo do consumo, impregnado nas sociedades capitalistas.

Apesar dessas ressalvas foi feito um grande esforço para que esse debate se tornasse político e ganhasse proporções para além da militância. Havia também um sentimento de esperança e inovação trazidos pela passagem século XX para o XXI. Nessa perspectiva, a ONU convidou Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega, para coordenar um grupo de pesquisadores, ativistas e políticos para elaboração de um projeto que auxiliaria na transição para uma sociedade mais igualitária. Intitulado de “Nosso Futuro Comum” mais popularmente conhecido como “Relatório Brundtland”.

1.2 Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável.

Layrargues (1997), em seu artigo “*Do Ecodesenvolvimento Ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução De Um Conceito?*”, expõe que o conceito Desenvolvimento

Sustentável é considerado por alguns ativistas uma releitura do termo Ecodesenvolvimento. O autor complementa que o termo foi elaborado pelo movimento ecologista na década de 60, inspirada nas ideias de Maurice Strong, que elaborou um método de utilização criteriosa dos recursos naturais, adaptado às áreas rurais dos países de terceiro mundo, que não causariam danos significativos à natureza. O pesquisador criou uma nova perspectiva de desenvolvimento, que levava em consideração as peculiaridades de cada local. (n.p.)

Ignacy Sachs reformula o termo e desenvolve-o conceitualmente, pautando-se em três premissas básicas: *eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica*. Para que o ecodesenvolvimento desse certo era necessário dar maior atenção para a relação do homem com a natureza, analisar como ele se relacionava com a natureza para resolver seus problemas do cotidiano.

Neste processo de reconstrução são elaboradas as estratégias do ecodesenvolvimento, postulando a necessidade de fundar novos modos de produção e estilos de *vida na condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como na diversidade étnica e na autoconfiança das populações para a gestão participativa dos recursos* (LEFF,2001, p.17, grifo nosso).

Conforme Montibeller Filho (1993), o Ecodesenvolvimento dá ênfase na relação de solidariedade sincrônica com a geração atual. Seu foco está nas necessidades fundamentais da população e não na lógica da produção de mercadorias. Assim poderia ser considerado um projeto de civilização, já que “[...] evoca: um novo estilo de vida; conjunto de valores próprios; conjunto de objetivos escolhidos socialmente; e visão do futuro” (SACHS apud MONTIBELLER FILHO, 1993, p.133).

Tendo a ideia de civilização como preceito norteador para desenvolvimento da sociedade, Sachs cria as cinco dimensões de sustentabilidade do Ecodesenvolvimento, que seriam: Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Ecológica, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Espacial ou Geográfica e Sustentabilidade Cultural (TABELA 1). Sachs então propôs que o ecodesenvolvimento só seria atingido através do processo holístico de análise, ou seja, para ele, não é possível proteger o meio ambiente se os demais quesitos que constituem a sociedade estão em desequilíbrio.

Tabela 1 - Componentes e Objetivos de Cada um dos Cinco Pilares do Ecodesenvolvimento

DIMENSÃO	COMPONENTES PRINCIPAIS	OBJETIVO
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam renda individual adequada e melhor condição de vida e a melhor qualificação profissional. - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (estes últimos com especial destaque para o cooperativismo). - Manejo eficiente dos recursos. - Absorção pela empresa dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RIQUEZA SOCIAL, SEM DEPENDÊNCIA EXTERNA
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso de recursos não renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	QUALIDADE DO MAIO AMBIENTE E PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS PARA PRÓXIMAS GERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL ou GEOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Descentralização espacial (de atividade, de população). - Desconcentração - democratização local e regional do poder. - Relação cidade-campo equilibrada (benefícios centrípetos). 	EVITAR EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL REGRESSIVO

Fonte: MONTIBELLER FILHO, 1993

Formula-se uma crítica a questão do economicismo, ao excesso de valorização da questão econômica. “Surge, então, a proposição de uma visão holística. Encarar o conjunto dos aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais [...] E numa abordagem sistêmica, analisar como as várias dimensões se interpenetram e interdependem. ” (MONTIBELLER FILHO, 1993, p.135).

Para alguns pesquisadores, o termo Desenvolvimento Sustentável é uma evolução de Ecodesenvolvimento, pois era necessário elaborar um conceito mais economicista que não desse ênfase na contradição entre a preservação da natureza e crescimento econômico. Por outro lado, Layrargues (1997) afirma que é um equívoco acreditar que o conceito de Desenvolvimento Sustentável seja uma releitura do conceito Ecodesenvolvimento. Apesar das similaridades como aquele, tais quais, a preocupação com as gerações futuras e a questão da não subordinação da questão ambiental a questões econômicas, o Ecodesenvolvimento avança na crítica ao processo de produção de mercadorias e ao consumo excessivo. (n.p.)

Para Leff (2001), apesar do Relatório Brundtland reconhecer as disparidades entre as nações, fortificadas por causa da crise da dívida, ele não propõe nenhuma inovação ou

mudança estrutural, permanecendo circunscrito na perspectiva econômica. Meramente criou uma política de consenso capaz de encobrir as diferentes visões e interesses dos países, povos e classes sociais. Desenvolvimento Sustentável é um conceito unificador, que vende um slogan politicamente correto. Ninguém é contrário a um desenvolvimento menos “destruidor”. (p.19-21)

Leff ainda afirma que a sustentabilidade ecológica surge através da análise crítica do processo civilizatório que se enxergava externo à natureza. Ela surge como um critério normativo de reconstrução da ordem econômica, questionando as bases da produção, ou seja, excesso de exploração da natureza para a produção de mercadorias.

O relatório Brundtland não critica o sistema econômico, isto é, as mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento sustentável não seriam estruturais. Para os relatores, a criação de novas tecnologias e a descoberta de recursos naturais seriam suficientes para diminuir consideravelmente a degradação ambiental. “Conceito de Sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção”. (LEFF, 2001, p.15).

Layrargues (1997) aponta outras lacunas encontradas no Relatório. Uma delas é como ele expõe a pobreza, pois para ele, a pobreza é a principal causadora do desequilíbrio ambiental, o que Layrargues chamou de “círculo vicioso da pobreza”, quer dizer, a pobreza é o principal fator de degradação ambiental, quanto mais se degrada o ambiente maior grau de pobreza do país, isso vale para os países periféricos. Para o ambientalista, esse pensamento tenta diminuir o impacto das ações consumistas dos países centrais, tanto consumo de energia como o consumo de mercadorias. “Ocorre a partir daí uma intensa propaganda em torno do círculo vicioso da pobreza, com o propósito de justificar a necessidade da continuidade do crescimento econômico, e omitir o peso da responsabilidade ambiental do consumo excessivo do Norte, *a poluição da riqueza*” (n.p. *grifo nosso*)

A principal diferença entre Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável está na forma como eles lidam com a questão da produção de mercadorias. Layrargues (1997) pontua que o Ecodesenvolvimento defende a criação de um teto de “consumo material”, que seria o máximo de crescimento possível, o qual seria determinado a partir de um nivelamento entre consumo dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Inicialmente, os países desenvolvidos diminuiriam seu consumo para que os países subdesenvolvidos pudessem

produzir e consumir mais, assim melhorando a qualidade de vida de sua população. Os índices de consumo seriam variáveis conforme os aspectos sociais e culturais das localidades.

“Esta equivalência significaria a busca de um nivelamento médio entre Primeiro e Terceiro Mundo. Enquanto o padrão de consumo dos países subdesenvolvidos aumentasse, o inverso ocorreria com os países desenvolvidos, até que se atingisse, pelas duas pontas, o ponto de equilíbrio-suporte da biosfera: a capacidade global de consumo, dado o presente padrão tecnológico responder às necessidades da humanidade. Este seria o teto de consumo material, de acordo com a prudência ecológica e a coerência para com as gerações futuras” (Layrargues,1997, n.p.).

Já o relatório Brundtland, afirma que um piso de consumo seria a melhor opção, em outras palavras, os países desenvolvidos não precisariam diminuir o seu consumo, já que a tecnologia e a reciclagem resolveriam essa problemática. Como foi exposto acima, a erradicação da pobreza seria um dos principais articuladores para a proliferação do Desenvolvimento Sustentável.

“Enfim, enquanto o ecodesenvolvimento postula com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna, e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo” (Layrargues,1997, n.p. *grifo nosso*).

Apesar das inúmeras críticas feitas ao relatório Brundtland e ao conceito do Desenvolvimento Sustentável, este tornou-se referência ao propor um desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente e às localidades no geral.

Outrossim, Sachs afirma que, apesar da diferente concepção conceitual acerca da questão produtiva, as similaridades são maiores que as diferenças, logo não há motivos para invalidar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, razão pela qual o autor utiliza ambos os termos como sinônimos no seu livro “*Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*”.

Montibeller Filho (1993) alega que a existência de um paradigma sobre a questão ambiental é de grande importância, pois ele valida a necessidade de estudos de uma temática. Apesar dos problemas apontados, o conceito desenvolvimento sustentável ratifica a importância da questão ambiental tanto cientificamente quanto politicamente, abrindo portas para o debate e divulgação do tema.

“O próprio Ignacy Sachs, grande divulgador, conforme mencionado anteriormente, do termo Ecodesenvolvimento e a quem logo o conceito é associado, em sua mais recente

obra publicada no Brasil (1993) passa a usar indiferentemente os dois termos em questão. Ele deixa explícito na discussão que faz sobre o Marco Conceitual (p. 19-24), que mesmo concordando com as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, considera que os pontos em comum entre este e o Ecodesenvolvimento são suficientes para poder adotá-los como sinónimos.” (MONTIBELLER FILHO,1993, p.138).

Em suma, é possível compreender que o conceito ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável possuem algumas similaridades. Contudo, o ecodesenvolvimento faz uma crítica ao economicismo, sendo que o desenvolvimento sustentável não se aprofunda nesse debate.

No próximo item iremos estudar o relatório Brundtland, para compreendermos o que permeia o conceito de desenvolvimento sustentável e também os fatores que legitimam o uso do mesmo.

1.3 Relatório Brundtland e o Desenvolvimento Sustentável

Neste item irei fazer uma leitura sistemática do Relatório Brundtland, para compreender a origem do conceito de desenvolvimento sustentável. Descreverei aqui os principais tópicos e ideias apresentadas e argumentadas no decorrer do Relatório Brundtland.

O conceito de desenvolvimento sustentável, como conhecemos hoje foi criado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em um relatório denominado de Nosso Futuro em Comum, ou, Relatório Brundtland.

A comissão, composta por diferentes entidades, governos, sociedade civil e organizações não governamentais, discutiu os efeitos causados pelo desenvolvimento econômico desequilibrado, no qual o uso desigual dos recursos naturais trouxe sérios problemas sociais e ambientais para todo o planeta.

Para compreender melhor a dinâmica do crescimento desigual a CMMAD, dividiu os temas do debate em: População e Recursos Humanos, Segurança Alimentar, Espécies e Ecossistemas: recursos para o desenvolvimento, Energia: opções para o meio ambiente e o desenvolvimento, Industria e Desafio Urbano.

Esta comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. Este relatório, Nosso Futuro comum, não é uma previsão da decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é

absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento. (CMMAD,1991, p.I)

Concluiu-se que o processo de Globalização gerou um processo de internacionalização dos problemas ambientais e que as soluções para os mesmos deveriam ser tomadas conjuntamente. Dessa forma, as nações deveriam compreender suas responsabilidades e pensar conjuntamente em soluções para os problemas do desenvolvimento desigual.

A administração do meio ambiente e a manutenção do desenvolvimento impõem sérios problemas a todos os países. Meio ambiente e desenvolvimento não constituem desafios separados; estão inevitavelmente interligados[...]. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas [...](CMMAD,1991, p.40).

É nesse contexto de reflexão, sobre crescimento e preservação ambiental, que se formula o conceito de *desenvolvimento sustentável*, entendido como um conjunto de normas que auxiliariam na busca por um planeta mais igualitário e que atenderia às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

O relatório destaca que os homens possuem um interesse comum: a preservação da espécie. Para não causar a própria extinção ou colocar em risco as gerações futuras era preciso elaborar uma nova forma de desenvolvimento, a qual compreendesse a dinâmica da totalidade da natureza, que conseguisse retirar o que é preciso, mas ainda preservando recursos para as futuras gerações.

A concepção de desenvolvimento sustentável nasce nesse contexto, e parte de duas premissas básicas: o conceito de necessidade e a noção de limitação, imposta pelo nível de avanço tecnológico.

Para se alcançar o desenvolvimento sustentável era preciso ficar atento ao conceito de necessidade. Na atualidade, ele é um conceito carregado de características sociais, ou seja, ele muda conforme o grau de prosperidade de determinado país. Para os países periféricos o necessário pode beirar ao “primitivo”, como acesso a água, enquanto que para os países centrais, o necessário seria, por exemplo, criar novas formas de obtenção de energia.

As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável aspirar[...] (CMMAD,1991, p.47).

Porém, para se obter o desenvolvimento sustentável é crucial, primeiramente, atender às necessidades básicas do ser humano, como alimentação e moradia. A pobreza é o principal

expoente para crescimento desordenado, que reflete diretamente no uso descompensado da natureza.

O relatório destaca que “Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global dos ecossistemas” (CMMAD,1991, p. 49).

Ele expõe que é essencial buscar um crescimento qualitativo, principalmente nos países em desenvolvimento. Apesar de mais lento, o desenvolvimento sustentável visa compreender a cadeia produtiva de outra forma, para além do produto em si; o objetivo é atentar para os passivos gerados, que são maiores nos países periféricos, levando em consideração os tipos de produtos produzidos e comercializados.

O planejamento econômico está no cerne do debate para o desenvolvimento sustentável; é fundamental buscar formas de se produzir mercadorias sem corroer a diversidade biológica. Há uma preocupação em promover a busca pela justiça econômica e social, isto é, compreende-se que os primeiros atingidos pela desigualdade são os países pobres e em desenvolvimento.

O relatório então destaca sete passos que devem ser analisados para se alcançar o desenvolvimento sustentável. São eles:

-Retomada do crescimento: é vital alavancar o crescimento dos países periféricos, buscando um desenvolvimento qualitativo, ao mesmo tempo que, os países desenvolvidos devem focar na busca pelo crescimento baseado no desenvolvimento sustentável, readequando sua forma de consumo (tanto de energia como de matéria prima) buscando maior eficiência, criando uma retomada de crescimento mais equitativa que auxiliaria no processo de eliminação da pobreza. Esta ação seria conjunta, os países centrais diminuiriam o consumo fazendo com que os países periféricos focassem mais nos problemas internos.

[...] à medida que as nações industrializadas usam menos matérias-primas e menos energia, se tornam mercados menores para os produtos primários e os minerais dos países em desenvolvimento. Se estes concentrarem seus esforços em eliminar a pobreza e satisfazer às necessidades humanas básicas, haverá um aumento da demanda interna de produtos agrícolas e de manufaturados, e também de alguns serviços. *Portanto, na própria lógica do desenvolvimento sustentável está implícito um estímulo interno ao crescimento do terceiro mundo.* (CMMAD,1991, p.55, grifo nosso).

Alteração da qualidade do desenvolvimento: visando alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso compreender que “ele exige uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e energia, e mais equitativo em seu impacto”

(CMMAD,1991, p.56). Essa mudança deveria ser universal, ou seja, realizada por todos os países. É indispensável modificar a forma como se utilizam os recursos naturais, compreender que é preciso manter uma reserva de recursos naturais para as gerações futuras. Para tanto, o desenvolvimento econômico deve ser mais realista quanto a essa reserva de recursos, encontrando formas melhores e mais eficientes de usá-los.

Mudar a qualidade do desenvolvimento também envolve modificar a forma como a renda é distribuída. Má distribuição da renda acarreta uma maior pressão sobre os recursos naturais, causando imensos prejuízos sociais e ambientais. O desenvolvimento econômico, enquanto desigual, acaba compactando os demais setores, causando fragilidades sociais.

O desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social podem e devem apoiar-se mutuamente. O dinheiro empregado em saúde e educação pode aumentar a produtividade dos indivíduos. O desenvolvimento econômico pode acelerar o desenvolvimento social fornecendo oportunidades a grupos menos favorecidos ou disseminando a educação com mais rapidez. (CMMAD,1991, p.58).

Atendimento às necessidades básicas humanas: para atender necessidades básicas dos seres humanos é preciso que o processo de desenvolvimento seja inclusivo, e que haja a preocupação de empregar o número crescente de pessoas que habitam o planeta. É necessário também pensar na produção e distribuição dos alimentos e da água, assim como a acessibilidade a energia e moradia, pois a pobreza é um dos principais precursores do desequilíbrio ambiental. A principal forma de atender as necessidades básicas é através da geração de emprego, vez que a obtenção de uma renda mínima auxilia no acesso aos produtos essenciais para sobrevivência humana.

O relatório expõe que existe um excesso de consumo em alguns pontos e escassez em outros. Ambas as situações são prejudiciais para o desenvolvimento sustentável. “É preciso que o ritmo e o padrão do desenvolvimento econômico criem oportunidades de trabalho sustentáveis nessa escala e num nível de produtividade que permita às famílias pobres viverem dentro dos padrões mínimos de consumo.” (CMMAD,1991, p.58).

- **Manutenção de um nível populacional sustentável:** é recomendável que os países elaborem políticas de controle de natalidade, principalmente os países de terceiro mundo, pois o aumento excessivo da população mundial exerce grande impacto sobre os ecossistemas o que impossibilita o desenvolvimento sustentável. O crescimento desordenado impacta no planejamento, ocasionando falta de habitação, saneamento, alimentação entre outros, sendo que esses sintomas agem com maior impacto nas áreas densamente urbanizadas. Além das

políticas públicas de controle de natalidade, a agenda dos países periféricos deveria contemplar o planejamento territorial, de maneira a diminuir os impactos causados pelo crescimento populacional desorganizado.

As cidades dos países em desenvolvimento estão crescendo tão depressa que as autoridades não têm como lidar com o problema. Faltam habitações, água, saneamento e transporte de massa... A própria urbanização é parte do processo de desenvolvimento. A questão é controlar o processo de modo a evitar uma séria deterioração da qualidade de vida[...] (CMMAD,1991,p.61).

- **Conservação e melhoria da base dos recursos:** os debatedores sobre o desenvolvimento sustentável concluíram que existe um gasto exorbitante dos recursos naturais. Seu uso tem relação com o processo de industrialização e a crescente criação de novas “necessidades” - produtos, ações e serviços -, bem como a situação de precariedade em que vive uma parcela da população mundial. Tal fato, conforme já mencionado, implica numa grande pressão sobre os ecossistemas. É fundamental repensar os usos dos recursos naturais, principalmente os recursos finitos, e buscar fontes renováveis, o que requer planejamento qualitativo do seu uso. O esgotamento de alguns recursos naturais essenciais para a manutenção da espécie humana acarreta diversos riscos ao nosso bem-estar, dada a dependência da população de vários recursos (tal qual petróleo como fonte primária de energia) cuja substituição ainda é inviável com a tecnologia atual. Recursos infinitos, como os solos, a biodiversidade/ agrobiodiversidade, também devem ser preservados, pois uma crise envolvendo os mesmos pode ser desastrosa.

- **Reorientação da tecnologia e administração do risco:** a tecnologia é um dos braços principais para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Para ampliar sua eficácia, contudo, são necessárias algumas reformulações tanto no foco central das tecnologias, como na sua acessibilidade, que é elitizada. A tecnologia deve ter como objetivo auxiliar o processo de desenvolvimento sustentável, ou seja, a criação de métodos e técnicas que auxiliem os países de terceiro mundo a evoluírem. Para mudar o foco atual da tecnologia é preciso que os governos invistam em políticas públicas que incentivem a busca por tecnologias sustentáveis ou que incentivem a promoção desse tipo de desenvolvimento. A busca por tecnologias adequadas ao meio ambiente também diminui a questão do risco (tanto ambientais como sociais). A tecnologia pode ser utilizada a favor da sustentabilidade, ajudando a construir um mundo mais acessível para todos, mas também pode ser contrária, auxiliando no processo de exploração dos recursos naturais, tudo vai depender do foco.

A criação de tecnologias mais adequadas ao meio ambiente está diretamente ligada a questões de administração de riscos[...] Os riscos ambientais resultantes de decisões tecnológicas e desenvolvimentistas recaem sobre os indivíduos e as áreas que têm pouca ou nenhuma influência sobre essas decisões. Há pois que levar em conta seus interesses. (CMMAD,1991, p. 65 e 66).

-Inclusão do meio ambiente e da economia no processo de decisão: as decisões políticas devem ser tomadas levando em consideração a correlação entre os diversos setores - social, econômico, ambiental. O relatório enfatiza o fato de que a questão ambiental não pode ser posta de lado, é preciso entender que ela interfere tanto nas relações internacionais como nas econômicas. Como essas questões impactam diretamente na sociedade, deve se criar formas para que a população seja mais participativa e possam demonstrar seu ponto de vista sobre os impactos das políticas em suas vidas, principalmente as políticas ambientais.

Atualmente, a questão ambiental é vista como uma subcategoria pelos governos, não entrando na lista de prioridades, o que deveria ser mudado. A questão ambiental está diretamente ligada às problemáticas econômicas e sociais e é preciso enxergar essa questão através da unicidade e não da fragmentação.

Compreende-se que o desenvolvimento sustentável, quando analisado a partir da crítica ao sistema capitalista, se apresenta como um conceito fraco que não propõem rupturas, se encontra inserido dentro da lógica do modo de produção capitalista. Ressalta-se as indagações feitas por Leff (2001), exposta no subcapítulo 1.2, o conceito de desenvolvimento sustentável está inserido no que o pesquisador denomina de racionalidade econômica.

Porém, dentro da lógica capitalista, o conceito tenta ser mais flexível, tentando promover a harmonia entre a humanidade e a natureza, o que é uma tarefa árdua e requer um compromisso constante das nações. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável é compreendido como o caminho, não a finalidade, para um mundo mais igualitário.

O desenvolvimento sustentável, portanto, pode ser entendido como uma forma de ordenar e planejar as ações políticas, sociais e econômicas levando em consideração que toda ação gera um impacto; é desejável minimizá-lo, tornando as ações do homem frente ao mundo natural menos agressivas possíveis, de maneira a não prejudicar a estabilidade das gerações futuras.

Ribeiro (2001) expõe que não existe um consenso acerca do conceito desenvolvimento sustentável. Contudo, entre adeptos ou não, o conceito tornou-se referência, sendo amplamente aplicado.

Esse conceito tornou-se referência para inúmeros trabalhos e interesses os mais diversos. Se de um lado existe os que acreditam que o planeta em que vivemos é um sistema único que sofre consequências a cada alteração de um de seus componentes, de outro, está os que acreditam que o modelo hegemônico pode ser ajustado a sustentabilidade. Esse é o debate: manter as condições que permitam a reprodução da vida humana no planeta, ou manter o sistema, buscando a sua sustentabilidade. (RIBEIRO,2001, n.p.)

Apesar das controvérsias, o conceito Desenvolvimento Sustentável é amplamente utilizado; existem vários trabalhos científicos, relatórios governamentais e relatórios da ONU que se valem do termo ao abordar formas menos agressivas de realizar o planejamento dos territórios.

Em suma, o motivo dessa leitura crítica veio da necessidade de destacar o fato de que quando um pesquisador aceita utilizar o conceito Desenvolvimento Sustentável, ele precisa compreender o que está defendendo, as potencialidades e defeitos do termo escolhido. Por esse motivo, compreender os imperativos do uso do conceito desenvolvimento sustentável se tornou necessário.

O principal foco das ações de desenvolvimento sustentável feitas pela ONU, ocorrem em áreas urbanas. O conceito, dentro da lógica capitalista, está associado a busca de um desenvolvimento mais igualitário das localidades, por essa razão é considerado a melhor forma planejar as cidades. A industrialização acelerou o processo de urbanização das cidades, tornando-as um lugar de instabilidade e desigualdades, muitos ecologistas acreditam que é impossível falar em desenvolvimento sustentável das cidades, por conta do processo de urbanização.

Ribeiro (2001) afirma que, existe um pressuposto da dependência da cidade ao campo, o que a tornaria insustentável. Tentando amenizar esse fator, a partir da década de 1990, surgiram projetos específicos para transformar as cidades em locais mais sustentáveis, onde o desenvolvimento ocorresse de forma menos desigual. (n.p.)

As cidades precisam de energia, matéria-prima e alimentos vindos do campo para existir, ocasionando um processo dependência. Pensar no desenvolvimento sustentável das cidades é entender esse papel de receptor e de alguma forma tentar diminuir o impacto dessa relação conflituosa.

Leite (2012) coloca que uma das principais características da urbanização, “[...] principalmente em países em desenvolvimento, é a grande desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades [...] a agência da ONU Habitat descreve as cidades como os novos locais da pobreza [...]” (p.21)

As cidades são um desafio para a aplicação do desenvolvimento sustentável. É um aglomerado de problemas para quais dificilmente se tem uma solução simples. A relação de dependência das cidades com o campo é um fator que intensifica essa problemática. É nesse ponto que entra, em destaque, a questão da agricultura urbana.

O próprio Relatório Brundtland cita a agricultura urbana como uma prática que auxiliaria no desenvolvimento sustentável das áreas urbanas, dando suporte para a questão da acessibilidade ao alimento.

1.4 A agenda para o desenvolvimento sustentável e as Cidades Sustentáveis

Em 2015, entrou em vigor a Agenda 2030, ou agenda para Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerada uma agenda audaciosa. Ela abrange 17 objetivos divididos em 169 metas que auxiliarão os países a alcançar o desenvolvimento sustentável. Essa substituiu a agenda do milênio, que tinha 8 objetivos centrais.

O tema central dessa nova agenda é a erradicação da pobreza, tendo como foco as áreas urbanas. Atualmente, a maior parte da população mundial vive em áreas urbanas, principalmente nos grandes centros urbanos. Estima-se que em 2030 a população mundial será predominantemente urbana, processo que atingirá com mais força os países em desenvolvimento.

El Consejo Nacional de Investigaciones de EE UU estima que en 2030 vivirán más personas en áreas urbanas (4.100 millones) que em áreas rurales (3.100 millones) en los países de ingresos medianos y bajos. Desde ahora y hasta entonces, casi todo el crecimiento demográfico tendrá lugar en las ciudades de países en desarrollo Esta tendencia equivale a sumarle al planeta una nueva ciudad de un millón de habitante todas las semanas. (UN-HABITAT apud MOUGEOT, 2006, pág.3).

Esse processo de urbanização acelerada tem como consequência a desorganização espacial desses territórios. As cidades acabam se tornando superpopulosas e sem infraestrutura adequada - moradia, rede de água e esgoto -, auxiliando no processo de efetivação da pobreza.

Quanto maior a cidade mais complexa são as suas relações, mais difícil é encontrar soluções viáveis para minimização da pobreza e a implementação de um desenvolvimento sustentável. A perspectiva é que ocorra um aumento exponencial das megacidades pelo

mundo, especialmente nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, o que aumenta a urgência de um planejamento voltado para organização espacial dessas áreas.

[...]mais do que nunca, o formato das cidades, a quantidade de espaço que elas ocupam, a quantidade de energia que elas consomem, o modo como a infraestrutura de transportes é organizada e onde as pessoas habitam – em ambientes distantes, segregados, atrás de muros ou em bairros integrados perto do seus trabalhos, recursos comunitários e transportes – definem o ambiente, a economia e a sustentabilidade social da sociedade global. (BURDETT apud LEITE, 2012, p.24).

Levando esses aspectos em consideração, é fundamental pensar um projeto de desenvolvimento sustentável específico para as cidades, dando destaque para as megacidades e como ocorrem o processo de expansão das mesmas. Leite (2012) afirma que, para se pensar no desenvolvimento sustentável da cidade, é necessário analisar três pilares centrais que são: ambiente, economia e sociedade.

Entretanto, a complexidade das áreas urbanas dificulta o processo de desenvolvimento sustentável. Leite (2012) expõe que, apesar da renda dos cidadãos urbanos ser maior que o dos cidadãos rurais, o custo de vida nas áreas urbanas é mais alto e desigual, o que ocasiona em aumento da segregação social e a desigualdade nos usos de serviços e do poder de compra. Além do mais, o alto índice de consumo nas cidades também gera um excesso de resíduos. As áreas urbanas são grandes centros receptores de energia, consomem muito mais do que podem produzir. (p.30)

O autor enfoca que o desenvolvimento urbano só ocorreria de forma eficiente através do princípio da interação. Ele defende essa ideia baseando-se na teoria defendida pelo economista Paul Krugman que afirma que os recursos devem ser utilizados da forma mais eficiente possível para alcançar os objetivos da sociedade.

Para ilustrar tal princípio, o pesquisador detalha as desigualdades no processo de habitação no município de São Paulo. Segundo o autor, a população habita áreas degradadas, como favelas ou áreas de moradia irregular - áreas de preservação, ou de risco -, muitas vezes pagando mais caro que as moradias em áreas centrais, que são subutilizadas, porque não conseguem lidar com as necessidades burocráticas para residir nessas áreas. Para ele, “O problema não é o custo – muitas vezes o lugar na favela é mais caro que o apartamento central- e sim a impossibilidade do morador informal atender as exigências formais para alugar o imóvel.”. (LEITE, 2012 p.32).

Esse processo organizacional do território é denominado de “utilização ineficiente dos recursos”, tal raciocínio pode ser utilizado também para as áreas subutilizadas que poderiam

ganhar uma nova função, como os terrenos “subutilizados” que ganhariam uso através da agricultura urbana. A solução para esse tipo de processo organizacional pode ser dada através de políticas públicas.

Uma cidade sustentável é aquela que compreende a cidade com um todo, através do princípio da interação. Quando a ONU cria os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), é nessa perspectiva que ela está analisando.

Como a maior parte da população mundial vive em cidades, torna-se necessário repensar sua estrutura redesenhando-a de forma inclusiva. Para tanto se torna primordial pensar e rediscutir temas como habitação, saúde, igualdade social, questão ambiental e transportes.

Como já dissemos anteriormente, a ONU considera a agricultura urbana uma prática de resiliência da população urbana, para lidar com questões como a subnutrição e a falta de acessibilidade ao alimento. Associando essa ideia aos ODS conclui-se que 7 dos 17 pontos abordados possuem vínculo com o tema, sendo eles:

- 1 Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares.
- 2 Fome zero e Agricultura Sustentável: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3 Saúde e Bem Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12 Consumo e Produção responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Dessa forma, a agricultura urbana é uma importante ação para a realização do ODS, ela está vinculada ao aumento de áreas verdes, melhor utilização de espaços “subutilizados” e principalmente melhoria na qualidade alimentar da população.

Nesse processo de urbanização e expansão das megacidades, a população mais pobre acaba carecendo de elementos básicos para sobrevivência: água e comida. Mougeot (2006)

afirma que, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a alimentação se tornou um luxo. “Para los pobres que viven en áreas urbanas, los alimentos se han convertidos en lo que sólo puede llamarse un ‘lujo básico’. [...] los hogares gastan hasta el 80% de sus ingresos en la adquisición de alimentos.”. (p.5).

O alimento, para de cumprir seu papel, se torna um item caro e pouco acessível, é nesse ponto que a valorização da agricultura urbana se torna tão importante e fundamental para obtenção do desenvolvimento sustentável das cidades.

1 AGRICULTURA URBANA

O surgimento da agricultura em áreas urbanas não é um evento recente, tal tipo de atividade surgiu junto com as grandes cidades como uma forma de completar as necessidades alimentares das populações locais. Mougeot (2006) expõe que arqueólogos que estudam questões cotidianas encontraram artefatos arqueológicos que comprovam que ao redor das grandes cidades históricas, com mais de 1 milhão de habitantes, como Roma, Changan na China, Machu Pichu no Peru, havia a prática da agricultura nas cidades em proporções consideráveis. Afirmando que “[...] Hay evidencias de que se practicaba la producción agrícola urbana con una multiplicidad de propósitos: alimentos y forraje, materiales de construcción, cercado e incluso plantas medicinales [...]” (p.4)

A prática não é nova, mas a forma como ela ocorre atualmente é, o que criou um novo nicho de interesse e pesquisa. O crescimento urbano acelerado que vigora atualmente está modificando a forma como a agricultura urbana se expressa e se territorializa.

Enquanto que a urbanização se desenrola de forma acelerada nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos; nos países desenvolvidos, o êxodo rural ocorreu de forma mais lenta, foi algo gradual, estimulado pela industrialização e aumento da renda per capita.

Assim, vem surgindo com uma rapidez única um número expressivo de megacidades com mais de 10 milhões de habitantes e, ao mesmo tempo, cresce a quantia de cidades com mais de 1 milhão de habitantes, principalmente nos países em desenvolvimento. Leite (2012) afirma que 10% da população mundial vivem em megacidades, aproximadamente 280 milhões de habitantes, e que em 2025 existirão mais de 25 megacidades, sobretudo nos países subdesenvolvidos. (p.19-20).

O processo de urbanização desigual, nos países periféricos, ocasionou um aumento considerável de pobres urbanos. Segundo a FAO (2012), em seu relatório “*Criar Cidades mais Verdes*” mesmo em épocas de crise e de estagnação econômica, o número de pessoas migrando para as cidades é elevado. Esse fator, associado as altas taxas de natalidade desses países, têm instaurado um processo de insegurança alimentar. (p.2)

Além disso, estimativas realizadas pela UN-habitat (2004) lançam que a pobreza urbana mundial aumentará de 30% para 50% até 2020, sendo que os principais países afetados se encontraram nos continentes africano e asiático. Na América Latina 85% dos pobres

viveram em áreas urbanas (p.105). O relatório do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), “*Estado das Cidades do Mundo 2010/211 Unindo o Urbano Dividido*” elaborado em parceria com a Un-Habitat, afirma que o aumento descontrolado da população urbana, nos países em desenvolvimento, pode gerar um aumento da pobreza. Isso ocorreria por conta da desigualdade espacial. As pessoas pobres, normalmente, vivem em áreas marginalizadas, não tendo acessibilidade a serviços básicos, como: saneamento básico e água limpa; o que afeta a qualidade de vida e a saúde desses indivíduos.

Mougeot (2006), ao analisar esses pontos, menciona que a alimentação se tornou um luxo básico para os pobres urbanos. Em algumas cidades do mundo, uma pessoa pobre chega a gastar 80% da renda obtida na compra de alimentos. As mulheres e as crianças são as principais afetadas por essa insegurança nutricional. (p.5)

Uma das formas de lidar com as mazelas causadas pela urbanização descontrolada é a Agricultura Urbana. Ela é vista como uma prática conveniente que surge e se adequa no meio do caos das grandes cidades, principalmente na desordem que ocorre nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Mougeot (2006) ainda afirma que, “La agricultura urbana es típicamente oportunista. Sus practicantes han desarrollado y adaptado diversos conocimientos y saberes para seleccionar, ubicar, cultivar, procesar y comercializar toda clase de plantas [...]”. (p.6)

O autor continua sua explicação expondo que a agricultura urbana se instala em locais sem uso aparente ou subutilizados, criando uma oportunidade para essas famílias carentes que se encontram em situação de risco. Na busca por soluções que auxiliem na construção do desenvolvimento sustentável das cidades, a agricultura urbana se torna uma prática eficaz que abrange diversas ramificações do debate sustentável. (MOUGEOT,2006, p.6).

Muitas atividades são associadas com a Agricultura Urbana, além de ser uma forma de obtenção de alimentos para as parcelas mais pobres da sociedade, ela também é associada a uma prática ambiental, auxiliando na ampliação de áreas verdes das cidades.

Por ser tão multifacetada e associada a tantas situações diversas, a agricultura urbana acaba virando uma incógnita, especialmente quando se trata de compreender o real significado deste conceito. No próximo tópico, discutiremos o que é a Agricultura Urbana e por que ela é vista como um dos braços para se alcançar o desenvolvimento sustentável das cidades.

2.1 O que é agricultura urbana?

A agricultura urbana (AU), como já dito anteriormente, existe desde a antiguidade. Contudo, só ganhou espaço nos debates no final de 1980, influenciado pelo caso de Cuba, que dinamizou a prática da AU através de políticas públicas. A partir de então, centros de pesquisas, organizações não governamentais e instituições de pesquisa se interessaram pela temática. (ROSTICHELLI, 2013, p.22).

Os principais centros de pesquisas internacionais, como: a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para Assentamento Humano (UN-HABITAT), Centro de Recursos para a Agricultura Urbana e Silviculturas Urbanas (RUAF), Centro Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento (IDRC), assim como os centros de pesquisas brasileiros, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrária (MDSA), AS-PTA, têm como embasamento as obras publicadas por Luc Mougeot⁴.

Para compreender o que é a agricultura urbana, foram selecionados as seguintes pesquisas: os trabalhos do IDRC - compreendendo que este seja o principal centro de pesquisa sobre agricultura urbana do mundo -, a EMBRAPA - que é um respeitado instituto de pesquisa nacional -, a AS-PTA - trazendo a compreensão da sociedade civil -, e, para compreensão acadêmica, em específico da geografia, foi utilizado a dissertação da Michele Rostichelli, defendida em 2013, no departamento de geografia, na Universidade de São Paulo.

Mougeot (2000a) escreveu o artigo "*Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risk*". Nesse trabalho, o pesquisador afirma que a agricultura urbana é uma prática que contribui no processo de desenvolvimento das cidades, ajudando a combater a pobreza urbana e a insegurança alimentar. E ressalta que é necessário maior empenho para se compreender conceitualmente o que é agricultura urbana, levando em consideração tanto a sua coerência interna - quais são as características que definem agricultura urbana -, quanto a sua funcionalidade externa - qual o papel da agricultura urbana no processo organizacional das áreas urbanas. (p.3-4)

⁴ Cheguei a essa conclusão através de análises de conteúdos e das bibliográficas das obras produzidas por essas instituições.

O autor ainda afirma que a ampla utilização de termos como agricultura intra urbana ou agricultura periurbana, utilizados por centros de pesquisa e meios de comunicação, dificulta o processo de definição do conceito de agricultura urbana.

Colocando tais pontos em destaque, ele passa a detalhar os aspectos que normalmente são considerados para compreender o que é a agricultura urbana. Luc Mougeot (2000a) determina seis pontos centrais para realizar tal análise, são eles: os tipos de áreas, escala e sistema de produção, categorias e subcategorias de produtos - alimentícios ou não-, e a destinação e comercialização do produto. Iremos detalhar cada um dos pontos para entender a base de compreensão da agricultura urbana para o autor.

- *Atividade econômica:* Está relacionada a atividade produtiva (*toda atividade que está vinculada ao alimento*), algumas definições também incluem, nesse ponto, o processamento e a comercialização de mercadorias.
- *Localização:* O fator mais citado no processo de compreensão da AU faz referência ao local na qual ela é praticada e esse é um importante ponto de conflito conceitual. Aqui entra a questão da diferenciação entre agricultura periurbana e intra-urbana.

Poucos estudos realizam uma verdadeira diferenciação entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou se o fazem, usam critérios muito variados. Os que consideram essas diferenças têm usado como critérios, para definir a "agricultura intra-urbana", o número de habitantes; a densidade mínima; os limites oficiais da cidade [...] o uso agrícola da terra zonificada para outras atividades [...]. Para a agricultura periurbana, sua definição quanto ao local é a mais problemática. Os sítios periurbanos estão em contato mais próximo com as áreas rurais e tendem a sofrer, no decorrer do tempo, mudanças agrícolas mais profundas que os locais mais centrais e as partes construídas da cidade. (MOUGEOT,2000b. n.p).

- *Tipos de áreas:* Outro critério que varia conforme a experiência do pesquisador, entre os aspectos analisados, estão: se pessoa é dona da terra ou arrendatária, se o terreno onde se realiza o cultivo é público ou particular, entre outros.
- *Sistema e escala de produção:* Nesse ponto, realça-se que há pouca menção sobre esse aspecto. Nenhuma definição inclui ou exclui qualquer tipo específico de produção, todos são aceitos. Desde pequenas hortas em casa, ou sacadas, até hortas coletivas em parques e praças.

- *Tipos de produto*: Normalmente fazem referência à produção de alimentos para consumo humano ou de animais, podendo ocorrer diferenciação entre os tipos de cultivos e de criação de animais. Contudo, o autor afirma que não se pode excluir produtos não alimentícios.

As definições quanto aos tipos de produto costumam enfatizar a produção de alimentos para o consumo humano ou animal. Além disso, também se diferenciam os tipos de colheita [...] e os tipos de animais [...]. Dentro da categoria de produtos alimentícios, as definições podem enfatizar as hortaliças, perecíveis, mas com preços relativamente mais valorizados e os produtos de origem animal, in natura ou processados. *Porém não se deve excluir a categoria de produtos não alimentícios do conceito de agricultura urbana, pois isso truncaria a compreensão mais ampla do que seja a agricultura nas cidades.* (Mougeot,2000b, n.p. grifo nosso)

- *Destinação dos produtos*: Os produtos obtidos através da agricultura urbana são destinados ao autoconsumo e também para o comércio. Apesar disso, já existem pesquisas que mostram que produtos gerados através da agricultura urbana estão sendo exportados, mostrando um outro viés exercido pela atividade.

Após analisar as seis principais dimensões que entram no debate para a construção do conceito de agricultura urbana, Mougeot afirma que esse modo analítico de investigação só examina a agricultura urbana em termos gerais e que os aspectos de análise utilizados para se compreender a AU podem ser também utilizados para entender a agricultura rural, fortificando a questão de que é preciso olhar exclusivamente para a agricultura urbana.

One striking feature of definitions so far is that few contrast urban and rural agriculture, even less so the implications of one for the other. Indeed, all building blocks reviewed earlier, excepted location, can apply to rural agriculture as well; they not suffice to trademark UA and justify the need for U.A- specific knowledge, know-how and policy.[...] (MOUGEOT,2000a, p.9).

A crítica exposta é que nos trabalhos existentes não foi feito o esforço de compreender o aspecto urbano dessa nova dinâmica, e é essa relação entre a prática agrícola e o meio urbano que transforma a agricultura em agricultura urbana.

Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e *sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano*. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda desenvolvida em termos operacionais." (MOUGEOT,2000b, n.p, grifo nosso)

A integração entre o organismo urbano e a agricultura pode ser reconhecida por meio de três tipos de condições. A primeira condição está no fato de que existe uma conexão entre os diferentes tipos de agricultura (rural, periurbana e intra-urbana), elas sempre estão presentes na produção de alimentos das áreas urbanas e se relacionam de diferentes formas.

In any given city at any given time, agriculture will be found that is rural, periurban and intraurban in nature, the three interacting and complementing each other to varying extents, with the latter being more integrated into the urban ecosystem [...] Several studies exemplify the principle of integration through comparisons between intraurban, periurban and rural activities. UA is found to complement rural agriculture in terms of self provisioning, marketing flows and market-supply flows (MOUGEOT,2000a, p.11).

A segunda condição está no fato de que a agricultura será mais urbanizada quanto mais próxima se encontra dos centros urbanos. Ou seja, as características da agricultura urbana possuem relação direta com processo de urbanização das localidades. A intensidade de produção, o uso de insumos, as interações com o comércio e as redes de troca são mais intensas conforme o tamanho dos centros urbanos."Across cities of different size or complexity at any given time, more of the agriculture found in the city will be of an urban nature in larger as opposed to smaller centers." (MOUGEOT,2000a, p.13).

E a terceira, e última, condição é que sempre existirá agricultura urbana e ela irá ficar mais intensiva conforme seu processo de expansão.

[...] durante o processo de urbanização, a agricultura de tipo urbano e intensivo crescerá como porcentagem de toda a agricultura praticada na referida cidade [...] o tamanho dos lotes usados para agricultura vai se reduzindo, enquanto os sistemas de produção se intensificam e se especializam. As atividades agrícolas marginais foram substituídas por outras mais rentáveis, combinando-se cada vez mais com usos não agrícolas do solo. (MOUGEOT,2000b, n.p).

As três condições demonstram que a agricultura se torna mais urbana quanto mais ela interage com o ecossistema urbano, essas conexões vão se acumulando no tempo e espaço quanto mais numeroso e efervescente é o centro urbano. Compreende-se então que “[...] It is not its urban location which distinguishes UA from rural agriculture, but the fact that is *embedded in and interacting* with the urban ecosystem [...]”⁵ (RICHTER apud MOUGEOT, 2000a, p.9, *grifo nosso*). As palavras centrais para compreensão da agricultura urbana são *embedded* e *interacting*, elas passam o entendimento de pertencimento e relação. A agricultura urbana sempre existiu complementando a produção rural.

⁵ Não é a localização urbana que distingue a AU da agricultura rural, mas o fato de que ela está intrínseca e interage com o ecossistema urbana. (Tradução livre)

Mougeot, então, cria uma estrutura de pensamento do que, na sua concepção, é a Agricultura Urbana:

[...] a agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana. (MOUGEOT, 2000b, n.p.)

O pesquisador não faz ressalvas, na sua conceitualização, referentes a aspectos como tamanho da propriedade, tipos de produtos cultivados ou criados. O foco central é entender que a agricultura é concebida como urbana porque se relaciona com o que ele chama de ecossistema urbano⁶. Em uma tradução mais literal da definição afirma-se que: A agricultura é uma prática que produz, gera, processa e distribui uma *diversidade de alimentos*. Apesar da abrangência, o foco é na perspectiva alimentar.

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que está elaborando uma linha de pesquisa sobre agricultura urbana, não foge dos preceitos expostos por Luc Mougeot, a empresa faz, inicialmente, uma retrospectiva dos seis pontos de análise (expostos acima), dando mais destaque a localização do terreno como um fator determinante.

A definição de agricultura urbana refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. *A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola.* Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios[...] (EMBRAPA,2002, p.12, grifo nosso) .

Em outro trecho, a instituição afirma que agricultura urbana não está ligada somente ao plantio e comercialização de espécies destinadas à alimentação, e que as escalas e métodos de produção são extremamente variados, além de dizer que ela se perpetua em espaços “vazios”. No fim, ressaltando pontos já exibidos no trabalho do Mougeot, o relatório elaborado pela EMBRAPA aborda a relação entre a agricultura e a urbanização, de forma muito superficial e afirmam que é necessária uma maior investigação do que é a agricultura urbana. A EMBRAPA também utiliza o termo “ecossistema urbano”, entretanto, não define o que seria esse ecossistema.

⁶ Autor expõe em todo seu trabalho uma compreensão sistêmica do que seria uma área Urbana, falando em relação e sinergia. Entende-se então que ecossistema urbana a interação entre sistemas econômicos, sociais e ecológicos que constituem as áreas urbanas, ressaltando que cada localidade possui um ecossistema urbano único.

Conclui-se, então, que a prática agrícola urbana é versátil e variada, e pode ser prática de diversas formas se utilizando das mais diversas técnicas, sendo praticada em todos os espaços disponíveis. (p.18). Vão além, afirmando que ela não se resume apenas ao plantio de espécies destinadas à alimentação, mas sim a toda ramificação relacionada ao manejo dessa biodiversidade. (p.16). Resumidamente, a agricultura urbana pode mudar a performance ecológica das cidades- através da ciclagem de resíduos, aumento da biodiversidade, expansão das áreas verdes, se realizada através de um planejamento criterioso. (EMBRAPA,2002)

Escolhemos como representante da sociedade civil e organizações não governamentais -ONGS -, a instituição AS-PTA, que trabalha com agricultura urbana desde 1999, e foi uma das organizadoras do relatório de subsídio para uma política nacional de agricultura urbana e periurbana.

A AS-PTA aplica um conceito de agricultura urbana que foi elaborado coletivamente em uma parceria entre o governo, a sociedade civil e organizações não governamentais, sistematizado por Santandreu e Lovo. Definição usada pelo extinto MDS (Ministério Do Desenvolvimento Social).

“Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é um conceito multidimensional que inclui a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.), pesca e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades” (SANTANDREU; LOVO,2011, n.p, grifo nosso).

Diferente do trabalho elaborado pela EMBRAPA, o conceito adotado pelo MDS e AS-PTA não foca na questão da localização, inserindo o debate na parte de processo e relações. Existe uma similaridade entre o que é proposto por Santandreu e Lovo e as ideias defendidas por Mougeot. Ambos admitem a pluralidade das relações na AU e a inclusão vai além do cultivo de alimentos, compreendendo o que eles chamam de atividades agroextrativistas e ambientais.

Na perspectiva acadêmica, será citado a dissertação de mestrado defendida por Michele Rostichelli, em 2013, pois a pesquisadora fez um recorte espacial similar ao realizado nesse trabalho. Para compreender o que é agricultura urbana, a autora fez uma leitura crítica de obras que ela considerou relevantes, para então expor sua construção do que seria a agricultura urbana. A pesquisadora afirma que sua análise será “[...] a respeito da prática da agricultura no urbano olhando para a prática em si, isto é, olhando para as experiências encontradas no trabalho de campo e experiências [...] de militância pessoal [...]” (2013, p.39). A partir desse princípio, elabora sua perspectiva do que é a agricultura urbana.

Rostichelli, então, reitera que é complicado afirmar que a agricultura urbana possa ser prática em todas as localidades - característica que foi apontada nas descrições acima. Fato que concordo, pois, no campo, a agricultura urbana, como prática produtiva, é realizada em áreas consideravelmente grandes, e não em pequenos espaços, como: sacadas, canteiros e afins.

[...] Para nós, é um equívoco apontar que plantio de ervas aromáticas e medicinais em pequenos recipientes seja agricultura urbana. Já que estamos discutindo a agricultura urbana a partir da produção de alimentos em hortas com pessoas específicas envolvidas, onde produzem hortaliças em todos casos estudados, e outros se dedicam a outras produções como mandioca, feijão, milho, banana, limão, maracujá, entre outros cultivos (ROSTICHELLI,2013, p.40).

Ela ainda afirma que a análise sobre a agricultura urbana tem que focar no ator dessa produção, ou seja, no agricultor, o que não acontece nos conceitos analisados por Michele Rostichelli. Além disso, a autora entra no debate sobre o que é o “urbano” e sua influência na prática da agricultura nas áreas urbanas, fazendo associações entre a prática da agricultura, os autores que a praticam e o meio urbano que estão inseridas.

Essas quatro definições do que é agricultura urbana foram escolhidas, pois se tratam de órgãos competentes comprometidos a entender e estudar a agricultura urbana no Brasil e no mundo; já a pesquisa acadêmica foi selecionada, porque foi defendida na mesma instituição de ensino e possui um recorte de análise similar. Compreendo que cada conceitualização foi baseada em experiências e vivências dos autores, que deram mais destaque a pontos que eles acreditam ser de maior importância.

O principal problema dos trabalhos citados, excluindo a pesquisa de Rostichelli, é a generalização, os pesquisadores acabam por abranger demais o que é agricultura urbana,

incluindo atividades ambientais e manufatureiras. A maior parte dos trabalhos citados incluem, no debate da agricultura urbana, a questão ambiental, associando a prática outras funções, e, para além da agricultura, ela se torna uma prática de requalificação urbana.

Outro aspecto que precisa ser revisto é o entendimento do que é urbano e como o processo de urbanização influencia na prática agrícola. Os debates sobre essa especificação vão desde da questão da ruralidade, podendo também ser associada a um fomento de novas atividades produtivas nas áreas urbanas.

Por fim, merece destaque, a não menção sobre o agente dessa atividade, o agricultor, nenhum trabalho aborda, mesmo que superficialmente, essa questão. A agricultura é uma prática, ela é exercida por um indivíduo em um processo constante de análise e troca, o que Mazoyer e Roudart (2006) determinam como uma prática de mutualismo.

Agricultura e criação são, portanto, formas elaboradas de mutualismo, mas um mutualismo assimétrico no qual o desenvolvimento da espécie explorada é comandado pelo trabalho da espécie exploradora, e no qual o desenvolvimento da espécie exploradora é, em contrapartida, condicionado pelo da espécie explorada [...]. (MAZOYER; ROUDART, 2006 p.57).

Agricultura é uma prática, e por esse motivo, ela só existe porque um grupo de seres a exercem. Ela ocorre através de um processo de “artificialização” do ambiente, de modo a produzir o alimento desejado e suprir as necessidades alimentar de uma comunidade específica.

O homem, como agricultor, surge no neolítico há aproximadamente 10.000 anos atrás, onde algumas sociedades tinham o hábito de plantar e cultivar animais, iniciando o processo de domesticação das espécies. Essas sociedades coletoras foram paulatinamente se transformando em uma sociedade de cultivadores. O processo de cultivo realizado por humanos se difere dos demais por conta da multiplicidade das espécies cultivadas, que se adequam segundo a organização e o funcionamento da sociedade em questão. (MAZOYER E ROUDART, 2006).

Quando ele começou a praticar o cultivo e a criação, ele não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou um grande número delas. Não dispunha também de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas os fabricou de todas as maneiras e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e a maneira de praticar a agricultura, e graças a isso, ele pôde ajustar livremente os sistemas de cultivo e de criação extraordinariamente variados e adaptados aos diferentes meios do planeta, transformando-os de acordo

com suas necessidades e de acordo com suas ferramentas[...] (MAZOYER; ROUDART,2006, p.70).

Percebe-se, então, que não dar atenção ao agricultor é ignorar a peça central para a existência da agricultura, seja ela urbana ou não. Compreendo, portanto, a agricultura urbana, como uma atividade produtiva - que tem como foco a produção de alimentos e outros gêneros agrícolas, para a venda e também para o consumo próprio -, sendo praticada por um agente social específico, o agricultor, que tem a agricultura como sua atividade central. Essa agricultura possuirá dinâmicas próprias, conforme o processo de urbanização do local onde é realizada.

A questão da urbanidade é fundamental, cada cidade possui uma estrutura urbana única. E, seguindo os preceitos de Mougeot, a urbanização influenciará nos aspectos e na construção da agricultura urbana produzida nessas localidades, e, dessa forma, a agricultura urbana se articulará com os demais blocos que constituem o ecossistema urbano.

2.2 A agricultura urbana, desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar.

Entendido o que é agricultura urbana, irei nesse subcapítulo entender seu vínculo com o conceito de desenvolvimento sustentável. A primeira vinculação teórica entre agricultura urbana e desenvolvimento sustentável aconteceu no livro “Nosso futuro em Comum”, no capítulo sobre desafios urbanos.

Como já foi frisado anteriormente, o livro surge de um esforço coletivo para se propor medidas que auxiliassem o progresso do mundo sem causar a destruição do mesmo, surgindo assim o conceito de desenvolvimento sustentável.

Ao abordar os dilemas dos desafios urbanos, o relatório Brundtland cita a questão do aproveitamento dos recursos. Segundo o qual, a terra é um recurso primordial para a vida e para o planejamento das cidades e a subutilização de terrenos e, principalmente, de terras públicas é um equívoco que deve ser evitado.

Os recursos disponíveis nas cidades e arredores são muitas vezes subutilizados. Muitos proprietários de terras não cultivam certos locais bem situados a fim de se beneficiarem mais tarde com sua valorização à medida que a cidade cresce. Muitas agências públicas dispõem de terrenos que poderiam ser mais bem aproveitados[...]. Há uma necessidade geral de encontrar meios inovadores e eficazes para utilizar as terras disponíveis com vistas ao bem comum [...] (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.283).

Uma das sugestões oferecidas é a utilização dessas terras através da agricultura urbana, que dá um novo sentido aos espaços desocupados. Além de ser uma excelente fonte de alimentos para os moradores, os produtos também podem ser comercializados, aumentando a renda da população, além de ampliar a área verde das cidades e auxiliar na reciclagem através do processo de compostagem do lixo orgânico gerado nessas localidades.

Uma agricultura urbana sancionada e promovida oficialmente poderia tornar-se um componente importante do desenvolvimento urbano e tornar os alimentos mais acessíveis aos pobres das zonas urbanas. Os propósitos principais de tal promoção seriam melhorar os padrões de saúde e alimentação dos pobres, ajudar seus orçamentos familiares (dos quais 50-70% são em geral gastos com comida) capacitá-los a ganhar alguma renda adicional, e criar empregos. A agricultura urbana também pode fornecer produtos mais frescos e mais baratos, propiciar mais áreas verdes, a eliminação dos depósitos de lixo e a reciclagem dos resíduos domésticos. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.284).

Sua importância é tal, que a Agricultura Urbana foi citada na Declaração de Roma (Cúpula Mundial da Alimentação) como uma das formas de minimizar a fome e a pobreza dos centros urbanos. Nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), a agricultura urbana era associada a duas metas; a meta número 1) acabar com a fome e a miséria e a número 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

A meta número 1 tem como foco a questão da segurança alimentar e nutricional. O conceito de segurança alimentar é amplo e se articula com diferentes segmentos da teia que compõem a questão alimentar. Ele está vinculado a questões alimentares abrangendo toda a população, não só as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Quando se utiliza o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), acoplam-se questões como produção, consumo, qualidade do alimento, acessibilidade, hábitos culturais e inclusão de renda e gênero.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA apud BÓGUS; COSTA, 2004, p.104).

A insegurança alimentar não está vinculada somente ao processo de desnutrição, mas também ao de subnutrição, principal problema de saúde das áreas urbanas, que possui relação com a baixa qualidade nutricional dos alimentos ingeridos pela população. Ademais, o conceito aborda a acessibilidade ao produto, tanto em relação à oferta quanto em relação à regulação de preço nos mercados, além de fazer referência ao método de cultivo, que precisa ser ambientalmente sustentável, com destaque para os sistemas agroecológicos.

Para além da fome e da desnutrição, a insegurança alimentar está intimamente relacionada com a obesidade, sobrepeso, as doenças ligadas à alimentação inadequada e à baixa qualidade dos alimentos. Ainda dentro do campo da segurança alimentar e nutricional estão as políticas de regulação de preços dos alimentos, combate ao desperdício e aos modelos excludentes e que degradam o meio ambiente. (BÓGUS; COSTA, 2004, p.104).

A maioria dos trabalhos, projetos e relatórios lidos sobre o tema afirmam que a agricultura urbana é uma solução viável para diminuição dessas problemáticas.

O livro *“Agrópolis”*, organizado por Luc Mougeot (2005), descreve, através de experiências concretas, os benefícios da agricultura urbana e o seu vínculo com o desenvolvimento sustentável das cidades, expondo casos nos quais a agricultura urbana ajudou a minimizar a insegurança alimentar. O livro tem como foco central expor o elo que existe entre a agricultura urbana e os objetivos do milênio – ODM -, atualmente, Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS -, através da análise de casos reais de agricultura urbana pelo mundo. O livro, então, expõe alguns pontos do ODM, que tem ligação com a agricultura urbana, que serão detalhados abaixo.

Segundo as pesquisas publicadas no livro, existe uma relação geográfica na questão da insegurança alimentar, chegou-se à conclusão que quanto mais longe é área rural do perímetro urbano, maior será a insegurança alimentar nessa área urbanizada, aumentando a importância da agricultura urbana.

Além da questão da acessibilidade e segurança alimentar, o livro expõe outros eixos de análises que foram beneficiados pela prática da agricultura urbana, acoplando áreas da saúde, mas também, setor social e econômico, além dos benefícios ambientais. Iremos evidenciar e detalhar os itens que foram analisados em *“Agrópolis”*, para maior compreensão da importância da agricultura urbana para as cidades.

- *Inclusão de gênero*: As mulheres e crianças são as mais afetadas pela insegurança alimentar, pois normalmente as mulheres recebem uma menor remuneração pelo trabalho realizado, além de trabalhar mais horas por dia; e, em períodos de crise econômica, são as primeiras a serem atingidas pelo desemprego. Um fator que amplia a problemática da insegurança alimentar é o aumento de famílias lideradas por mulheres, especialmente em áreas urbanas.

A mulher possui uma relação diferenciada com a alimentação, tanto de cuidado como de processamento dos alimentos, o que tem facilitado o seu ativismo na criação de hortas urbanas. Em países conservadores, nos quais a mulher não pode ter trabalho formal, a agricultura urbana tem sido um importante meio de obtenção de alimento e renda.

[...].Women retain a critical role in food procurement, preparation and distribution inside and outside their household. Poor female-led household are becoming more numerous in developing cities and these are especially at risk of food insecurity, given that have less access to rural and urban land. Women's ability to perform their multiple roles in relation to food security may be enhanced by their participation in UA. (MOUGEOT, 2005, p.4)

- *Aumento da disponibilidade e acessibilidade aos alimentos*: Um dos principais problemas das cidades é a pouca acessibilidade a alimentos, principalmente alimentos frescos (verduras, frutas e legumes). Quanto menor a renda da família, menor sua capacidade de acessibilidade e compra desses alimentos. A produção de alimentos na cidade aumenta a disponibilidade de alimentos frescos e, como na maioria dos casos, as hortas se encontram em favelas ou áreas periféricas, isso aumenta acessibilidade desses alimentos para essa parcela da população.

Quantities supplied by intra-urban and peri-urban production are considerable, amounting to thousands of metric tons and millions of litres. This production provides the bulk of all fresh and perishable food consumed by the cities (leafy vegetables,milk,fish,poultry, some starch such as potatoes). These foods are important sources of micronutrients, critical to citywide and household-level food security strategies.[...] Their production contributes a non-negligible percentage of all food consumed by urban households; a percentage that is even higher for poorer households [...].(MOUGEOT, 2005, p.4.).

- *Melhora do índice nutricional*: Pesquisas realizadas entre aqueles que praticam agricultura urbana e aqueles que não a praticam, mostram que os índices nutricionais são melhores entre aqueles que praticam a agricultura urbana - autoconsumo dos alimentos

produzidos-. Eles fazem mais refeições por dia e tem uma dieta mais balanceada e as crianças possuem menor índice de subnutrição (destaca-se que as pesquisas foram realizadas em bairros de baixa renda, onde a agricultura urbana se insere como atividade produtiva).

[...] where poor households practising UA have been compared with poor non-practising households, the former have been found to have lower food insecurity, eat more meals, maintain a more balanced diet year-round, (...) their children have better health and nutritional status [...] (MOUGEOT,2005, p.7)

- *Geração de renda e de emprego:* A agricultura urbana une várias atividades econômicas - produção, processamento, assistência técnica -, podendo ajudar na geração de renda, na ativação pequenos mercados e negócios locais e na geração de empregos, se tornando um atrativo para migrantes e também para jovens que não conseguem um posto de trabalho em época de crise econômica e recessão.

A geração de renda é um fator primordial para as famílias de baixa renda que praticam a AU, pois possibilita a essas famílias alcançar uma renda extra, além de diminuir o gasto com alimentação, que pode chegar a 50% da renda familiar dessas famílias. Em algumas localidades - citadas no livro, como: o Quênia, a Uganda e o Haiti -, o crescimento da AU tem sido expressivo e está captando o excedente de mão de obra que não é mais absorvido pelas dinâmicas da cidade, como a mão de obra imigrantes e trabalhadores pouco qualificados, diminuindo a insegurança econômica.

Outro fator interessante é que AU tem servido como base para expansão de pequenos comércios e mercados, auxiliando no fortalecimento de novos nichos comerciais.

Thousands of farmers and tens of thousands of workers may be engaged in a particular type of UA production at any given time [...] the capacity of market-oriented systems to absorb workers from other urban activities, when urban demand justifies it.[...] market vegetable-growing business multiplied several time [...] in response to population growth, reduced food imports and rising local unemployment [...] case study shows that a category of small entrepreneurs in UA can emerge, in which women participate [...] UA production is an even more important second or third source of income for poor urban households who try to reduce economic insecurity. (MOUGEOT, 2005, p.8).

Em alguns países, citados no livro, como a Namíbia e o Tongo, os quais a insegurança alimentar era muito severa, percebeu-se uma diminuição dos índices de importação do gênero alimentícios conforme incremento da agricultura urbana nessas localidades.

Na perspectiva ambiental, que abarca a meta 7 do ODM - qualidade de vida e respeito ao meio ambiente -, a agricultura urbana está vinculada com: reutilização de resíduos,

ampliação das áreas verdes, melhoria do microclima, ampliação de áreas para captação da água da chuva, ressignificação dos espaços subutilizados, aumento da biodiversidade. Para apresentar a relação da agricultura urbana com os pontos elencados acima, irei articulá-los com alguns estudos publicados pela RUAF que se relacionam com a questão ambiental.

Smit (2000), no seu artigo intitulado “*Agricultura Urbana e Biodiversidade*”, afirma que a principal fonte de nutrientes para as hortas urbanas vem do processo de compostagem do lixo orgânico produzido nas cidades. As cidades são grandes produtoras de resíduos, que normalmente são despejados em aterros sanitários, ocasionando sérios problemas ambientais, como: a contaminação do solo e do lençol freático. O processo de compostagem e reutilização desses resíduos nas hortas auxilia na diminuição dos passivos ambientais.

Os agricultores urbanos não são inerentemente mais conscientes do meio ambiente; eles reciclam os dejetos principalmente por que estão cultivando nos 2,5% de superfície da Terra onde os dejetos são produzidos em escala brutal e se amontoam por todo lado. Um estudo realizado pela TUAN (Rede de Agricultura Urbana) para a CARE Internacional revelou que grande parte do lixo orgânico que não vai para os lixões é desviada para a produção de alimentos e adubação de áreas verdes. (SMIT,2000, n.p.).

- *Aumento da biodiversidade*: O policultivo e a diversidade de cultivos não alimentar (árvores, plantas, flores), praticado pelos agricultores urbanos, aumenta a biodiversidade das áreas urbanas, e também estimula o reaparecimento de insetos polinizadores que se alimentam das vegetações locais. Além de reutilizar espaços degradados, há casos de agriculturas em áreas e pântanos e mangues, possibilitando uma restauração desses ecossistemas frágeis, que estavam poluídos e deteriorados.

A agricultura nas zonas urbanas pode reduzir os impactos negativos das cidades sobre a biodiversidade circundante, tanto mais próxima quanto mais distante (a ‘pegada’ urbana). Muitos argumentam que a agricultura urbana é inerentemente mais propensa à biodiversidade do que a agricultura rural moderna por que é mais sustentável, depende menos de insumos químicos e é menos nociva biologicamente. A agricultura urbana é praticada em áreas menores e geralmente apresenta uma mistura de cultivos mais diversificada e integrada. A agricultura urbana busca fechar o circuito nutrientes-energia. O melhor exemplo disso talvez seja a transformação de pântanos urbanos em áreas apropriadas para a produção de alimentos e de lenha e para recreação, em vez de serem entupidos com lixo e esgoto ou aterrados para servirem de espaço para mais construções. (SMIT,2000, n.p.).

- *Aumento das áreas verdes* (infiltração de água no solo e alteração do microclima): Nos grandes centros urbanos, principalmente dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, a falta de parques, praças e áreas verdes é algo corriqueiro. Exercer a

agricultura urbana nessas localidades representa um aumento das áreas verdes, além disso, o manejo correto do solo causa a sua descompactação, o que auxilia no processo de infiltração da água. Ademais, há relatos de expansão da agricultura urbana em áreas pavimentadas, ocorrendo uma real ampliação das áreas verdes. A melhoria da dinâmica hídrica acaba por influenciar no microclima local e, também, é comprovado que lugares mais verdes são mais frescos, o que evita o surgimento de bolhas de calor. (FAO, 2010)

A AUP contribui para mitigar os efeitos da mudança climática e aumentar a resiliência urbana. Em cidades desérticas como Vila Maria del Triunfo, Vila El Salvador ou Tacna (Peru) onde chove apenas 25 mm por ano, a AUP aumentou as áreas verdes contribuindo para melhorar a paisagem e a qualidade do ambiente através de sistemas agroflorestais urbanos e periurbanos. Em cidades densamente povoadas como São Paulo (Brasil) e Bogotá (Colômbia), a AUP aumenta a capacidade de infiltração, melhorando a recarga dos aquíferos e contribuindo para reduzir as enxurradas, os deslizamentos e as inundações. (FAO,2010, n.p.).

Os imperativos citados acima são os aspectos da agricultura urbana que as fazem ser uma prática associada ao discurso do desenvolvimento sustentável das cidades, e ser incluída em planos internacionais para minimização da fome extrema no mundo (FAO, ONU-Habitat). Após 2015, com a substituição dos ODM pelos ODS, houve uma subdivisão entre os itens, e a AU passou a ocupar destaque também em outros segmentos, sendo eles: Erradicação da pobreza; Fome zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem-Estar; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção responsáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima.

A prerrogativa ambiental só possui validade se considerarmos o tipo de manejo aplicado nas áreas de cultivo. Em grande parte das hortas cultivadas, o manejo realizado segue os preceitos agroecológico⁷, contudo, cada localidade tem suas limitações e se adequam para produzir de forma ambientalmente correta.

Vale reforçar que a dinâmica da agricultura urbana é variável, as suas características vão se modificar conforme a organização e os aspectos sociais de cada cidade. É perceptível na leitura de “*Agrópolis*”, assim como nos artigos publicados pela RUAF, que cada cidade se relaciona com a agricultura urbana de forma única. Os itens elencados acima não ocorrem

⁷ Utilizo a definição de Agroecologia utilizada por De Biase(2010) na qual: “A agroecologia pode ser definida como um campo de estudos de caráter multidisciplinar, que tem como objetivo articular o saber-fazer científico ao saber-fazer das comunidades rurais, como forma de potencializar as práticas sustentáveis de agricultura. Este novo campo de conhecimento pretende viabilizar a construção de outra forma de relação dos seres humanos entre si e com a natureza, na contramão do processo de modernização da agricultura”.

com a mesma intensidade, existem localidades onde a questão ambiental é mais presente, e, em outros, o que se fortifica é expressão social dessa relação.

Mougeot (2005) acredita que a agricultura urbana é uma forma de inclusão social e econômica de indivíduos que normalmente se encontram em situação de vulnerabilidade. Contudo ela não age por si só como uma modificadora estrutural, ela pode dependendo da sua organização interna minimizar os danos sociais que emergem na nossa sociedade excludente.

La agricultura urbana no es una solución total para los problemas que enfrentarán en el futuro las ciudades de los países en desarrollo, pero es parte fundamental de cualquier programa para hacer esas ciudades más habitables y mejorar la vida de sus moradores. La investigación es clave para tomar conciencia de todo el potencial de la AU. (MOUGEOT, 2006, p.56).

2.3 Ressalvas e Considerações sobre a Agricultura Urbana

Para que a agricultura urbana se consolide é necessário criar diretrizes de auxílio a sua expansão, Mougeot (2006) defende a criação de um plano de incentivo a agricultura urbana, através de projetos de políticas públicas. Segundo o pesquisador a elaboração de plano de incentivo, ajudaria a criar determinantes para a expansão da agricultura e também serviria como uma base para propostas realizadas, por agricultores, ONG's, e empresas interessadas na temática.

O pesquisador compreende que o planejamento correto auxiliaria a resolver algumas problemáticas, como a questão da acessibilidade a terras, inclusão da produção em mercados locais e uma articulação técnica específica para a agricultura urbana. O papel das Ongs e da sociedade civil é vista como fundamental para a ampliação da agricultura urbana, pois eles trabalham mais próximos da realidade desses agricultores urbanos, compreendendo suas reais necessidades.

Los gobiernos que han desarrollados o están desarrollando políticas de AU, lo han hecho porque la ven como una herramienta para atender los múltiples desafíos enfrentados por la ciudad, su medio ambiente su economía y su población. Los mejores ejemplos se basan en un amplio abanico de actores- funcionarios municipales, ONG, organizaciones comunitarias (OC), productores organizados, procesadores y comercializadores de alimentos- para desarrollar políticas sólidas que aborden todo, desde el manejo de desechos al empleo y la salud pública. (MOUEGOT,2006, p.70)

Desde de 2015 tramita no congresso o projeto de lei 906/2015 que pretender instituir uma política nacional de agricultura urbana, o projeto foi elaborado pelo deputado Padre João do PT-MG, esse projeto ainda não foi sancionado e está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)⁸. O projeto apresentando por Padre João a agricultura urbana é vista como:

Art. 1º A agricultura urbana é a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala.

Parágrafo único. A agricultura urbana deverá atender às exigências estabelecidas nas legislações sanitária e ambiental pertinentes às fases de produção, processamento e comercialização de alimentos

O artigo dois expõe os objetivos gerais da Agricultura Urbana para o projeto em trâmite.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Agricultura Urbana:

- I - ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas vulneráveis;
- II – propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos;
- III – gerar alternativa de renda e de atividade ocupacional à população urbana;
- IV – articular a produção de alimentos nas cidades com os programas institucionais de alimentação em escolas, creches, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros;
- V - estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana;
- VI – promover a educação ambiental e a produção orgânica de alimentos nas cidades;
- VII - difundir o uso de resíduos orgânicos e águas residuais das cidades na agricultura.

Art. 3º *A agricultura urbana deverá estar prevista nos institutos jurídicos, tributários e financeiros contidos no planejamento municipal, especialmente nos planos diretores ou nas diretrizes gerais de uso e ocupação do solo urbano, com o objetivo de abranger aspectos de interesse local e garantir as funções sociais da propriedade e da cidade.*

Art. 4º A Política Nacional de Agricultura Urbana será planejada e executada de forma descentralizada e integrada às políticas sociais e de desenvolvimento urbano, e implementada mediante a cooperação entre a União, os estados e os municípios.

Art. 5º O Governo federal, em articulação com os estados e municípios, empreenderá as seguintes ações para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei:

- I – apoiar os municípios na definição de áreas aptas ao desenvolvimento de agricultura urbana comunitária e individual, e das condicionantes para sua implantação;

⁸ Última averiguação sobre o andamento projeto foi realizado no dia 14/06/2017.

- II – viabilizar a aquisição de produtos da agricultura urbana para os programas governamentais de aquisição de alimentos — Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- III – auxiliar técnica e financeiramente as prefeituras municipais para a prestação de assistência técnica e o treinamento dos agricultores urbanos na produção, beneficiamento, transformação, embalagem e comercialização dos produtos;
- IV – estimular a criação e apoiar o funcionamento de feiras livres e de outras formas de comercialização direta entre agricultores urbanos e consumidores;
- V - estabelecer linhas especiais de crédito para agricultores urbanos e suas organizações, visando ao investimento na produção, no processamento e na estrutura de comercialização;
- VI – prestar apoio técnico para a certificação de origem e de qualidade dos produtos da agricultura urbana;
- VII - promover campanhas de valorização e de divulgação de alimentos e produtos provenientes da agricultura urbana.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O artigo 5º ao falar das ações para incremento da agricultura urbana, abarca, o debate de Mougeot (2006), para o pesquisador um projeto de lei que tratasse especificamente sobre AU daria uma base para implementação da prática – essa base seria assistência técnica específica para AU, plano de manejo com as áreas públicas que podem ser destinadas a agricultura urbana, além de créditos específicos para o agricultor urbano.

Coloca-se uma série de incumbências sobre a Agricultura Urbana, como já foi dito antes a agricultura urbana é uma prática, e se não executada com responsabilidade, pode ocasionar malefícios para saúde da população e do meio ambiente, para Mougeot (2006) um plano nacional bem estruturado pode auxiliar em uma prática positiva de Agricultura Urbana.

Para reforçar seu ponto de vista o geógrafo e pesquisador Luc Mougeot (2006), organizou o livro *“Cultivando Mejores Ciudades”*, no qual detalha casos onde a agricultura urbana se tornou uma prática desfavorável. O livro traz casos de intoxicação de agricultores e ecossistemas pelo uso indevido de pesticidas, além da contaminação por descarte incorreto do material utilizado. Além disso houve casos de exploração da mão de obra infantil.

Outro problema é o cultivo em solos contaminados e poluídos, o que pode causar intoxicação grave dos agricultores e da clientela que consomem tais produtos, normalmente a parcela mais pobre é a principal atingida nesses casos.

Essas problemáticas podem ser evitadas com um projeto coerente de Agricultura Urbana, que deve ser realizado em parceria com Ongs e Instituições que trabalhem com a temática, pois assim governo, empresários e sociedade civil- com os seus, mas diversos

representantes-, trabalhariam de forma articulada para incrementar e promover a expansão da AU.

La integración de la AU a la trama de una ciudad comienza por el reconocimiento de su importancia en la vida de sus habitantes y en la salud del medio ambiente local. Partiendo de la experiencia existente dentro de sus propios departamentos, entre las instituciones locales y los ciudadanos comprometidos, las autoridades municipales pueden diseñar las políticas para enfrentar múltiples desafíos de forma exhaustiva y equitativa [...] (MOUGEOT, 2006, p.80)

No livro “*Cultivando Mejores Ciudades*” há um destaque especial para as organizações não governamentais, pois são as principais divulgadoras e promotoras da Agricultura Urbana nos países em desenvolvimento.

No próximo subcapítulo iremos expor o caso de Cuba, que é elencando com um dos mais bem-sucedidos do mundo, no qual as políticas públicas, foram aplicadas de forma a incentivar especificamente a AU.

2.4 As diferentes expressões da agricultura urbana: o caso de Cuba

Havana, capital de Cuba, é um caso emblemático de agricultura urbana. A crise alimentar assolou o país, onde a maior parte da população é urbana, após o fim da URSS. Pois os dois países tinham uma parceira econômica, Cuba cultivava produtos para exportação (principalmente fumo, e açúcar) com incentivo de maquinários e aditivos químicos importados da URSS. Com o fim do país socialista e o embargo político feito pelos E.U.A, Cuba entrou em crise econômica, que ficou conhecida como *período especial*. Foi necessário buscar soluções viáveis e uma delas foi o incentivo da AU para alimentar as cidades. (FAO, 2014, p.10).

Inicialmente, a produção da AU tinha um rendimento baixo, contudo através de incentivos do governo, com a elaboração de políticas públicas específicas para a agricultura urbana, esse quadro se reverteu.

Inicialmente no se logaban altos rendimientos, debido a la falta de insumos y de experiencia agrícola. Sin embargo, con un fuerte apoyo gubernamental, la agricultura urbana pasó rápidamente de ser una respuesta espontánea a la inseguridad alimentaria a ser una prioridad nacional. (FAO, 2014, p.10)

Segundo a FAO, a agricultura urbana tem dado ótimos resultados, tendo a produção chegado, em 2012, há a 63.000 mil toneladas de hortaliças, 20.000 mil toneladas de frutas, 10.000 mil de tubérculos e raízes, mais de 10 milhões de litros de leite, além da produção de carnes.

Atualmente Havana conta com mais de 97 organopônicos superprodutivos que abastecem a cidade. As políticas públicas de incentivo à agricultura urbana e a produção animal são de extrema importância para o sucesso da prática. Os incentivos governamentais, vão desde a distribuição de sementes, rede de conexão entre os agricultores e agropecuaristas, liberação de terrenos e parques para as práticas agrícolas, além de treinamento e auxílio técnico para a população (FAO, 2014).

A criação de políticas públicas específicas para a Agricultura Urbana foi fundamental para a expansão da prática, dando suporte necessário aos agricultores urbanos. Criou-se uma rede de troca de experiências, e as instituições criadas pelo governo tem como função captar as necessidades dos agricultores e presta todo tipo de auxílio necessário.

En La Habana, la producción agropecuaria depende de dos programas nacionales, uno para la agricultura urbana y otro para la agricultura suburbana [...] Con el objeto de impulsar esta actividad, el Gobierno cubano creó la Delegación Provincial de la Agricultura, siete subdelegaciones provinciales y 15 delegaciones municipales. El Gobierno también ha introducido medidas para ceder en usufructo y gratuitamente espacios sin construir para destinarlos la agricultura y fomentar la participación de mujeres y jóvenes. (FAO, 2014, p.14)

Sucesso da agricultura urbana em Cuba está na leitura que governo fez do território, entendendo as necessidades que eram expostas. A escala de análise é sempre detalhada, tentando compreender o que cada localidade necessita.

Una de las características de la agricultura urbana y periurbana de Cuba es su alto grado de independencia local, lo que se considera un factor decisivo para alcanzar una mayor seguridad alimentaria. La estrategia cubana consiste en apoyar la producción de alimentos en áreas pequeñas con un alto número de productores, que responden a la demanda alimentaria del propio barrio. Cada territorio actúa de manera autónoma en la producción de insumos, como semillas, abonos orgánicos, bioproductos para el control de plagas y alimentos para animales. (FAO, 2014, p.15)

A experiência de Cuba sintetiza todos os pontos colocados nesse capítulo. A relação da agricultura urbana com o ecossistema urbano, fazendo uma leitura desse ecossistema -e entende o que a realidade mostrava- foram elaboradas políticas públicas inclusivas, com grande suporte do governo fortalecendo a prática e transformando a experiência em um caso de sucesso, que serve de inspiração para outros lugares.

Una de las lecciones clave de la experiencia de estos últimos veinte años en La Habana es que, para ser productiva y sostenible, la agricultura urbana debe adaptarse a las condiciones físicas del entorno urbano y al potencial y los recursos locales. Esta adaptabilidad será también necesaria cuando mejore la economía cubana y emerjan nuevas prioridades en la planificación urbana.(FAO, 2014, p.18, Grifo do autor)

No próximo capítulo irei abordar a cidade de São Paulo, para entender como se estrutura esse ecossistema urbano e partir de então compreender a agricultura urbana localizada no extremo leste do município.

Esse capítulo foi fundamental para entender as potencialidades da agricultura urbana e como ela pode auxiliar no desenvolvimento de cidades mais sustentáveis.

2 CIDADES GLOBAIS, CIDADES SUSTENTÁVEIS

No capítulo 1, discutimos a questão do desenvolvimento sustentável e a validade de tal conceito. Sabe-se que o conceito de desenvolvimento sustentável está vinculado a um discurso que fortalece o planejamento como ferramenta principal para a diminuição da pobreza e a construção de sociedades mais igualitárias. Associado a esse debate, está o fortalecimento da ideia de cidades sustentáveis ou cidades verdes, como forma de planejamento para as áreas urbanas.

O mundo atualmente é mais urbano que rural, estima-se que em 2030 todas as regiões do mundo sejam mais urbanas que rurais, incluindo os países da Ásia e África. (IPEA, 2011, p.3). Segundo o relatório "Criar Cidades mais Verdes" da ONU (2012), a urbanização nos países de baixa renda está vinculada a ampliação das problemáticas socioeconômicas como: desemprego, insegurança alimentar, aumento da pobreza, e conclui que 30% da população urbana desses países obtém uma renda abaixo da linha oficial da pobreza. (p.2).

Leite (2012) e o relatório do IPEA (2011) - Estado das Cidades do Mundo 2010/2011 Unindo o Urbano Divido -, destacam a diferença na Urbanização dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos⁹. Ambas as pesquisas consideram a Urbanização um processo positivo, compreendendo que “[...] de mãos dadas com o crescimento econômico, a urbanização tem ajudado a reduzir a pobreza total oferecendo novas oportunidades, melhorando o nível de renda e *aumentando o número de opções de subsistência para as populações [...]*” (IPEA, 2011, p.5, *grifo nosso*).

As áreas urbanas são consideradas os centros intelectuais, culturais e tecnológicos, locais onde ocorrem os processos de inovação, que servem para nutrir e fortalecer as áreas urbanas. Os principais exemplos dessas áreas inovadoras são as metrópoles, com destaque para as megacidades. (LEITE,2012).

Contudo, ambas as pesquisas afirmam que é necessário compreender como se estrutura essa urbanização. Nos países desenvolvidos, a urbanização ocorreu de forma lenta e gradual, ganhando novas significâncias com passar dos anos, e se fortaleceu de forma

⁹ Nos dois primeiros capítulos, foram utilizados os termos, países em desenvolvimentos e subdesenvolvidos, conforme orientação dos autores. Contudo a partir deste capítulo será aplicado a visão do professor e pesquisador Milton Santos, que afirma não existir um mundo em desenvolvimento, já que não se trata de uma situação de transição. Compreende-se que “[...] Não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias [...]” (SANTOS, 2008, p.19)

inclusiva, agregando sua população nessas reformulações. “[...] na maioria das áreas urbanas do mundo desenvolvido, a segmentação dos espaços para diferentes usos é relativamente visível, embora a heterogeneidade e os usos misturados continuem acontecendo de forma ampliada. [...]” (IPEA,2011, p.3)

Existe uma diferença na forma com a urbanização se consolida nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos. Ela pode ser positiva e auxiliar no processo de minimização da pobreza, principalmente se apoiada em políticas bem estruturadas. “Entretanto, quando a urbanização vem acompanhada de um crescimento econômico fraco, *quando faltam políticas distributivas ou quando as que existem são ineficazes*, a urbanização resulta na concentração local dos pobres ao invés de trazer uma redução significativa da pobreza”. (IPEA,2011, p.5, *grifo nosso*). E é essa forma não organizacional que vigora nos países subdesenvolvidos. Ou seja, a urbanização se configura como uma forma de exclusão econômica e social, aumentando a segregação social dessas localidades, porém, continuam a ser centros atrativos, pois são locais de acontecimentos e permitem que os seus moradores fujam da pobreza extrema e se incluam mesmo que minimamente na esfera do consumo.

É necessário compreender que as metrópoles dos países subdesenvolvidos, não são localidades segregantes, exclusivamente por culpa do seu processo de organização interno, mas também por conta de seu papel na lógica externa, ainda mais no processo de globalização que acontece atualmente.

Entende-se que “A relação entre a internacionalização e as cidades ganha uma nova dimensão com o processo de globalização por que passam, hoje, todos continentes. [...]. Destes alguns são lugares complexos, as metrópoles, dentre as quais se destacam *as metrópoles globais*. [...]” (SANTOS, 2012, p.17, *grifo nosso*)

Santos (2012) pontua que “Essa mundialização dos lugares, permite a criação de lugares especializados e lugares complexos. [...]”. Lugares especializados, respondem a demanda exigida pelo processo de mundialização, são localidades que possuem uma infraestrutura precisa e especializada para o tipo de atividade praticada. “Os lugares complexos são, habitualmente, as metrópoles e grandes cidades, onde o meio humano permite a floração de uma multiplicidade de atividades localmente complementares e, nos diversos subespaços metropolitanos [...]” (p.19)

O geógrafo, expõe que as grandes cidades se tornam lugares compostos e complexos, possuindo subespaços especializados, “[...] fundados na ciência e na técnica, concebidos para permitir, de um ponto de vista geoeconômica a maior eficiência possível a determinado tipo de função.” (p.19)

Santos ressalta ainda que a incorporação dos países subdesenvolvidos no processo de globalização “[...] dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes [...] a modernização conseqüentemente é seletiva, deixando de fora dos benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população.” (SANTOS, 2012, p.45)

Nessa lógica “A internacionalização da economia leva a uma concentração financeira e econômica, traduzida pelas alterações das funções urbanas e por modificações brutais da lógica interna da cidade [...] (SANTOS,2012, p.45)

Ou seja, essas metrópoles, cidades globais, nos países subdesenvolvidos se fortalecem como áreas de exclusão, sua organização é voltada para o interesse do capital internacional e se tornam áreas destinadas a abrigar as necessidades físicas dessas grandes firmas. Os recursos das cidades são utilizados para suprir as necessidades dessas corporações, o que reduz os investimentos públicos que seriam destinados a questões sociais, agravando a desigualdade social desses lugares. (SANTOS, 2012, p.47)

Silveira (2015) afirma que no período da globalização não é equivocado afirmar que a metropolização não é apenas um grau elevado da urbanização, mas sim, “[...] um processo de extrema divisão social e territorial do trabalho, atravessado por complexas formas de cooperação entre agentes de desigual grau de capital, tecnologia e organização.” (p.99)

Para melhor assimilar essa lógica desigual que vigora nos países subdesenvolvidos, Santos (2008) elabora a teoria dos dois circuitos, o foco central é a análise dos países subdesenvolvidos, que não funcionam como um bloco, “Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos. [...]” (p.38-39)

A ideia central é que os países subdesenvolvidos se organizam e reorganizam em função de interesses externos, que se articulam em escala mundial, há um processo de seletividade.

“Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. Seria a teoria dos “[...]dois circuitos econômicos, responsáveis

não só pelo processo econômico, mas também *pelo processo de organização do espaço*” (SANTOS, 2008, p.21, *grifo nosso*).

Admite-se então que “[...]. Enquanto expressões das clivagens presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho. [...]” (MONTENEGRO, 2006, p.11)

A teoria dos circuitos auxilia na análise do impacto da divisão internacional do trabalho nos países subdesenvolvidos. A interpretação da realidade é feita levando pressuposto a existência de dois circuitos, que compreendem produção, distribuição e consumo nas cidades. Assim sendo, “As atividades urbanas e a população a elas associadas são distinguidas em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização que utilizam. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior.” (MONTENEGRO, 2013, p.34)

Compreende-se, então, que a pobreza é um traço comum nas metrópoles dos países subdesenvolvidos, o território é utilizado primeiramente pelo capital, para nutrir seus interesses; os excluídos, dessa lógica de apropriação, são realocados para locais não atrativos e realizam atividades que, em um certo momento histórico, não interessam ao circuito superior. O circuito inferior, então, se adequa e preenchem as lacunas deixadas pelo circuito superior.

Longe de uma economia ou uma cidade dual, as interconexões entre os circuitos são, a cada momento, mais numerosas, no entanto mais complexas mais sensíveis, mais difíceis de mensurar. Por isso, é indispensável ver a pobreza como historicamente determinada, resultado dessa trama contemporânea de interdependência na cidade e no país. Inclusive no período da globalização, a formação socioespacial tem um papel central, embora subordinado, no arranjo dos elementos da macroeconomia que determinam a produção da pobreza. [...] (SILVEIRA, 2015, p117)

Basicamente, esse processo de construção e uso desigual dos espaços urbanos transformou as metrópoles nas áreas de maior desafio estratégico da atualidade. São as localidades que mais consomem energia e produzem resíduos. Por esse motivo, se tornaram o foco central do debate sobre desenvolvimento sustentável (LEITE, 2012, p.14). As metrópoles se consolidam como lugar do consumo e da pobreza. O Banco Mundial prevê que, até 2035, as cidades se tornarão os locais predominantes da pobreza. (p.21)

Essas problemáticas se acentuam nas megacidades – cidades que possuem mais de 10 milhões habitantes -, esse tipo de configuração tem se tornado cada vez mais comum nos

países subdesenvolvidos. Como vimos, a urbanização que tange essas localidades é segregadora. O privilégio dos usos dos espaços é para as necessidades do capital e a população fica aquém nessa dinâmica, sendo expulsas das áreas privilegiadas, para as periferias.

Inseridos, então, nessa lógica desigual dos usos do espaço, como é possível implantar a ideia de cidades sustentáveis ou cidades verdes, principalmente, nos países subdesenvolvidos?

A ONU (2012), no relatório "Criar Cidades mais Verdes", afirma que o conceito "cidades sustentáveis" - na perspectiva de serem localidades mais resilientes; social, econômica e ambientalmente sustentáveis -, está associado ao planejamento urbano dos países desenvolvidos que podem se ater as questões ambientais – principalmente -, com mais afinco, já que as problemáticas sociais são menos intensas. (p.3)

Nos países subdesenvolvidos, o conceito tem "[...] uma aplicação especial, e dimensões sociais e econômicas significativamente diferentes [...] os princípios básicos de cidades mais verdes podem guiar um desenvolvimento urbano que assegure segurança alimentar, trabalho e renda decente [...]" (ONU,2012, p.3)

Ressaltando a premissa básica do conceito de desenvolvimento sustentável, o relatório expõe que a melhor forma de se alcançar as "cidades sustentáveis" é através da articulação das *políticas públicas com o planejamento urbano*. E enaltece que é preciso valorizar as soluções "criativas" que são realizadas pelos pobres urbanos (p.3). A ideia que percorre é que as pessoas de baixa renda possuem uma leitura melhor da problemática que os cercam e buscam soluções viáveis para resolver as mesmas. Um exemplo dado pelo relatório é a agricultura urbana, uma solução que aos cidadãos de baixa renda vem praticando nas cidades. Tal atividade está associada a geração de renda e ao aumento da acessibilidade do alimento.

Tendo como norte a teoria dos circuitos como um método de leitura do processo de metropolização das megacidades dos países subdesenvolvidos e a compreensão de que o planejamento urbano articulado com a elaboração de políticas públicas é uma forma de se alcançar o desenvolvimento sustentável das cidades, tentaremos visualizar essas resoluções no município de São Paulo.

Estudaremos, então, a especificidade do processo de metropolização, no momento histórico da globalização, no município de São Paulo, e quais impactos essa dinâmica gerou na cidade. Seguimos aqui o preceito de Mougeot (2000) que reverbera que só é possível

compreender o que é a agricultura urbana de um território, compreendendo, anteriormente, o ecossistema urbano desse local. O ecossistema urbano está vinculado a todas relações que constroem um território específico.

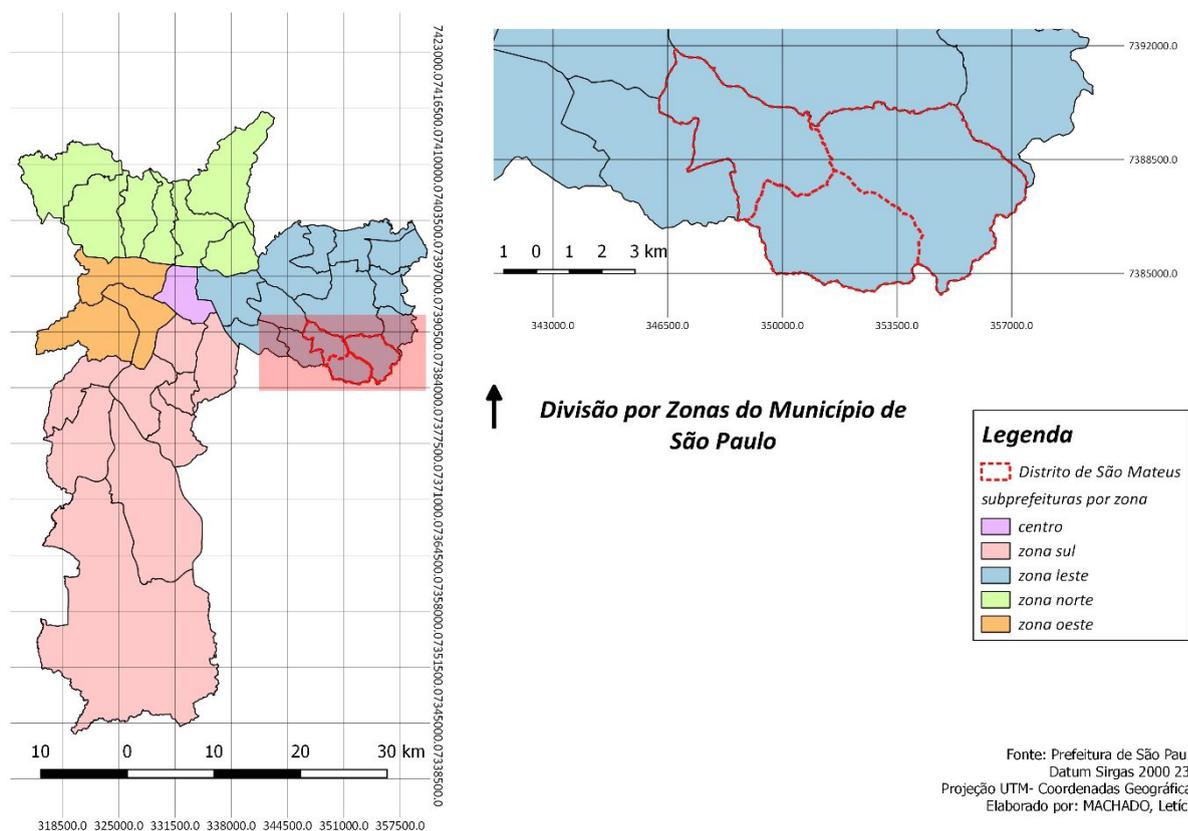
Também iremos expor as políticas públicas do município que abarcam a temática do desenvolvimento sustentável. Como o foco da pesquisa é a agricultura urbana, iremos dar destaque às políticas públicas que tratam da temática.

3.1 A cidade São Paulo no contexto da globalização

São Paulo é uma cidade com mais de 11,6 milhões de habitantes, distribuídos em uma área de 1.521,11 km², com uma densidade demográfica de 7.651,52 hab/km².¹⁰ Como vemos no mapa abaixo a cidade é dividida em quatro zonas - norte, sul, leste, oeste-, cada qual com suas particularidades. É uma cidade global e, no contexto do território nacional, é a cidade primaz.

Mapa do município de SP- divisão territorial por Zonas

¹⁰ Fonte dos dados: SEADE -IMP (informações dos municípios paulistas), disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil> Acesso: 15/06/2017



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Geosampa.

São Paulo “[...] é uma metrópole onipresente em todo o território nacional, sendo também o lugar em que são mais fortes e significativas as relações internacionais.” (SANTOS, 2012, p.17)

A metropolização de São Paulo está vinculada ao processo histórico de formação do território. Montenegro (2006) destaca que este processo histórico da modernização pode ser compreendido através da periodização elaborada pelo professor Milton Santos “[...]que propõe três grandes etapas de mundialização para a cidade a partir das variáveis chaves que a estruturam ao longo do século XX: o comércio cafeeiro, a indústria e a informação. [...]” (p.55). Essas três etapas da mundialização repercutem no processo organizacional da cidade. Sendo “A primeira, baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos de 1960, ao passo que a fase atual, baseada nas anteriores, é a *da metrópole global*, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal de seu domínio. (SANTOS, 2012, p.41, *grifo nosso*)

Santos (2012) assevera que desde o processo de modernização, tanto a cidade de São Paulo como a região onde está inserida, foram assimilando e se adequando aos instrumentos de modernidades criados pelos países hegemônicos, o que fez com que cidade e campo se inserissem impetuosamente na divisão internacional do trabalho. “Desse modo, a expansão do campo e o desenvolvimento urbano se influenciam, criando um conjunto dinâmico [...]” (p.14).

O geógrafo ressalta que nenhuma outra metrópole, de países subdesenvolvidos, teve tanta facilidade para incorporar as modernidades no seu processo organizacional e que a proximidade com a sua área agrícola foi fundamental para que isso acontecesse. Ambas as localidades se modernizavam juntas, e a cidade de São Paulo se tornou centro operacional dessa dinâmica (p.14-15).

São Paulo possui a capacidade de se adequar rapidamente as exigências feitas por cada período, fator fundamental para manter seu papel de primazia no contexto nacional, tal condição também reflete no arranjo da cidade. A cidade sofre, então, mudanças constantes de seu conteúdo geográfico, as localidades se modificam rapidamente, antigas formas desaparecem para dar lugar as modernidades exigidas pelas novas funções que a cidade “adquire”. “ [...]. A antiga metrópole industrial transformou-se, a partir das condições materiais e relacionais herdadas, na nova metrópole informacional. [...]” (MONTENEGRO, 2006, p.57)

O município, então, passa de metrópole industrial, principal centro fabril do país, para centro informacional, sendo os lócus do setor quaternária de serviços, ou seja, onde se encontram as sedes das principais empresas internacionais, bancos entre outros.

Nas condições de passagem de uma fase à outra, somente a metrópole industrial tem os meios para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole transacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. [...] (SANTOS, 2012, p. 40).

Toda essa dinâmica -de transformação- exige mudanças estruturais contínuas, que são visíveis na paisagem. Ou seja, a metrópole global exige mudanças constantes no espaço, onde está inserida, para dar conta das necessidades de produção e circulação que o processo mundialização estabelece, com isso novos espaços são agregados e preparados para cada tipo específico de produção. Basicamente, “A cidade, tal qual ela era, deixa de ser lugar adequado para a produção moderna, sendo necessário acrescentar outras áreas, técnicas e

cientificamente construídas para responder, deliberadamente, a esses reclamos precisos. [...]” (SANTOS, 2012, p.46)

Ocorre então uma transformação constante da divisão do trabalho. Segundo Santos (2012), “As divisões sucessivas do trabalho ensejam uma determinada disposição dos objetos geográficos, dando-lhes, a cada momento, um valor novo.” (p.121) e complementa que “As novas divisões do trabalho vão, sucessivamente, *redistribuindo funções de toda ordem sobre o território*, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial.” (p.121, *grifo nosso*)

Há um processo de seletividade – econômica, social e espacial -, na qual certas áreas são valorizadas em detrimento de outras. Esse processo de seletividade é o alicerce da teoria dos circuitos. A cidade, então, pode ser lida através da teoria espacial dos circuitos. “O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica [...]. O circuito inferior é formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres [...]” (SANTOS, 2008, p.22)

Cada circuito se materializa com características próprias. Santos (2008) afirma que “Cada circuito mantém, com o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influências.” (p.22). O circuito superior, é o moderno, nele que se encontram as atividades mais capitalizadas, já o circuito inferior é associado as dimensões da pobreza.

Na metrópole global, que é São Paulo, o processo de urbanização assume cada vez mais um papel de continua exclusão, Santos (2012) fala de modernizações que arrebatam a metrópole paulistana, ou seja, a modernização não subjuga o território da mesma maneira e nem com a mesma intensidade.

As localidades escolhidas para abrigar as atividades do circuito superior, recebem mais incentivos fiscais e políticos, para assim se adequarem as necessidades internacionais e é a partir dessa premissa que espaços específicos da metrópole serão selecionados para acolherem o circuito superior. (MONTENEGRO, 2006). No processo histórico-espacial da cidade, várias localidades foram selecionadas – em espaço e tempo específicos - para abrigar a região moderna do município, com destaque para o setor sudoeste, que vai desde o centro velho, transitando para a região do espigão da paulista e, atualmente, a região moderna se localiza no entorno da região da Avenida Faria Lima, sentido marginal Pinheiros, indo além da avenida Carlos Berrini.

Enquanto o circuito superior é o resultado direto da modernização tecnológica, o circuito inferior também é resultado dessa modernização, porém “[...] um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas.” (SANTOS, 2008, p.38)

O circuito inferior acabou se tornando o abrigo dessa população pobre, que não possui o perfil exigido pelo circuito superior. E é no circuito inferior que essa parcela de pessoas encontra formas de obter renda e assim sobreviver e consumir na metrópole. Circuito inferior e pobreza, nas metrópoles dos países subdesenvolvidos, andam juntas. E as pessoas que dinamizam o circuito inferior da economia ocupam as localidades resíduas - que foram utilizadas e não interessam mais as atividades do circuito superior, naquele momento -, ou as áreas periféricas.

Montenegro (2006) expõe que a paisagem de São Paulo é um espelho da pobreza¹¹ que existe na cidade, em seus mais diversos segmentos – moradia/habitação como também na questão do emprego/trabalho. É possível observar o aumento de trabalhadores informais (catadores de lixo, malabaristas) e um crescente número de pessoas morando nas ruas, aumento de ocupações e a expansão da moradia em áreas irregulares.¹² Montenegro afirma então que o agravamento da pobreza do município está vinculado as decisões políticas econômicas que favorecem as dinâmicas do circuito superior. Sendo assim, a metrópole paulista se consolida como a mais desigual do Brasil (p. 67-70).

Apesar da pobreza estar espalhada por toda a cidade de São Paulo, seus pontos focais estão nas áreas periféricas da cidade, a configuração da cidade é de possuir uma área central expandida moderna e uma periferia pobre. O processo de periferização é resultado do uso corporativo da metrópole. Em São Paulo, isso se torna visível quando os indicadores sociais decaem quanto mais periférico é a moradia dessas pessoas. (MONTENEGRO, 2006, p.70-71)

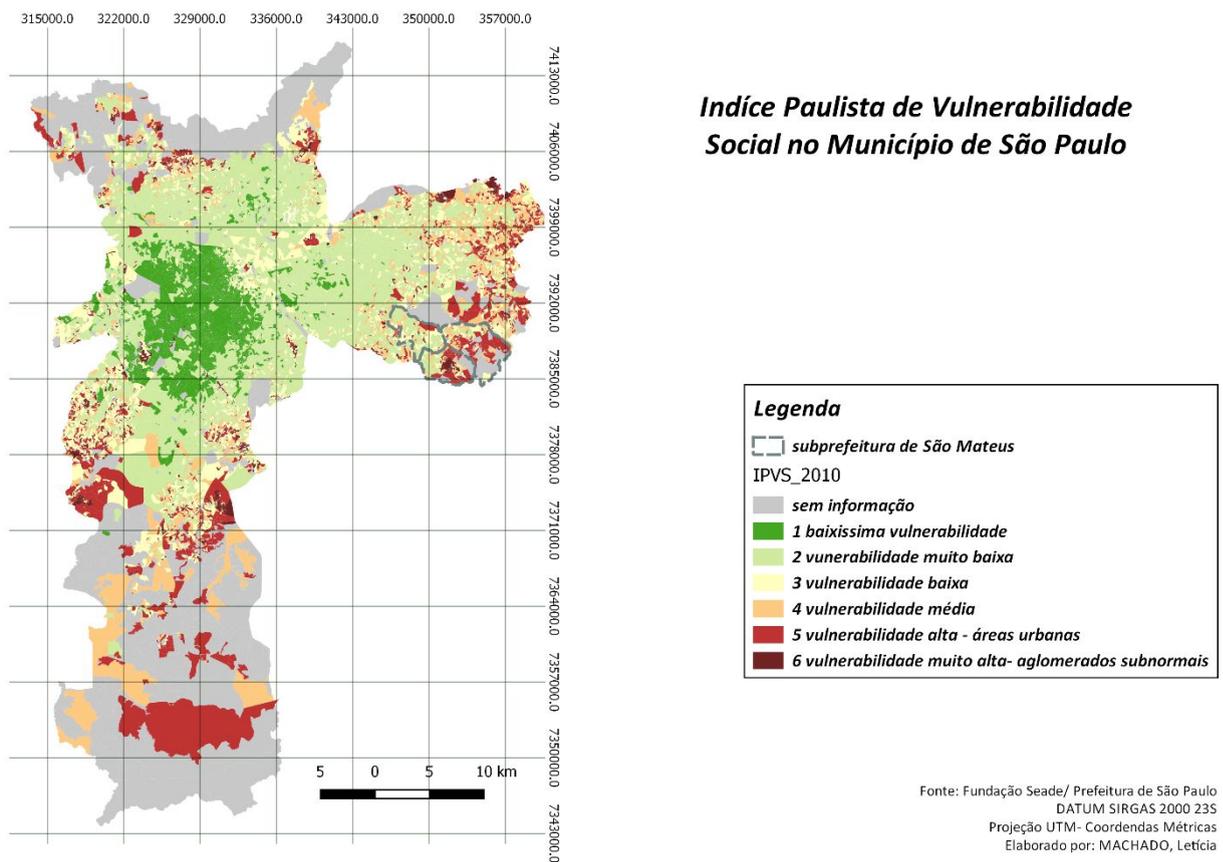
Pensando nessa lógica do processo de periferização do município, Montenegro (2006), baseada no pensamento de Torres (2005), assevera que através de análises de crescimento demográfico e qualidade de vida, é possível classificar a expansão da pobreza no território paulistano e para isso elenca três termos utilizados pelo autor: “cidade consolidada” que são as localidades que apresentam os melhores índices sociais e um crescimento demográfico

¹¹ A ideia de pobreza exposta no trabalho é mesma exposta por Montenegro (2006) que defende que a pobreza não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência.

¹² Na atual conjuntura política e social do país, essa exposição de Montenegro continua atual, mesmo após 10 anos da defesa da dissertação

negativo, “periferia consolidada” ainda apresentam problemáticas sócias, porém possuem infraestruturas consolidadas e o crescimento demográfico está abaixo de 3% e por fim as “fronteiras urbanas” que são as áreas de expansão da cidade, na qual a infraestrutura é precária ou inexistente e o crescimento demográfico se encontra acima de 3%. (p.72-75). Percebe-se, então, que “Nos distritos mais pobres, a oferta de emprego e as remunerações obtidas são também, de modo geral, mais reduzidas se comparadas aos demais distritos. [...]” (p. 75).

Mapa IPVS do Município de São Paulo



Fonte: Fundação Seade/Prefeitura de São Paulo

Nota -se no mapa que os distritos mais periféricos também são os mais pobres.

Esses dados nos revelam como o local de moradia dos indivíduos aumenta sua vulnerabilidade social. Para que possam se inserir no mercado de trabalho, os indivíduos mais pobres têm de arcar assim com os custos de transporte para as áreas mais centrais da cidade. Pois é justamente nessas áreas, onde há uma maior concentração de ocupações, que a população de menor renda e menor escolaridade pode encontrar algum tipo de trabalho e, por conseguinte, obter renda. (MONTENEGRO, 2006, p.76)

Entende-se, dessa forma, que a cidade de São Paulo é uma metrópole global, desigual na sua essência. “Na grande metrópole corporativa do país, os indivíduos não têm as mesmas possibilidades de acesso aos diferentes bens, serviços e oportunidades. [...]” (MONTENEGRO, 2006, p.77)

Mougeot (2000) afirma que só é possível compreender o que é a agricultura urbana se entendermos o urbano onde ela se localiza. Foi pensando nisso que busquei uma teoria que explicasse a cidade de São Paulo na atualidade. São Paulo é uma metrópole global de um país subdesenvolvido, no qual a divisão internacional do trabalho fragmenta o território, essa fragmentação cria uma dinâmica única que pode ser compreendida através da teoria dos circuitos da economia urbana.

O circuito superior é realizado pelos atores hegemônicos que selecionam as localidades que são mais propícias para as suas práticas econômicas, são representados pelas grandes corporações e habitam as áreas mais modernas da cidade, recebendo a maior parte dos investimentos econômicos para sempre se modernizarem. Abrigam uma pequena parcela de mão de obra extremamente qualificada, ou seja, não é o circuito dinamizador de empregos.

As atividades do circuito inferior se encontram difusas por toda a cidade de São Paulo, sendo realizadas pelos agentes não hegemônicos do sistema, são ocupações que não exigem alto grau de escolaridade, é o setor que mais absorve mão de obra nos países subdesenvolvidos, esses agentes normalmente residem nas áreas residuais ou nas áreas periféricas da cidade.

Considerando os aspectos que caracterizam o que é agricultura urbana e levando em consideração a teoria dos circuitos da economia para compreender a metrópole paulistana, identifiquei a agricultura urbana, prática no extremo leste da cidade, como uma atividade do circuito inferior.

Como foi exposto no capítulo 2, é preciso que os governos elaborem leis e criem políticas públicas que incentivem o desenvolvimento sustentável das mesmas. Veremos a seguir se as políticas elaboradas pela prefeitura com foco no desenvolvimento sustentável, conseguem ser inclusivas e se elas fomentam a prática da agricultura urbana.

3.2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em São Paulo

Desde de 1992, São Paulo se compromete com a busca pelo desenvolvimento sustentável, com foco nas diretrizes expostas, primeiramente pela Agenda 21 e, após a reformulação da mesma em 2015 na “Cúpula das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável”, com a Agenda 2030. Um dos primeiros passos para a valorização do Desenvolvimento Sustentável foi a criação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em 1993.

Em 1994, sob a coordenação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), foi desenvolvido um grupo de trabalho intersetorial – formando por várias secretárias, além de ter participação da sociedade civil -, que tinha como foco central disseminar a Agenda 21. Esse grupo foi denominado de Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADE’s), que deliberou a criação dos Centros de Educação Ambiental (CEA’s) seriam centros que promoveriam cursos, encontros e palestras sobre o tema. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

Em 2001, é implementado o Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). Segundo a Prefeitura de São Paulo, “**O Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA)** destina-se a apoiar projetos que visem o uso sustentável dos recursos naturais, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental, pesquisa e atividades ambientais de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente.” (n.d., grifo do autor).¹³

Em 2009, a lei 13.155/2001 foi revogada sendo substituída pela lei 14.887 de 15/01/2009, essa reformulação dá mais autonomia a SVMA e confere nova disciplinas ao CADES, ao CONFEMA, ao FEMA, ao Conselho Consultivo da UMAPaz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010, p.13)

A partir dessa reformulação, o CADE’s adquire mais peso, compreende-se o CADE’s como:

[...] órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho no território do Município. *O Conselho é órgão paritário, formado por igual número de representantes do poder público e da sociedade civil, contando com representação de empresas privadas, universidades e de organizações não governamentais.* (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010, p.14, grifo nosso)

¹³Em 2009, Gilberto Kassab é eleito prefeito da cidade de São Paulo, e nomeia com secretário do meio ambiente o então deputado pelo partido verde Eduardo Jorge. Nessa gestão ocorrem reformulações significativas nas políticas públicas de questão ambiental no município. Entre as ações realizadas estão as reformulações no SVMA que consegue ter mais autonomia.

As atribuições do CADE's são:

- I - colaborar na formulação da Política Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz, por meio de recomendações e proposições de planos, programas e projetos ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, às Subprefeituras, às Secretarias Municipais do Verde e do Meio Ambiente, de Participação e Parceria, de Esportes, Lazer e Recreação e demais órgãos interessados;
- II - *apoiar a implementação, no âmbito de cada Subprefeitura, da Agenda 21 Local e do Programa A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública;*
- III - *apoiar a implementação do Plano Diretor Estratégico e dos Planos Diretores Regionais em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz;*
- IV - *fomentar a cultura e os ideais de sustentabilidade, apoiando ações públicas ou privadas de conservação do meio ambiente, de promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz;*
- V - promover a participação social em todas as atividades das Subprefeituras relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz;
- VI - receber propostas, denúncias e críticas relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e cultura de paz, encaminhadas por qualquer pessoa ou organização, responsabilizando-se pelos encaminhamentos e esclarecimentos necessários;
- VII - promover ações conjuntas com outros conselhos que atuem na região das Subprefeituras correspondentes, como conselho gestor de parques, conselho de segurança, conselho de saúde, conselho de política urbana, CADES, entre outros. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d, p.9-10, grifo meu)

Os CADE's¹⁴ são regionais, são 32 CADE'S, um para cada subprefeitura e é de responsabilidade do conselho deliberar as problemáticas centrais de cada subprefeitura- aqueles problemas relacionados com os sete pontos elencados acima -, para assim, fazer um diagnóstico e construir um grupo de trabalho, que terá duração de dois anos. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d, p.19)

O CADE's, são formados por representantes da administração municipal e de organizações não governamentais (ONG's) que atuam na área de desenvolvimento sustentável são os responsáveis por reger o Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONFEMA) é de responsabilidade do CONFEMA:

- I - definir normas, procedimentos e condições operacionais do FEMA;

¹⁴ Os CADE's são formados por oito membros eleitos pela sociedade civil e oito membros indicados pelo poder público, qualquer cidadão, maior de 18 anos, que seja morador da subprefeitura pleiteada pode se candidatar a fazer parte do conselho.

- II - avaliar os planos, programas e projetos apresentados, deliberando sobre a sua viabilidade técnica e econômica, (subsidiado pelo parecer da CAV);
- III - encaminhar ao plenário do CADES, para conhecimento, relação dos planos, programas e projetos aprovados;
- IV - dar publicidade, anualmente, pela imprensa oficial do Município de São Paulo, do montante dos recursos previstos para apoio, no exercício seguinte, de planos, programas e projetos;
- V - outras atribuições que lhe forem destinadas.

(PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

É o CONFEMA quem determina as diretrizes para as chamadas do FEMA. “Os recursos do Fundo são provenientes de pagamentos de multas aplicadas pela área de fiscalização da própria SVMA, compensações ambientais de atos lesivos ao meio ambiente, venda de crédito de carbono e repasses governamentais” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2010, p.14)

Os recursos destinados ao FEMA devem apoiar projetos que visem o uso racional dos recursos naturais, que promovam a melhoria, manutenção e recuperação de áreas ambientais, incentivo a pesquisa e valorização do meio ambiente.

O CADE's, junto com o COFEMA são as principais instituições municipais que lidam com projeto na perspectiva dos ODS e do desenvolvimento sustentável das cidades. A Prefeitura de São Paulo determina que é função do CADE's estabelecer anualmente diretrizes para a aplicação do FEMA. Já o CONFEMA deve escolher as linhas dos editais de chamamento respeitando as diretrizes estabelecidas.

Os editas do FEMA são temáticos, sempre na perspectiva ambiental, no site da prefeitura estão disponíveis para análise 11 editais antigos, sendo que o primeiro edital é de 2005. Para participar do edital é necessário que a instituição tenha um cadastro autorizado pela prefeitura.

Para além do FEMA, o plano diretor da cidade de São Paulo, traz na sua construção algumas temáticas que envolvem a questão do desenvolvimento sustentável, com destaque para questão da mobilidade urbana. Contudo, como esse tema não é foco central da pesquisa, não abordaremos essa questão. No próximo capítulo iremos discutir alguns pontos do plano diretor que entram no debate da agricultura urbana.

Dei ênfase na criação e articulação do FEMA, pois ele foi criado e pensado, especialmente, para ser articulador de projeto voltados para o desenvolvimento sustentável da

cidade de São Paulo. Além disso, no campo tivemos contatos com ONG's que trabalhavam com agricultura urbana, tendo como suporte financeiro o edital do FEMA.

O FEMA não é um proponente de políticas públicas, ele auxilia financeiramente projetos que auxiliam as cidades a se tornarem mais sustentáveis. Todavia, após o período de dois anos, os projetos se encerram e, em muitos casos, junto com o fim do projeto, o suporte financeiro para que tal atividade continuasse também termina. Dessa maneira, o impacto normalmente é negativo.

É necessário destacar que o FEMA é um suporte extremamente necessário para essas atividades, principalmente aquelas que ocorrem em áreas periféricas. Porém, a existência do fundo não diminui a responsabilidade do município em articular políticas públicas inclusivas que mudem estruturalmente a condição de vida das pessoas que não se encontram contempladas pelo circuito superior da economia urbana.

3.3 Agricultura Urbana na Cidade de São Paulo

3.3.1 Plano diretor e as leis de incentivo a Agricultura Urbana

O primeiro Plano Diretor da cidade de São Paulo foi elaborado em 2002, seguindo as orientações do Estatuto da Cidade, que determina que cada município possua um plano diretor específico. A seção X do plano diretor é específica sobre agricultura urbana e traz as seguintes diretrizes.

SEÇÃO X

DA AGRICULTURA URBANA

Art. 51 - São objetivos da Agricultura Urbana:

I - estimular a cessão de uso dos terrenos particulares para o desenvolvimento, em parceria, de programas de combate à fome e à exclusão social, por meio da agricultura urbana;

II - *aproveitar os terrenos públicos não utilizados ou subutilizados, em programas de agricultura urbana de combate à exclusão social.*

Parágrafo único – A utilização de imóvel da forma prevista no “caput” deste artigo não o isenta da aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade previstos neste plano, em especial os instrumentos previstos nos artigos 199, 200, 201, 202 e 203 desta lei.

Art. 52 - São diretrizes da Agricultura Urbana:

I - o desenvolvimento de políticas que visem o estímulo ao uso dos terrenos particulares com o objetivo de combate à fome e à exclusão social, por meio de atividades de produção agrícola urbana;

II - o desenvolvimento de política de aproveitamento dos terrenos públicos não utilizados ou subutilizados, visando à implantação de programas de agricultura urbana que tenham como objeto o combate à fome e à exclusão social e incentivo à organização associativa.

Art. 53 - São ações estratégicas da Agricultura Urbana:

I - fomentar práticas de atividades produtivas solidárias e associativas;

II - criar mecanismos que possibilitem a implementação de programa de agricultura urbana, na forma da lei.

(PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2002, *grifo nosso*)

A agricultura urbana era associada a Macrozona de Proteção Ambiental, vinculada a subseção II do art. 152, fazendo parte da Macroáreas de Uso Sustentável, no qual associa-se a agricultura na Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral (ZEPAG).

Art. 152 – Nas Macroáreas de Uso Sustentável, que abrangem as Áreas de Proteção Ambiental - APAs, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs, e outras, cuja função básica seja compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes, são permitidos usos econômicos como a agricultura, o turismo e lazer e mesmo parcelamentos destinados a chácaras, desde que compatíveis com a proteção dos ecossistemas locais.

Parágrafo único - Na Macroárea de Uso Sustentável serão utilizados, prioritariamente, os seguintes instrumentos:

I - Zoneamento Ambiental;

II - ZEPAG e ZEPAM; [...]

(PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2002)

Nota-se que nesse primeiro Plano Diretor a agricultura urbana apresenta características similares com a caracterização feita por Mougeot (2000), sendo associada para além da prática agrícola de produção de alimentos, mas também como uma prática associada a questão ambiental, vinculada ao uso sustentável do território e que pode ajudar a combater a exclusão social.

Após o Plano Diretor, leis de incentivo à agricultura urbana foram criadas com o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), Lei 13.727, regulamentando somente em 2010 pelo Decreto 51. 801. A aprovação do PROAURP era de grande importância,

CONSIDERANDO a significativa importância da produção agrícola local para a sustentabilidade do Município de São Paulo, notadamente a sua direta influência na manutenção do clima e na preservação dos mananciais, com consequente produção de água;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, estabelece as Zonas de Produção Agrícola como áreas de fundamental importância para a garantia da segurança alimentar e geração de emprego e renda;

CONSIDERANDO a necessidade estratégica da manutenção do caráter rural, com adequado uso do solo, evitando assim as ocupações irregulares, a impermeabilização e a poluição das áreas de proteção aos mananciais;

CONSIDERANDO ainda a importância da ocupação de áreas ociosas ou subutilizadas, garantindo a permeabilidade do solo na malha urbana, (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017)

Posteriormente ao PROAURP, foram elaboradas leis e decretos ligados à Agricultura Urbana, como o decreto 47.280 que estipulou a elaboração da Casa de Agricultura Ecológica (CAE)¹⁵, outro projeto é o Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais¹⁶ vinculado à Lei 14.903 oficializada pelo Decreto 51.435/10. Em 2015, foi sancionada a lei 16.140/15 regulamentada pelo Decreto 56.913 que estipula que as merendas escolares sejam feitas somente com produtos orgânicos/agroecológicos. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017)

Um novo plano diretor foi produzido em 2012, no qual há menções sobre a agricultura urbana, e estipula a remarcação de uma área rural no município. A agricultura urbana no novo plano diretor encontra-se vinculada à Macroárea de controle e qualificação ambiental, subseção II, Art. 19, objetivo específico XI “apoio e incentivo à agricultura urbana e periurbana” (p.51)

Art. 19. A Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental é caracterizada pela existência de vazios intraurbanos com ou sem cobertura vegetal e áreas urbanizadas com distintos padrões de ocupação, predominantemente horizontais, ocorrendo, ainda, reflorestamento, áreas de exploração mineral, e algumas áreas com concentração de atividades industriais, sendo este um território propício para a qualificação urbanística e ambiental e para provisão de habitação, equipamentos e serviços, respeitadas as condicionantes ambientais. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

Novamente, sendo associada à questão ambiental, há outra citação sobre agricultura urbana na Seção I – Dos objetivos e Diretrizes do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, Art. 267 e no Art.268.

¹⁵ A Casa de Agricultura Ecológica é compreendida como um local de apoio ao agricultor, auxiliando no processo de implementação do PROAURP, e considerando um centro de assistência técnica, deve disponibilizar recursos e matérias que fomentem a agricultura urbana. Na zona leste de São Paulo o CAE se encontra dentro do Parque do Carmo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d)

¹⁶ O projeto tem como objetivo central “Apoiar e incentivar a produção local, auxiliando na implantação de projetos de hortas (comunitárias, educativas, medicinais, de autoconsumo e com geração de renda), de criação de pequenos animais, de pomares e produção de plantas ornamentais. [...]” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d)

Nesse plano, institui-se uma Macroárea de Controle e Qualificação Urbana Ambiental com o objetivo de estimular a AUP, além de instituir a Macroárea de Conservação Urbana e Uso Sustentável, que tem o objetivo de estimular a agricultura orgânica e a sustentabilidade econômica, ambiental e social [...] (GIACCHÉ; PORTO, 2015, p.50)

Após reformulações feitas durante a gestão Haddad (2012/2016), a responsabilidade do PROAURP e os projetos, leis e decretos a ele vinculados, passou da Secretária do Verde e do Meio Ambiente para o “[...]Departamento de Agricultura, que até 2016, estava sob a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN)¹⁷. [...]” (NAKAMURA, 2016, p.70). Outro Decreto aprovado nessa fase, foi o 57.007 que valida a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), em associação a essa política temos o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN-SP) que auxiliou na elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN-. (NAKAMURA, 2016)

Outra reformulação foi a criação da Secretária Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, que se tornou responsável pelo Programa Operação Trabalho¹⁸ (POT) regulamentado pela lei 13.689/03 que tem como objetivo ocupar pessoas desempregadas e reinseri-las no mercado de trabalho.

Através da análise das leis e dos planos diretores, entende-se que há alguns anos a temática da agricultura urbana vem ganhando espaço nos debates e projetos que auxiliam no planejamento da cidade. Além de estar sempre vinculada a questão ambiental, notamos que na gestão Haddad a relação entre agricultura urbana e alimentação ganhou força, principalmente, com a regulamentação da lei 16.140/15, que impulsionou o debate resultando na elaboração do PLAMSAN, que traz à tona temas pertinentes como a acessibilidade aos alimentos de boa qualidade e o debate sobre segurança alimentar nas cidades.

Essas leis e diretrizes tem que abraçar diferentes expressões de agricultura urbana que existem no município, iremos exemplificar abaixo os três tipos encontrados na metrópole paulistana.

¹⁷ A COSAN -decreto 56.399/16-, é órgão responsável por todo o tipo de ação que envolva questões de abastecimento e segurança alimentar e nutricional no município. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d)

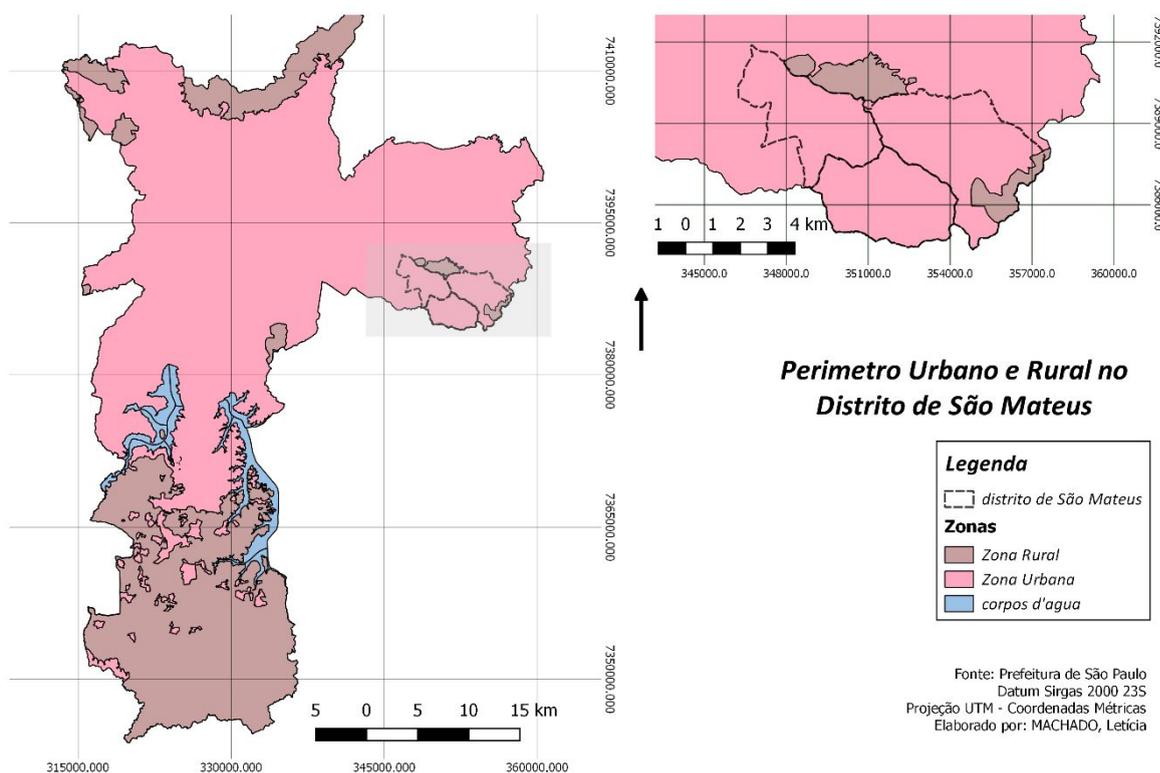
¹⁸ Entre os projetos contemplados pelo POT encontra-se o projeto Hortas e Viveiros Urbanos que tem como característica central incentivar a agricultura urbana agroecológica no município. (SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO,2017)

3.3.2. As diferentes expressões da prática da Agricultura Urbana na cidade de São Paulo

A agricultura comercial ocorre no município de São Paulo desde 1915, sendo praticada, em sua maioria, por imigrantes japoneses e alemães, em especial, na região de Parelheiros. (GIACCHÉ; PORTO, 2015, p.49). Todavia, há pesquisas que falam da produção de alimentos na zona leste da cidade, também por imigrantes japoneses.

Segundo o Plano Diretor Estratégico (PDE), elaborado em 2012, a cidade de São Paulo possui três áreas agrícolas, como podemos observar no mapa abaixo, são elas: a região referente ao extremo sul do município, onde se encontra a região de Parelheiros, no extremo leste de São Paulo – acoplando algumas áreas localizadas nas subprefeituras de São Mateus e Itaquera -, e uma pequena área no extremo norte do município, aos pés da serra da Cantareira.

Mapa do perímetro urbano e rural



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Geosampa.

Cada localidade possui uma especificidade entorno da sua produção agrícola. Desde de 2012, a cidade voltou a possuir uma zona rural. Após modificações no plano diretor, o extremo sul da cidade, contemplando alguns pedaços dos distritos de Marsilac e Parelheiros, voltou a ser considerado zona rural. A zona rural está em, aproximadamente, 24% do território paulistano.

A região de Parelheiros é a segunda maior do município e tem grande extensão de preservação ambiental da Mata Atlântica e espaços verdes. Nesse local, há duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): a APA Capivari Monos e a APA Bororé Colônia. Além disso, há duas reservas indígenas, ocupadas pelo povo guarani. A população residente nessa localidade é majoritariamente de baixa renda e há cerca de 300 agricultores. (GIACCHÉ; PORTO, 2015, p.49)

A agricultura da Zona Sul é praticada em terrenos grandes, sítios e chácaras normalmente dos próprios agricultores ou arrendadas para a produção de alimentos. Muitos dos agricultores ali presentes possuem DAP (declaração de aptidão rural), uma espécie de “selo” que declara que o agricultor é apto a participar do PRONAF e outras políticas públicas como PAA e o PNAE. Além disso, existe uma associação dos produtores rurais de Parelheiros (COOPERAPAS) que vem estimulando a transição para a agricultura orgânica/agroecológica¹⁹. (informação verbal)

Em entrevistas cedidas ao Le Monde Diplomatique Brasil e a Carta Maior o GEAU -Grupo de Estudos em Agricultura Urbana-, afirmam que, na zona oeste do município, é cada dia mais comum a intervenção nos espaços públicos através do cultivo de hortas urbanas. A ideia desses ativistas é a ocupação dos espaços públicos e o aumento da acessibilidade a alimentos de verdade (que não seja ultra processado) de graça para os frequentadores desses locais.

Já no Centro Expandido da capital paulista, *os movimentos ativistas* em prol da AU têm se destacado mais recentemente, sobretudo nesta segunda década do século XXI, em decorrência de suas ações que resultaram na explosão de hortas comunitárias em áreas públicas –destacadamente, em praças. Em 2012, foi criada a primeira horta comunitária inspirada em movimentos de “guerrilha verde” na cidade, que está localizada no bairro da Vila Madalena (zona oeste): a Horta das Corujas, com seus três anos completos, continua a inspirar iniciativas desse tipo em outras partes da cidade. (GRUPO DE ESTUDOS EM AGRICULTURA URBANA, 2016, *grifo nosso*)

¹⁹ Informações obtidas no 2º Festival de Agricultura Urbana, São Paulo, 2016; Evento Agricultura Urbana em Rennes. Montreal e São Paulo: Como Podemos Aprender e Articular Ações à Luz da Comparação?, Grupo de Estudos em Agricultura Urbana, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, 2016.

A agricultura praticada na Zona Oeste da cidade, em sua maioria, é uma prática de ativismo e do direito a cidade, de ocupação dos espaços públicos pela sociedade, normalmente a prática da agricultura urbana não se concretiza como uma forma de obtenção de renda.

Na zona leste da cidade, a agricultura aparece em uma área pontual, e o distrito que ganha destaque é o de São Mateus, no qual encontramos até mesmo uma associação de agricultores urbanos. A agricultura urbana da zona leste é praticada, em sua maioria, em terrenos obtidos através de comodato, pertencentes a instituições como AES-Eletropaulo, Sabesp e Transpetro. Os agricultores produzem em menor quantidade, garantindo pelo menos o abastecimento familiar.

No próximo capítulo iremos destacar a agricultura urbana praticada no extremo leste da cidade de São Paulo, e daremos a atenção ao local da prática, como vivem e quem são as pessoas que trabalham com a prática da agricultura urbana.

3 A AGRICULTURA URBANA NO EXTREMO LESTE DE SÃO PAULO

Neste capítulo, será detalhado a agricultura urbana que é praticada no extremo leste da cidade de São Paulo. No decorrer dessa pesquisa, foram abordados temas que auxiliaram na compreensão do que é a agricultura urbana e qual a sua importância na construção das “cidades verdes”, também procurou-se entender o porquê a agricultura urbana se encontra entre os pontos centrais do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o desenvolvimento sustentável das cidades.

A escolha da subprefeitura de São Mateus, como foco central para o estudo de caso, se deu pelas peculiaridades de se produzir alimentos em uma área densamente povoada, utilizando terrenos concedidos por empresas privadas.

Levando, então, as considerações de Luc Mougeot, inicialmente procurou-se entender o urbano onde a prática é exercida, para assim compreender como a A.U se insere na lógica da cidade e quem são as pessoas que exercem essa atividade produtiva. Priorizando as informações coletadas em campo, busquei uma teoria que melhor explicasse o que foi visto em campo, assim optei pela teoria dos circuitos da economia urbana, que melhor esclarecia as realidades encontrada no campo.

Junto a isso, tentei identificar os pontos da prática da agricultura urbana realizadas na zona leste que são condizentes com as preposições do ODS. A agricultura urbana realmente tem toda essa capacidade de inclusão social que a ONU afirma quando defende a prática? Averiguou-se então respostas para essas indagações através da análise da realidade exposta.

Fazendo um recorte mais detalhado, foram entrevistadas e visitadas as áreas que possuem alguma relação com a Associação de Agricultores Urbanos da Zona Leste. Foram visitadas cinco áreas e entrevistados dez associados. Todas as áreas visitadas se encontram em áreas de terrenos da AES-Eletropaulo. O foco central da pesquisa foram as hortas sob os linhões da AES-Eletropaulo, pois ocorrem em maior abundância na subprefeitura, além de existir um grande número de associados que produzem nesses terrenos.

Foram aplicados questionários fechados e realizadas entrevistas abertas com os associados, que foram de extrema importância para a entender quem são esses agricultores urbanos

4.1 A expansão urbana para a zona leste e o distrito de São Mateus

A expansão territorial da cidade de São Paulo foi tardia, até a metade do século XIX o município possuía uma área urbana muito semelhante à do seu primórdio, com poucas ramificações para além da área central, ainda com aspectos da sua colonização jesuítica. Foi somente em 1900 que a estrutura de São Paulo começou a se modificar, ocorrendo um aumento populacional considerável. (AZEVEDO,1950)

Azevedo (1945) delimitou setes pontos que justificariam o crescimento extraordinário da capital paulistana, em menos de 50 anos. São eles: a expansão da cultura cafeeira; o incremento da imigração; afluxo de capitais estrangeiros; criação do parque industrial paulistano; conseqüente êxodo de populações rurais e urbanas e o loteamento de grandes propriedades. O geógrafo, então, fez associações entre esses pontos criando eixos de análise. Para melhor compreender a expansão territorial sentido leste do município, destacaremos a relação *indústria-mão-de-obra-loteamentos*.

Como é fácil compreender, muitos deles agiram de maneira simultânea, concomitantemente, ligados tão estreitamente uns aos outros, que chegam a aparecer como se fossem um só; é o caso dos trinômios café- via férrea-imigração, ou imigração-capitais-indústrias, ou, ainda, indústria-mão-de-obra-loteamentos. [...] (AZEVEDO, 1950, p.13)

A cidade se encontrava em um local estratégico, no caminho da estrada ferro que ligava a região cafeeira ao porto de Santos e foi aos poucos se tornando um importante entreposto comercial, sua importância foi crescendo e nela foi surgindo as primeiras indústrias, impulsionada pela expressiva quantidade de mão-de-obra que chegava na cidade, em uma primeira fase de imigrantes europeus e asiáticos, e depois de imigrantes brasileiros, vindos principalmente da região nordeste.

Aroldo de Azevedo (1945) acreditava que a característica geomorfológica da parte leste do município, que era menos acidentada e plana constituindo a planície paulista, foi atrativa no momento de expansão da cidade o que auxiliou no processo de ocupação desta parte do território, em detrimento de outras regiões do município.

Essa dinâmica da expansão ganhou força com a construção das linhas férreas que “transformaram totalmente a cidade”. Para se construir a ferrovia era necessário buscar as áreas mais planas, junto ao fundo de vale, o que ocasionou a ocupação dessas localidades e o espraiamento do núcleo central para demais regiões. (ROLNIK apud OLIVEIRA,2016). Na porção leste do município foi implantada a estrada de ferro Central do Brasil, cruzando a porção leste da cidade até município de Mogi das Cruzes.

A construção da estrada de ferro tirou a região do “isolamento” e auxiliou no processo de ocupação do subúrbio da cidade. “Com a estrada de ferro São Paulo começa a conquista de seu município, criando a sua zona suburbana, inteiramente ligada a linha férrea” (OLIVEIRA,2015, p.5)

Nesse período, a zona leste da cidade possuía um aspecto rural e era considerada a área agrícola do município. Azevedo (1945) afirma que, tanto para lado de São Miguel como para lado de Itaquera, haviam grandes espaços dominados pela natureza, onde não se percebia a presença humana. A principal característica paisagística era a grande várzea do Tietê e seus afluentes como o Tamandateí, a região era conhecida pela sua importância agrícola, contudo, sua função principal era a de dormitório. A maior parte dos habitantes locais eram de brasileiros imigrantes, que trabalhavam na área central e usavam o trem como meio de transporte, todavia, com a chegada de imigrantes estrangeiros, uma parcela considerável de japoneses se mudaram para a região, trabalhando principalmente com a agricultura.

A maior parte apenas lá reside, exercendo suas atividades costumeiras na Capital, o que torna a função residencial a mais importante. São brasileiros em sua maioria; do elemento estrangeiro, ali radicado, destacam-se os japoneses, que chegam a constituir uns 15% daquele total e se dedicam às atividades rurais[...] (AZEVEDO,1945, p.99)

Azevedo (1945) ressalta que, além das grandes áreas de cultivo, havia também pequenos espaços cultivados pelos demais moradores da região, para uso próprio. Segundo o autor, tal prática não possuía grande importância regional, mas era de grande valor, pois satisfazia uma parcela do consumo individual dos habitantes locais.

O processo de loteamento das antigas fazendas de passeio das famílias tradicionais paulistanas, deu origem a loteamentos que viraram moradias dessa população migrante. No caso de São Mateus a antiga fazenda Rio das Pedras foi vendida para a família Bei, que decidiu após um tempo lotear a propriedade, dando origem ao que então se tornaria Bairro de São Mateus. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

Já no século XX, na década de 40, tudo não passava de uma grande fazenda: a Fazenda Rio das Pedras. Em 1.946, uma gleba de 50 alqueires de terras foi vendida à Família Bei (Mateo e Salvador Bei), dando origem a fazenda São Mateus. Dois anos depois da aquisição das terras, em 1948, Mateo Bei, o patriarca da família, decide lotear a área e vende os primeiros lotes com total sucesso, surgindo dessa iniciativa o bairro de São Mateus. Para personalizar a importância dela, foi celebrada a primeira missa em ação de graças, no dia 8 de Dezembro do mesmo ano, pelo bispo Dom Antônio de Macedo. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

Seabra (2004) também fala sobre o processo de surgimento de loteamentos nos bairros mais afastados do centro e o processo de periferação dessas localidades. Segundo a pesquisadora, o processo de loteamento surge com a nova dinâmica da cidade na década de 1940 e ocorria em áreas com aspectos rurais, ou seja, nos antigos sítios e chácaras. Esse tipo de negócio era organizado por empreendedores imobiliários, que dividiam as propriedades e as vendiam, em muitos casos, com a documentação precária e sem responder aos quesitos legais.

Uma marca comum na análise sobre o surgimento desses bairros periféricos é a falta da presença do Estado, marcada pela ausência de investimento público para o desenvolvimento dos mesmos. Azevedo (1945) já expunha a precariedade dessas localidades, apontando a falta d'água, esgoto e energia elétrica. Para o geógrafo, esse seria o principal problema, que dificultava a ocupação dessas regiões por outra atividade que não a residencial, isto é, não a tornava uma área atrativa para a expansão industrial.

Os loteamentos eram vendidos para os trabalhadores que desejavam ter uma casa própria, os preços dos lotes decaíam quanto mais distantes esses estavam das linhas férreas e dos pontos locais de acesso aos meios de transportes - bondes. Esse era o caso de São Mateus: para dinamizar as vendas a família Bei, dava aos compradores dos lotes telhas e tijolos para o início da construção das moradias, normalmente constituídas de pequenas residências de dois a três cômodos.

Os lotes da Avenida Mateo Bei valorizavam a cada dia (o valor de um lote de 350 m² custava 7.500 cruzeiros) e a solidariedade foi o fator básico para o crescimento de São Mateus. A Loteadora Bei Filho doava 500 telhas e dois mil tijolos aos novos proprietários (material este transportado das olarias em carros-de-boi), que, através de mutirões, levantavam suas casas. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

O transporte era uma problemática complexa naquela época, não existiam outros transportes públicos nas áreas periféricas além do trem. Segundo informações da prefeitura de

São Paulo, o transporte era quase inexistente em São Mateus, sendo feito por veículos similares ao “caminhão de arara”, até Largo do Carrão, o que dificultava não só o percurso diário dos moradores, como também o transporte de mercadorias.

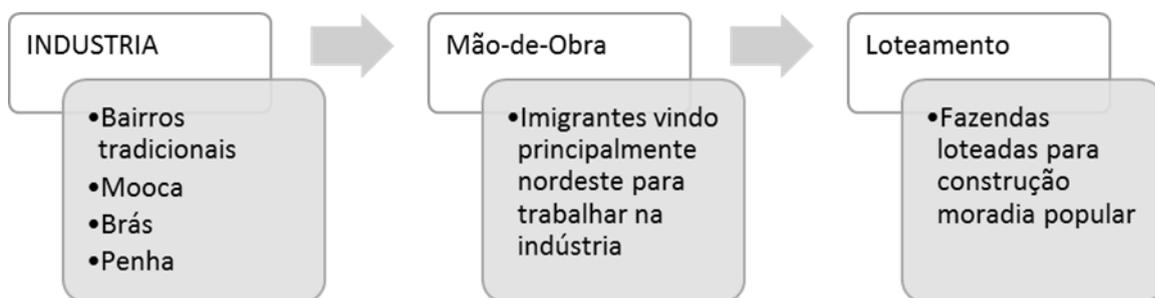
As casas eram construídas no sistema de “mutirão urbano”, os trabalhadores se reuniam para “bater uma laje” aos finais de semana e assim realizar o sonho da casa própria. Essa dinâmica acabou se consolidando como uma forma de socialização das áreas periféricas, um momento de interação entre os moradores. (SEABRA, 2004)

A autoconstrução consistia na compra de lote, na abertura de poço. Compra de tijolos, alguns loteamentos até ofereciam uma quantidade de tijolos que viabilizava a venda de lotes. Aos domingos uma turma que incluía parentes e amigos, trabalhavam na construção do quarto e cozinha [...] o espaço da casa em construção, (do) lote bagunçado, da quadra clandestina, da rua semi oficializada, do ponto de ônibus sempre cheio, do tempo infinito até o trabalho, formou a base do que chamo modo de vida paulistano, tornando-se uma referência cultural estruturadora do cotidiano dos habitantes da cidade. (BONDUKI apud SEABRA,2004,p.297)

Os fatos expostos acima ajudam a entender a relação *indústria- mão-de-obra-loteamento*, vetor selecionado para explicar a ocupação da zona leste do município. O desenvolvimento dessas ações ocorreu a partir da década de 1930. A industrialização, instaurada em bairros como Brás, Mooca, Penha atraía para essa porção do município um grande número de imigrantes que foram morar nos bairros que surgiriam ao redor da ferrovia. Esse número de moradores atraiu o interesse dos investidores, que compravam e dividiam as antigas fazendas, loteando os terrenos para que a população local conseguisse adquirir a casa própria.

Selecionou-se esses três pontos pois percebeu-se, nas histórias contadas pelos entrevistados e por meio da análise histórica dos fatos, que eles ajudam a compreender o crescimento urbano para região de São Mateus.

A indústria foi o vetor atrativo para essa dinâmica de expansão para o extremo leste do município, um polo de empregos, que aglutinava em suas atividades a mão-de-obra imigrante que chegava na cidade, muitos desses trabalhadores desejam ter uma casa própria, facilitada pelo processo de loteamento das fazendas e sítios de final de semana da elite paulista. O esquema abaixo apresenta uma síntese da relação desses três pontos.



Fonte: Elaboração própria

A socialização desenvolvida durante essas atividades auxiliou na fortificação dos movimentos sociais locais. Oliveira (2016) afirma que movimento social ganha força na periferia da zona leste de São Paulo na década de 1970. Contudo, no distrito de São Mateus, o movimento social surge na década de 1950, quando moradores se uniram para reivindicar melhorias - como energia elétrica e transporte -, possuindo um programa de rádio local chamado “A voz da colina”, no qual eles apontavam as problemáticas do bairro. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d.)

Na década de 1970, a divisão e loteamento dos terrenos na zona leste do município já estavam consolidados. A pressão por moradias aumentou e, junto com ela, a ocupação de áreas de risco. O governo então resolveu construir habitações populares para dar conta da demanda e assim, nas áreas mais afastadas da cidade, passaram a ser implementados os projetos da COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo). “Portanto, na região de Itaquera e Lajeado, nas décadas de setenta e oitenta em *São Mateus*, Cidades Tiradentes na década de noventa foram construídos grandes projetos habitacionais da COHAB.” (OLIVEIRA, 2016, p.16, grifo nosso)

A construção de moradias - COHAB - não causaram mudanças estruturais na qualidade de vida da população local; Oliveira (2016) expõem que não houve investimentos qualitativos nas áreas de saneamento básico - água e esgoto -, construção de creches e escolas, além de se manter a problemática sobre as dificuldades de mobilidade.

Se consolida, então, a cidade atual, onde, como já dissemos anteriormente, há preferência de certas localidades em detrimento de outras, causando uma segregação espacial. Santos (1995) afirma que a cidade se constitui como um local de valorização seletiva e que a sua materialidade ocorre através da justaposição de áreas equipadas diferentemente. “Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho não lhe é diferente” (SANTOS, 1995, p.130).

Cada local tem a sua função, e a partir dessa premissa, entende-se que certas localidades receberão investimentos e infraestrutura em detrimento de outras. As áreas privilegiadas receberão maior investimento, enquanto as periféricas serão renegadas.

No período atual, a aceleração desse movimento conduz a um rearranjo do meio construído da *cidade de São Paulo, no qual determinadas áreas são eleitas para acolher os agentes e os objetos da “modernidade”, garantindo assim a realização de uma mais-valia mundial, enquanto outras áreas são abandonadas a sua sorte.* Não obstante, expande-se e diversifica-se, ao mesmo passo, o número de pessoas e de atividades envolvidas no circuito inferior. (MONTENEGRO, 2006, p.12)

Haroldo Torres (2005), ao analisar a expansão da cidade de São Paulo, define uma lógica de compreensão, na qual o crescimento da cidade pode ser entendido através de três variáveis, são elas: “cidade consolidada”, “periferia consolidada” e “fronteiras urbanas”²⁰. No capítulo anterior há uma explicação mais completa sobre tais terminologias.

Utilizando as ideias de “periferia consolidada” e “fronteiras urbanas”, procurei entender em qual situação está o distrito de São Mateus, para isso usei como base comparativa os dados de crescimento demográfico e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS²¹). Selecionei o IPVS como base para análise, pois as variáveis que o constituem servem tanto para um entendimento organizacional da cidade, como também dão suporte para entender a importância da implementação dos ODS em certas localidades.

No mapa abaixo, podemos verificar que as áreas com índices mais altos de vulnerabilidade estão nos extremos da cidade, nas áreas periféricas. O distrito de São Mateus apresenta manchas com dados do IPVS altos e baixos, uma mescla de situações. Segundo a análise do último IPVS, o distrito com melhores índices é o distrito de Moema e com os piores índices estão o distrito do extremo sul de São Paulo, Marsilac e Parelheiros.²²

²⁰ Escolhi utilizar a compreensão de Torres, sobre a organização do município, pois entendo que o processo de modernizações descritas por Santos se materializa com diferentes intensidades resultando em áreas com características específicas.

²¹ O IPVS (índice paulista de vulnerabilidade social) é organizado pela fundação Seade junto com a Assembleia legislativa do Estado de São Paulo, com o intuito de compreender a dimensão territorial da pobreza. Para chegar a tal resultado é feito uma articulação entre dados demográficos, renda domiciliar per capita, porcentual de mulheres responsáveis pelo domicílio e situação moradias subnormais. Levando tais aspectos em consideração foi feita uma divisão de 7 partes, onde 1 é menos vulnerável e 7 mais vulnerável.

²² Todos os dados utilizados nesse capítulo foram retirados do site oficial da Fundação Seade. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>

A subprefeitura de São Mateus é composta por três distritos, são eles: São Mateus, Iguatemi e São Rafael, dentre esses o que apresenta os melhores índices é o distrito de São Mateus. Como podemos ver abaixo no gráfico do IPVS.

Mapa IPVS – destaque para região de São Mateus

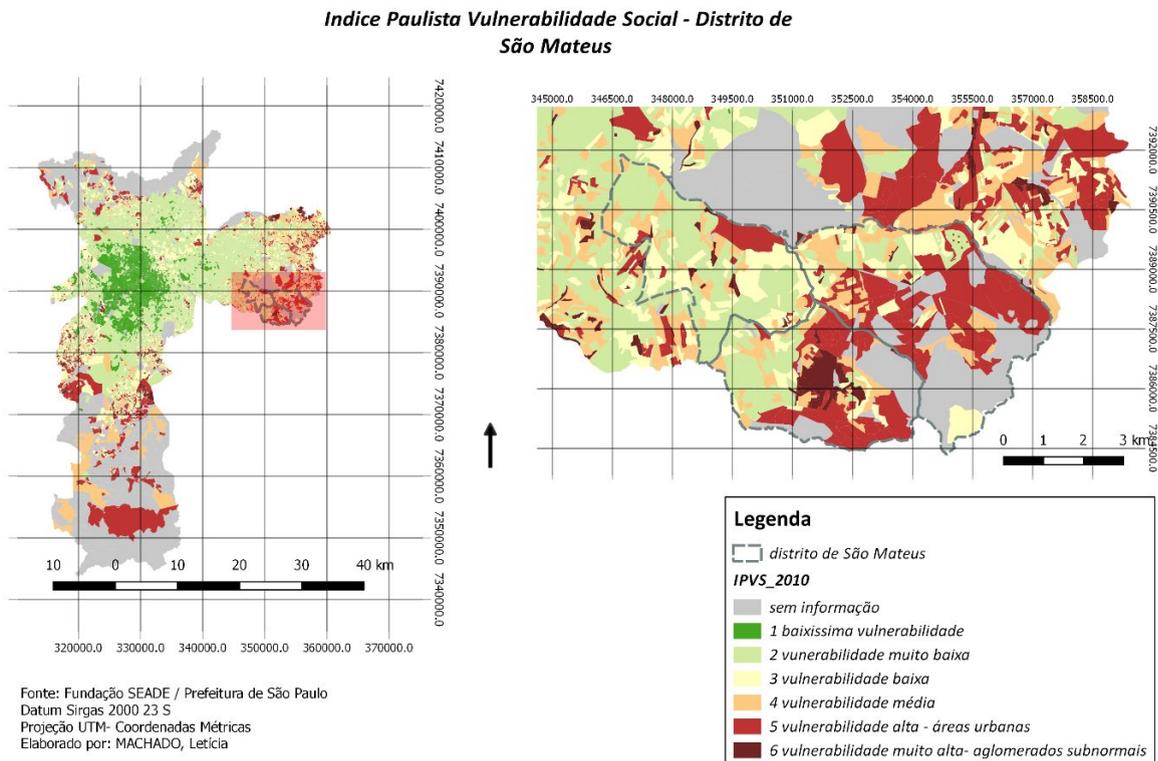
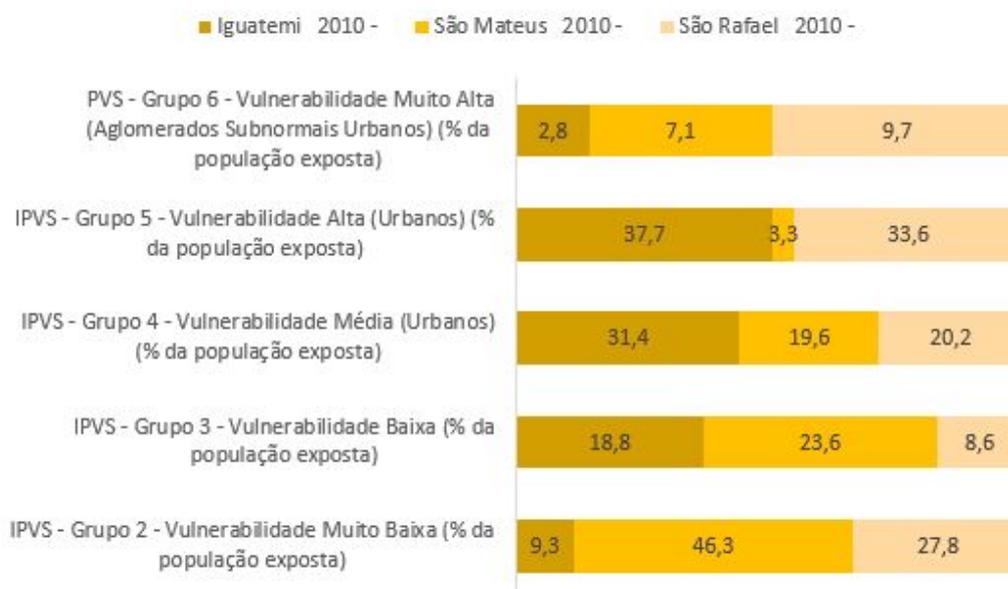


Gráfico do IPVS – Subprefeitura de São Mateus

IPVS - Subprefeitura de São Mateus



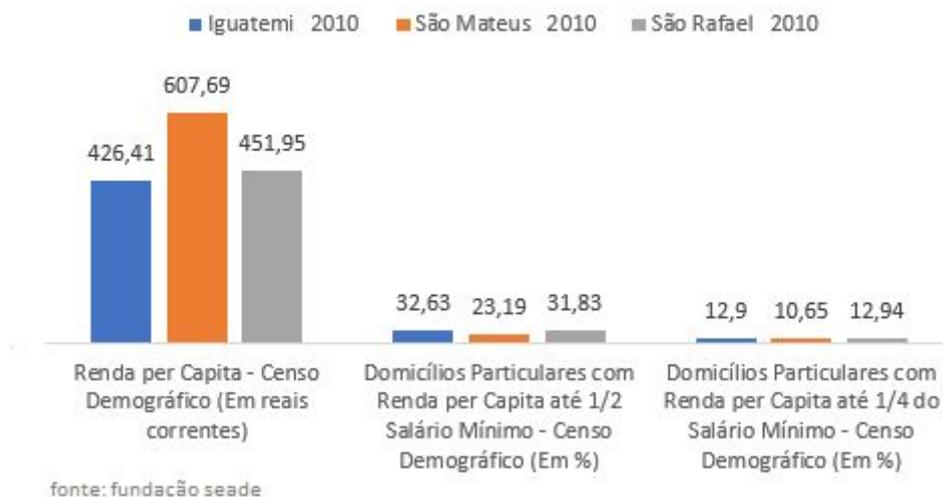
Fonte: Fundação SEADE

Elaboração própria

Em todos os aspectos analisados o distrito de São Mateus apresentou-se como o menos vulnerável e o distrito de Iguatemi é o mais frágil. A renda per capita do distrito é baixa, sendo a média salarial da população em 2010 de seiscentos reais, mais de 20% da população recebe $\frac{1}{2}$ salário mínimo e mais de 10% da população recebe até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. No gráfico abaixo manteve-se a comparação entre os distritos da subprefeitura de São Mateus, novamente o distrito de São Mateus possui os melhores índices.

Gráfico de Renda Per capita – Subprefeitura de São Mateus

Renda per capita em reais

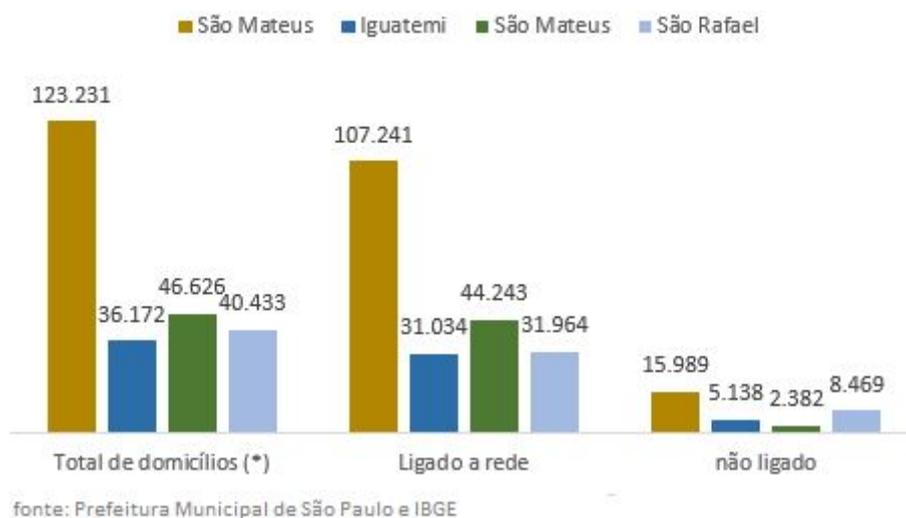


Elaboração própria

Ainda na pesquisa sobre em qual tipo de periferia podemos incluir o distrito de São Mateus, selecionei duas variáveis de serviços fundamentais que impactam tanto na vida da população local, como também entram no debate sobre desenvolvimento sustentável, que são: acesso a rede de esgoto e coleta de lixo. Segundo dados disponibilizados pela prefeitura de São Paulo, mais de 95% do município de São Paulo possui coleta de esgoto – ressaltamos aqui que coleta não é sinônimo de tratamento. Mais de 86% dos distritos que compõem a subprefeitura de São Mateus possuem acesso a coleta de esgoto.

Domicílios com acesso a rede de esgoto na Subprefeitura de São Mateus

Domicílios com acesso a rede de esgoto

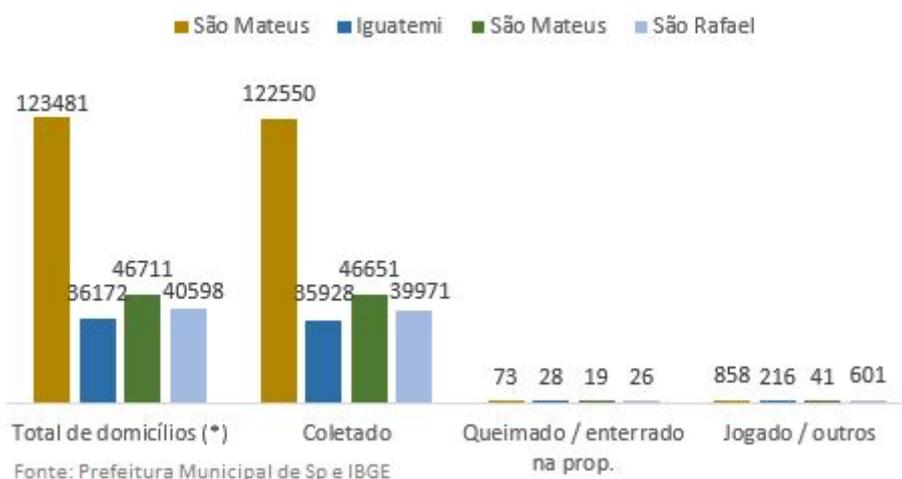


Elaboração própria

Ainda na análise de infraestrutura, exibimos os dados de coleta de lixo, em uma linha contínua, novamente o distrito de São Mateus apresenta os melhores valores, mais de 90% do lixo produzido pela população do distrito é coletado, não existe uma grande discrepância entre os três distritos da subprefeitura de São Mateus.

Tipo de destinação de lixo – Subprefeitura de São Mateus

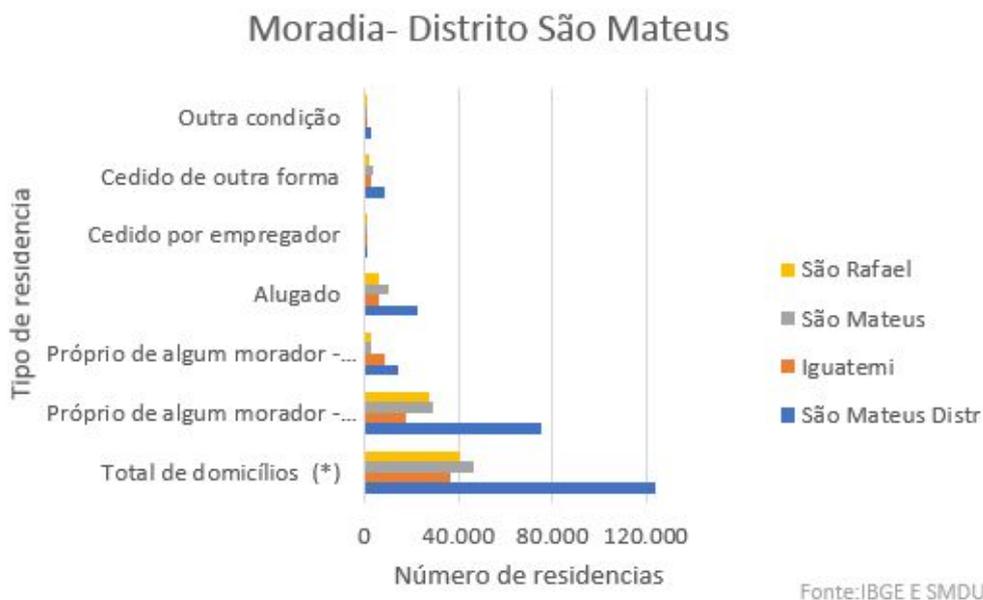
Tipo de destinação do lixo domiciliar



Elaboração própria

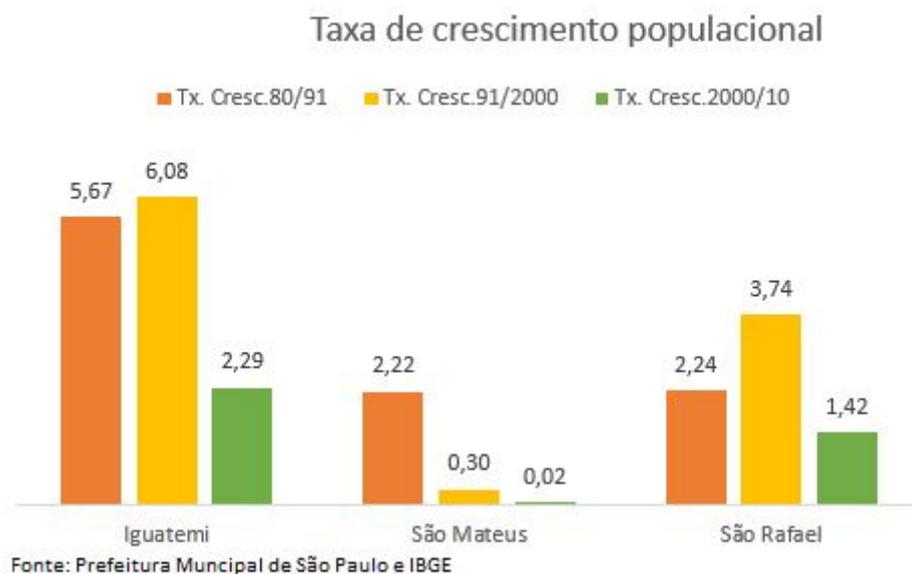
Outra variável que consideramos importante destacar, por conta de informações obtidas no campo, é a questão da moradia. Grande parte da população do distrito de São Mateus possui casa própria.

Tipos de Moradia – Subprefeitura de São Mateus



Elaboração própria

E por fim, analisamos o crescimento populacional, uma das variáveis centrais na teoria de Torres. Observa-se que, desde a década de 1990, o crescimento populacional do distrito é baixo. Segundo Torres (2006), esse baixo crescimento demonstra que houve um processo de consolidação dessa área. Conclui, então, que o distrito de São Mateus se inclui no segmento de “periferia consolidada”.



Elaboração Própria

Levando em consideração o processo histórico do bairro, sabe-se que ele surgiu como um bairro residencial, característica que se mantém até os dias atuais; nos dados de moradia, nota-se que grande parte da população do distrito mora em casa própria, os atendimentos a serviços e infraestruturas são bons, tendo uma baixa % de inacessibilidade aos serviços.

A críticas apontadas pelos moradores entrevistados é de baixa acessibilidade a lazer e sobre o acúmulo de lixo em terrenos abandonados.

Compreendo que, por ser um distrito “periférico consolidado” as necessidades e reivindicações por políticas públicas sejam diferentes. A questão a acessibilidade, tanto ao lazer como a alimentos saudáveis, passa a ter mais importância. Como estamos falando sobre agricultura urbana, daremos ênfase para a questão da acessibilidade ao alimento e as formas de união social que surgiram entorno dessa temática.

4.2 A prática da agricultura urbana no Distrito de São Mateus

A prática da agricultura urbana já era comum na região, sendo uma atividade comum entre os moradores locais, como Azevedo (1945) afirma, a produção de alimentos na região não tinha grande importância econômica, mas era um importante ato social para acesso a alimentação dos moradores da região. Giacché e Porto (2016) elucidam que os primeiros

apoios a agricultura urbana na cidade de São Paulo, ocorreram na década de 1980 no governo de Franco Montoro que “[...] implantou projetos de hortas em espaços públicos não utilizados, como os terrenos da ELETROPAULO, TRANSPETRO e da SABESP, *na zona leste de São Paulo [...]*” (p.50, grifo nosso). Não houve continuidade nesse projeto.

Somente em 2009, com a criação do programa de desenvolvimento sustentável, como o projeto agricultura limpa, é que houve retomada no debate sobre agricultura urbana. Na zona leste, esse programa foi incentivado através da obtenção de concessão de usos de terrenos “subutilizados” para a agricultura. A agricultura aparece em áreas pontuais e o distrito que ganha destaque é o de São Mateus, no qual encontramos até mesmo uma associação de agricultores urbanos. A agricultura urbana da zona leste é praticada, em sua maioria, em terrenos obtidos através de comodato, pertencentes a instituições como AES-Eletropaulo, SABESP e TRANSPETRO, porém, há também a prática da agricultura em propriedades particulares.

Levando em consideração essa informação, foi realizado os trabalhos de campo, entre idas às propriedades, feiras e à reunião da associação, recolhi diversas informações e relatos - diretos e indiretos. No total entrevistei 8 agricultores e visitei 5 hortas diferentes. Todos os agricultores entrevistados produzem em terrenos cedidos por empresas no sistema de comodato²³.

Para conseguir os comodatos dos terrenos, os interessados devem entrar em contato com o setor patrimonial da empresa, que lhe indicará os documentos necessários para pleitear o uso desses terrenos. Se pré-aprovado, um técnico irá vistoriar o terreno escolhido e, após esse processo, será decidido se o interessado terá ou não direito de uso. Normalmente, uma concessão de comodato dura cinco anos, após esse período é necessário pedir a renovação da autorização de uso.

No município de São Paulo, as áreas de servidão estão sob concessão de três empresas diferentes, são elas: AES- ELETROPAULO, EDP e ISA-CTEEP. Para obter informações

²³ Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, não são considerados fungíveis imóveis que não possam ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. Não é necessário ser dono da propriedade para ceder em comodato, se o indivíduo tiver direito de posse ele pode fazer a concessão para uso. É um contrato unilateral já que na prática somente o comodatário -aquele que recebe direito de uso do imóvel- é favorecido. São contratos temporários com data estipulados no contrato. Qualquer reforma ou melhoria feita na propriedade fica a encargo do comodatário sem direito a restituição do valor gasto. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/comodato.htm>, <http://www.balaminut.com.br/home/capa.asp?inford=4497>

mais concretas, entramos em contato com as três empresas, contudo, somente a AES-ELETROPAULO retornou o contato.

Estabeleceu-se contato com a Patrícia, que foi solícita e respondeu todas as perguntas. Ela me informou que há aproximadamente 700 km de linha que se encontram sob gestão ativa da empresa²⁴ e que não existe nenhum mapeamento sobre número certo de terrenos e nem quantos deles estão ocupados ou concedidos por comodato. Ela ainda me informou que, durante os anos 2005 e 2006, houve um projeto de iniciativa para criação de hortas nas áreas de servidão, contudo, o projeto não teve continuação. (Informação Pessoal)²⁵

Atualmente, a empresa quer regulamentar os comodatos disponíveis, já que alguns já não tem mais valor oficial. Segundo a entrevistada, a empresa reconhece a importância da prática da agricultura urbana, uma forma de dar uma função a essas áreas. Além de auxiliar na diminuição de problemáticas como o acúmulo de lixo nos terrenos e a invasão para uso irregular.

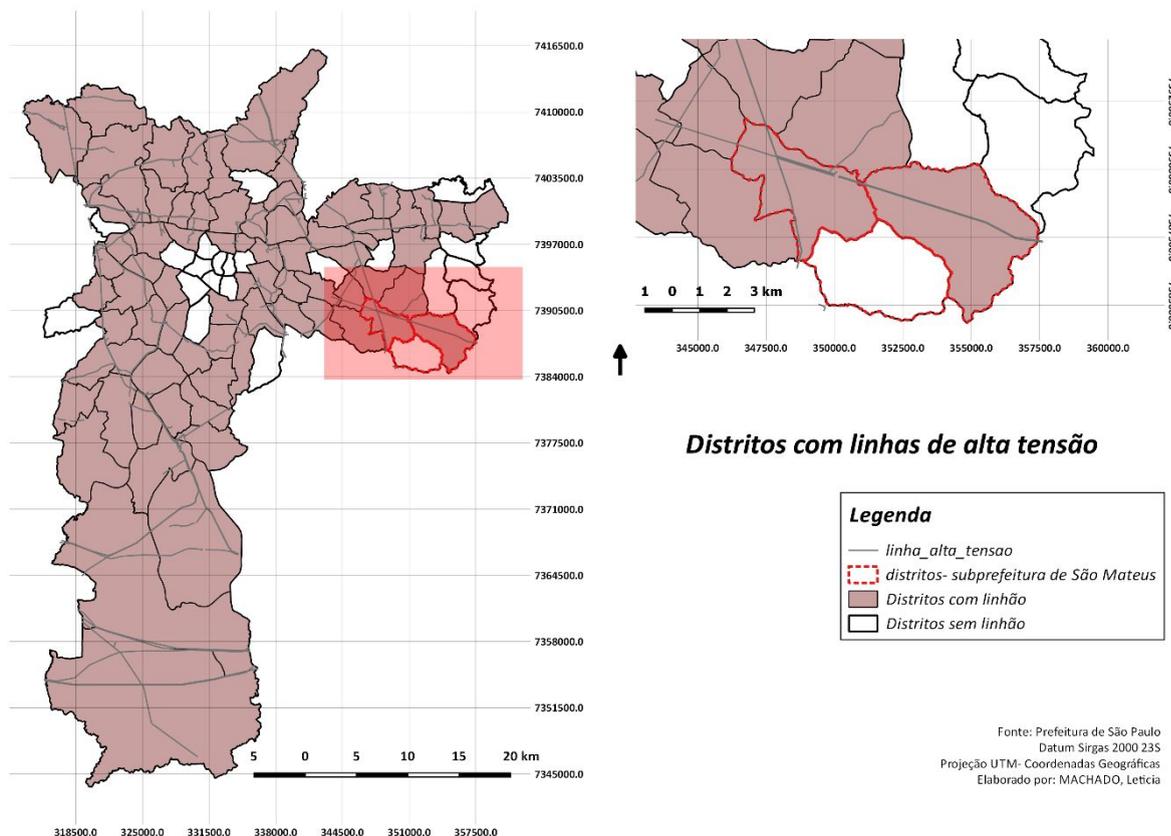
Patrícia ainda informou que houve um aumento considerável de pessoas interessadas em obter o comodato e que a empresa está elaborando um contrato específico para uso das áreas para a agricultura urbana. Ela expõe que há detalhes que precisam ser vistos com cuidado com a questão das cisternas, a ligação de água nos terrenos e a criação de banheiros.

Conforme observamos no mapa abaixo, as linhas e terrenos da AES-Eletropaulo e outras empresas do setor cortam toda a cidade de São Paulo, passando por 74 dos 96 distritos que compõem o município, se espalhando por todas as regiões de norte a sul, de leste a oeste, apesar do tamanho do terreno mudar conforme o distrito. Dessa forma, compreende-se que a utilização dos terrenos da companhia de energia elétrica seria uma forma de ampliar e difundir a agricultura urbana pela cidade.

²⁴ A gestão e direito de uso dessas áreas é obtida através do uso de concessão conforme regras impostas pela ANEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

²⁵ Informações Obtidas por e-mail patricia.byington@aes.com e por contato telefônico realizado no dia 01/06/2017.

Mapa dos distritos com linhas de alta tensão no município de Sp- Ênfase para área de São Mateus



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Geosampa.

Existe um debate sobre as possibilidades de usos dessas áreas, mas, segundo a própria Patrícia, as regras da ANEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) delimitam consideravelmente as opções de usos desses terrenos. A agricultura é uma opção plausível, além de ser uma possibilidade viável de implantação e possuir um impacto social positivo.

É necessário, em cidades densamente povoadas, como São Paulo, que se pense melhor na utilização dos recursos fundamentais - nesse caso, o solo - para diminuir ou, pelo menos, minimizar as discrepâncias sociais das localidades. Por isso, a utilização dessas áreas de servidão, sejam elas da AES-ELTROPALCO ou de outras companhias, ganha um forte apelo prático. A utilização dessas áreas para agricultura no caso específico de São Mateus abrange duas temáticas fundamentais: a geração de emprego e o aumento a acessibilidade a alimentos in natura em áreas periféricas.

Levando em consideração a prática da agricultura urbana como uma forma de obtenção de renda, busquei compreender o seu papel, como gerador de emprego, no distrito

de São Mateus, associando a prática como uma atividade do circuito inferior da economia urbana.

4.2.1 A agricultura urbana e o circuito inferior

Como vimos no capítulo anterior, a metrópole de São Paulo é atingida por modernizações, existe a seleção de localidades específicas para abrigar as dinâmicas do circuito superior; as demais localidades possivelmente serão utilizadas pelo circuito inferior, ocasionando um processo de periferização. Entende-se que o processo de periferização intensifica a exclusão social e geográfica das populações, que não se apropriam da mesma forma do processo de modernização do território. (MONTENEGRO,2006, p.54)

Através dos dados expostos acima, sabe-se que o distrito de São Mateus não é uma área de preferência para acolher as atividades do circuito superior; o distrito, na minha percepção, é uma “periferia consolidada” e as atividades que circulam nesse espaço fazem parte da dinâmica do circuito inferior. Sabe-se que “Nos distritos mais pobres, a oferta de emprego e as remunerações obtidas são também, de modo geral, mais reduzidos se comparadas aos demais distritos.” (POCHMANN apud MONTENEGRO, 2006, p.75)

Segundos Santos e Silveira (2001), as atividades do circuito inferior estão diretamente vinculadas ao conteúdo do território, isto é, “[...] dependem da sociedade próxima e das virtualidades materiais locais; [...]” (p.291). No caso da agricultura urbana, o aproveitamento da base material, que seriam os terrenos “ociosos” da AES-Eletropaulo, é fundamental para existência da atividade. Grande parte dos agricultores urbanos viram no uso das áreas de servidão uma oportunidade para exercerem a prática agrícola na cidade. Como já foi dito, São Mateus é um distrito residencial e os agricultores são moradores do próprio distrito. Através das entrevistas diretas e indiretas, sabe-se que tais indivíduos não teriam condição de adquirir terrenos similares aos que utilizam.

Os tamanhos dos terrenos variam muito, segundo Patrícia, não existe uma metragem única, os tamanhos tendem a variar bastante, principalmente entre distritos, porém, ela não soube explicar por que isso ocorre. Entre as áreas visitadas, a com maior tamanho, possui uma metragem de 8.040 metros², sendo dividido entre quatro famílias, o segundo maior tem uma metragem de 6.000 metros² e é utilizado por uma única família, os outros três terrenos são menores, tendo aproximadamente 1.200 metros².

Horta em São Mateus com torres de alta tensão:

Árvores de pequeno porte marcado a caminho que separa as hortas, a esquerda pequena área de estufa para cultivo de alimentos mais “sensíveis” e ao fundo com duas torres de alta tensão.



Foto: Leticia Machado

O preço do metro² na região é de aproximadamente 3.574 reais²⁶, se notarmos que a renda per capita do distrito é de um salário mínimo, compreendemos a inviabilidade de compras de terrenos tão grandes por esses trabalhadores.

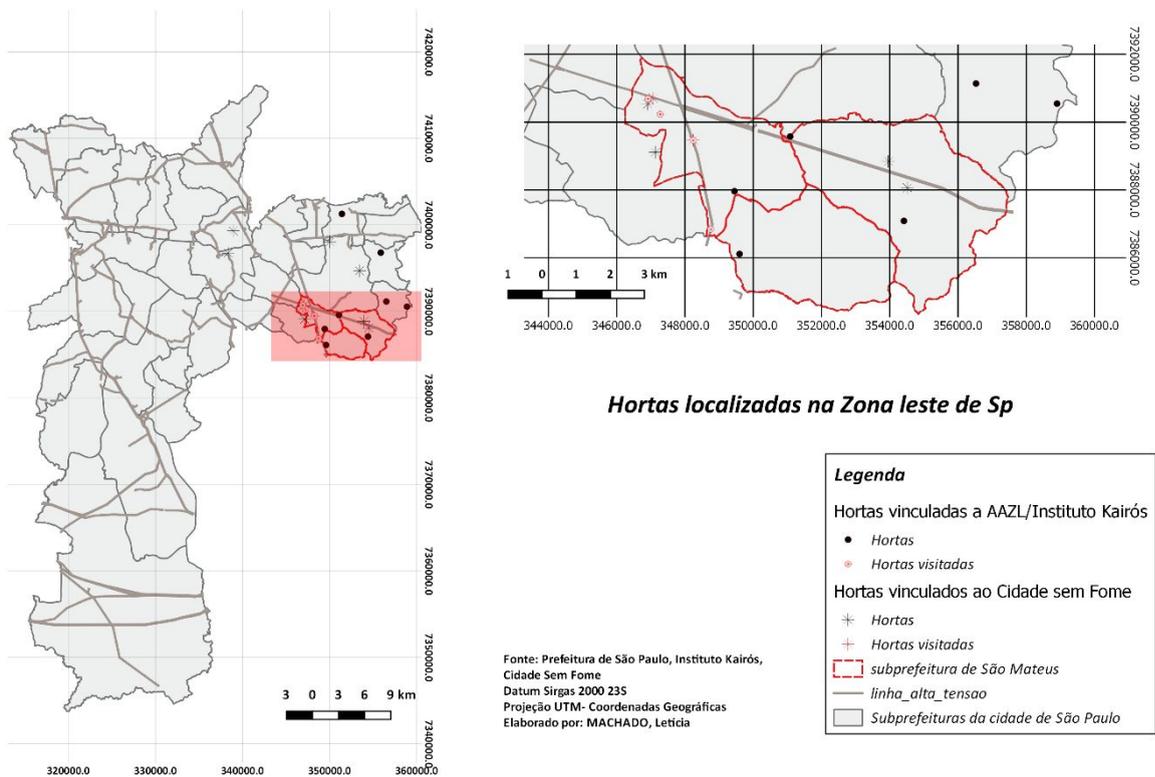
Santos (2008) destaca que o circuito inferior “[...] encontra sua integração localmente [...]”. O circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e na sua região,

²⁶ Segundo o site: <https://www.agenteimovel.com.br/mercado-imobiliario/a-venda/sao-mateus,sao-paulo,sp/> acessado em: 15/07/2017

enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região. ” (p.48)

Ou seja, os agentes do circuito inferior, conseguem perceber ao seu redor nichos de atividades produtivas que podem gerar renda, é uma forma de flexibilização e adaptação à conjuntura local. No caso, da agricultura urbana ocorreu com um incentivo do governo para ocupação desses terrenos; como já dissemos antes, esse projeto foi descontinuado, contudo, a procura pelos comodatos aumentou, assim como houve uma expansão na busca de informações sobre a prática da agricultura urbana na Associação dos Agricultores da Zona Leste. (Abaixo mapa da localização das hortas na subprefeitura de São Mateus)

Hortas na zona leste de Sp - Ênfase para a região de São Mateus



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Instituto Kairós

Dos oito agricultores entrevistados, seis são migrantes vindos do Nordeste, entretanto, na reunião da Associação e visitas a campos, percebi que a maioria dos agricultores são ou descendem de migrantes, e a grande maioria veio de cidades rurais. São, em maior número, pessoas com mais de 55 anos e que vivem em São Paulo a mais de 30 anos. Maria Laura

Silveira (2015) coloca que a migração é inerente a lógica do circuito inferior, a migração, nesse caso, vinculado à lógica fundiária que persevera no país - concentração de terras e a tecnificação dos meios de produção – “expulsa” os trabalhadores do campo. Entretanto, esse é somente um dos fatores, um outro fator relevante é a vontade do consumo.

Nas conversas realizadas, perguntei sobre a vinda para São Paulo e os entrevistados contaram um pouco de suas histórias. O entrevistado número cinco contou que trabalhava na roça até sua família perder a propriedade para o banco, foi quando migrou para São Paulo; os entrevistados 1, 5 e 8 migraram para fugir da pobreza; já o entrevistado 6 migrou por causa da família. Ao indagar sobre a escolha por São Paulo, eles afirmaram que queriam viver melhor e “poder ter as coisas”, ou seja, consumir coisas e objetos que não teriam condição de ter se morassem em outras localidades. Pelas falas dos entrevistados, entendi que, para eles, consumo está associado a qualidade de vida. Santos (1990) expõe que as pessoas acreditam que é melhor ser pobre na cidade do que no campo, a ideia é que o pobre que mora nas áreas urbanas consegue se inserir na lógica do consumo.

Sete dos entrevistados, antes de praticarem a agricultura, tiveram outras ocupações, também vinculadas ao circuito inferior. Três dos entrevistados trabalharam de faxineiras ou diaristas, um trabalhou no setor do comércio como vendedor, um era ambulante na região da 25 de março, um trabalhou em empresa na parte administrativa. Santos (2008) coloca que “O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital.” (p.45)

Indaguei sobre a mudança de emprego e como chegaram na agricultura urbana, a maioria informou que a idade foi fator central para mudança de atividade. Dos entrevistados cinco são aposentados e buscavam uma atividade que complementasse a renda familiar, o fato da atividade ser realizada perto de casa acaba sendo um grande atrativo, pois, como eles afirmam, o deslocamento para outras localidades é demorado e cansativo. Um não conseguia emprego por conta de problemas na coluna e outro percebeu na agricultura uma maneira de ganhar mais dinheiro, com a vantagem de trabalhar perto de casa.

A questão da idade foi algo bem presente na fala os agricultores, eles afirmam que após os 50 anos é difícil conseguir um emprego “estável”, e que trabalhar na horta oferece uma maior segurança, mesmo o terreno não sendo deles. Verifica-se que existe uma seletividade, mesmo nas atividades vinculadas ao circuito inferior, e a idade é uma variável

considerável no processo de vulnerabilização do indivíduo, principalmente dos indivíduos de baixa renda.

O nível de escolaridade entre os agricultores não é alto, a maioria não terminou o ensino médio, em relato o entrevistado 3 contou que só terminou os estudos, em São Paulo, pelo sistema de supletivo; já o entrevistado 1 disse que a rotina era muito puxada entre trabalho e família e não teve condições de concluir os estudos. Somente um dos entrevistados fez faculdade. Santos (2008) coloca que o circuito inferior se torna um abrigo para os indivíduos, desprovidos de capital e de qualificação profissional, que essas pessoas encontram ocupações mais diversas, mesmo que insignificantes ou aleatórias. (p.202).

As dinâmicas das hortas necessitam de “capital humano” intenso, o trabalho acontece de segunda a segunda e se caracteriza por ter um perfil familiar, além de ser uma atividade de trabalho intensivo, não exige uso de tecnologias avançadas, mas exige cuidado constante. Entre os entrevistados, somente uma pessoa contrata mão de obra temporária. Grande parte dos entrevistados, direta e indiretamente, já possuíam alguma experiência na prática da agricultura, o que facilitou em exercer tal atividade. Entre os jovens que praticam agricultura urbana, a maioria estudou em uma escola técnica local, Tabor, que ensina agricultura com preceitos agroecológicos.

Santos (2008) assevera que o circuito inferior se apoia no consumo. No distrito de São Mateus existem atualmente duas dinâmicas de vendas: os agricultores que vendem nos terrenos e os agricultores que vendem nas feiras, existe também agricultores que participam das duas frentes.

Os agricultores que vendem somente nos terrenos ou estão melhores localizados, pertos de avenidas mais movimentadas, ou não possuem infraestrutura e produção suficientes para vender em feiras, o que, na concepção desses agricultores, não valeria a pena no processo de deslocamento.

Existem quatro pontos de vendas na zona leste: a mais tradicional é a feira da agricultura limpa, realizada aos sábados no Parque do Carmo, tem também a feira do CERET (Centro Esportivo Recreativo e Educativo do Trabalhador), a feira dentro do Sesc Itaquera e a mais recente localidade é a feira orgânica do Mooca.

A agricultura urbana praticada em São Mateus tem um diferencial, os alimentos produzidos são orgânicos ou agroecológicos, o que abarca um novo nicho de consumidores, em especial, os consumidores que compram os alimentos nas feiras são de classes mais

abastadas dessas localidades, que optam por alimentos “limpos”, “sem veneno”. Santos (2008) coloca que a classe média tende a recorrer ao circuito inferior para os consumos mais recorrentes como os de produtos alimentícios. (p.51)

Existe um processo de fidelização dos clientes, os próprios agricultores afirmam que possuem clientes cativos. Segundo um dos entrevistados cativar o cliente é fundamental, pois “se você trata bem o cliente, explica a qualidade do seu produto, ele gosta e volta né, ainda por cima compra mais”. Nas feiras é comum que alguns agricultores levem aperitivos feitos com os alimentos à venda para mostrar a “possibilidades” para os clientes.

O contato direto com o cliente abre lacunas, que são: a maleabilidade da produção e a decisão do que será cultivado, a qual sofre uma influência do mercado, ou seja, da procura dos clientes. Os alimentos mais vendidos são as hortaliças e o temperos, com destaque para o coentro. Outra lacuna é a da discussão do preço – atividade vista somente nas vendas realizadas nos terrenos -, é comum o cliente pedir um desconto ou “chorar” uma verdura maior ou maço de tempero mais “gordo”.

Uma das formas de influência do circuito superior pode ser percebida na inserção da tecnologia no dia a dia do agricultor. Um exemplo marcante é o uso do telefone celular, principalmente do aplicativo WhatsApp para manter contato com os clientes. É normal que no dia anterior o cliente mande uma mensagem perguntando quais alimentos serão vendidos, reservando alguns para retirada. Nessa ação é perceptível o vínculo da confiabilidade, já que, quando o agricultor guarda o alimento, ele impossibilita a venda para outro possível comprador.

O processo que mostra a influência do circuito superior nas dinâmicas do circuito inferior está no processo de financeirização. Recentemente, a Associação dos Agricultores da Zona Leste adquiriu uma máquina de cartão com o intuito de dinamizar as vendas.

A variedade de formas de pagamento presentes no circuito inferior é outro elemento novo que caracteriza este circuito atualmente e que expõe, por sua vez, a relação do circuito inferior com uma das variáveis centrais do período, ou seja, com as finanças. A banalização do acesso aos cheques e aos cartões de débito e crédito vem invadindo o circuito inferior, transformando sua relação com a finanças e com o crédito. (MONTENEGRO,2006, p.91)

No debate o sobre processo organizacional da atividade, falarei um pouco sobre a AAZL. Os agricultores se juntaram em uma associação, denominada de Associação dos

Agricultores de São Matheus, que depois se transformou na Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL), que surgiu em 2009. A AAZL é formada, atualmente, por 29 associados, num total de 10 hortas, sendo composta por um presidente, eleito pelos associados, e três suplentes, cada qual com uma função específica.

A associação é uma importante forma de articulação entre os agricultores. Segundo os associados, ela ajuda no “fortalecimento da agricultura urbana na zona leste da cidade”. A maioria dos entrevistados destaca a importância da associação, que é vista como um conjunto de pessoas com as mesmas “necessidades” que brigam por políticas públicas, o que ajuda valorizar o trabalho do agricultor.

A associação possibilita ao agricultor ter maior poder de “negociata”, seja negociando compras de insumos, sementes e afins. Como aumenta seu poder de “barganha” em discussões sobre a criação de Políticas Públicas específicas, além de auxiliar na troca de informações entre os próprios agricultores.

É através do trabalho da associação que se obteve o acordo para criar a feira no Sesc Itaquera - atualmente, há negociação para montar uma feira no Sesc Belém - e a busca para expansão das áreas de vendas dos alimentos produzidos. Existe um nível baixo de burocracias, existentes na maioria das associações, que envolve a questão da emissão de notas fiscais, além de questões administrativas.

Santos (2008) coloca que o circuito inferior pode ser central ou residencial, essa compreensão difere-se através do comportamento de cada uma. “[...]. Nos bairros, é a necessidade de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro que explica a presença do circuito inferior.” (p.350)

Coloco aqui que a agricultura urbana está associada ao circuito inferior residencial, pelo local onde se encontra e, principalmente, pela sua organização. Toda a dinâmica que ocorre ao redor dessa atividade produtiva acontece no âmbito local, produção, consumo e circulação.

4.2.2 A Agricultura Urbana o debate sobre Desenvolvimento Sustentável e o papel das Ongs.

A Agricultura Urbana é idealizada como uma das formas de se alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da nova agenda do milênio da ONU. A pesquisa teve como intuito inicial tentar entender o que seria o desenvolvimento sustentável e se a agricultura

urbana realizada no extremo leste da cidade de São Paulo era compatível com as concepções que cercam tal conceito.

Para isso, foram selecionados para a análise os objetivos que, em sua formulação, abordavam, de alguma forma, a questão da agricultura urbana. Sendo eles: Erradicação da pobreza; Fome zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem-Estar; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção responsáveis; Ação Contra a Mudança Global do Clima. Avaliou-se cada um desses objetivos à luz das informações coletadas durante os trabalhos de campo.

- Erradicação da pobreza e Fome Zero: é notável que a agricultura urbana em São Paulo atinge essas duas metas, seja por ser praticada por pessoas que normalmente estão mais vulneráveis, como os idosos e jovens, seja por servir tanto quanto fornecedora de alimentos para auto sustento das famílias como por aumentar a acessibilidade de alimentos saudáveis em áreas menos abastecidas como esse tipo de alimentos.
- Agricultura Sustentável e Saúde e Bem-Estar: vinculei aqui a produção de orgânicos e agroecológicos. Acredita-se que o consumo excessivo de alimentos contaminados por agrotóxicos causa uma série de mazelas para a saúde e, nesse sentido, a opção de se ter alimentos limpos é de extrema importância, principalmente em locais menos privilegiados. Todos os agricultores entrevistados produzem alimentos orgânicos, em muitos casos utilizando preceitos agroecológicos. Essa forma de produção é tão importante para os agricultores que uma parte deles estão no processo de transição de forma de produção para a obtenção certificado participativo, que certifica o alimento como orgânico.
- Consumo e Produção Responsáveis: Outro ponto que é abordado pela agricultura urbana, praticada na zona leste do município, uma vez que todos os entrevistados trabalham com compostagem, para assim evitar o uso de produtos químicos. Dando uma nova finalidade para o lixo orgânico urbano, o processo compostagem que é realizado por todos os entrevistados ajuda na produção de insumos importantes para a prática e também auxilia na diminuição do excesso de resíduos produzidos nas cidades. Além disso, quase

todos os agricultores têm pelo menos uma cisterna para captação da água da chuva, tentando produzir alimentos causando menor impacto possível para as localidades. Ademais, alguns agricultores possuem o plano de produzir uma estufa para poder cultivar as próprias mudas, um deles possui até uma estufa em fase experimental.

Resíduo em processo de compostagem:

Na foto abaixo observa-se resíduos em processo de compostagem, ao fundo o resíduo já pronto- terra solta e mais escura e embaixo das lonas os resíduos que estão sendo preparados para o processo de compostagem –

Horta localizada no bairro Jardim Imperador



Foto: Leticia Machado

- Cidades e Comunidades Sustentáveis: A agricultura urbana está associada à dispersão de alimentos nutritivos em áreas periféricas através do abastecimento e da acessibilidade aos alimentos frescos. Ela amplia as áreas de solos não compactados, o que auxilia na absorção da água da chuva pelo solo, além disso como já foi dito é comum o uso de cisternas, o que ocasiona em um processo de captação da água da chuva diminuindo o consumo de água da Sabesp. Como já foi exposto no início do capítulo, a região se expandiu na várzea do Tiete com o Tamanduateí, o que aumenta a possibilidade de enchentes na região.

Outro ponto positivo da prática da agricultura urbana é o uso dos terrenos “ociosos”, reafirmando que, se não fosse pela utilização dessas áreas a prática da agricultura urbana ficaria bem limitada. O uso dessas áreas tem dupla função, a social de gerar renda através da produção de mercadorias e também a ampliação das áreas verdes. Como notou-se nos trabalhos de campo, ao observar os terrenos de áreas de servidão “vazias”, aqueles que não possuem uma, normalmente uma re-função, frequentemente são áreas de terreno batido se

tornando depósito de lixo, enquanto as áreas destinadas a agricultura cumprem um papel ambiental e social.

Como vemos no mapa abaixo, o distrito de São Mateus ainda tem redutos de áreas verde, de Mata Atlântica. Smit (2000) expõe que é importante aumentar o número de áreas verdes perto de redutos de preservação, principalmente pelo aumento da microfauna local e multiplicação de polinizadores que ajudam na dinâmica dessas localidades.

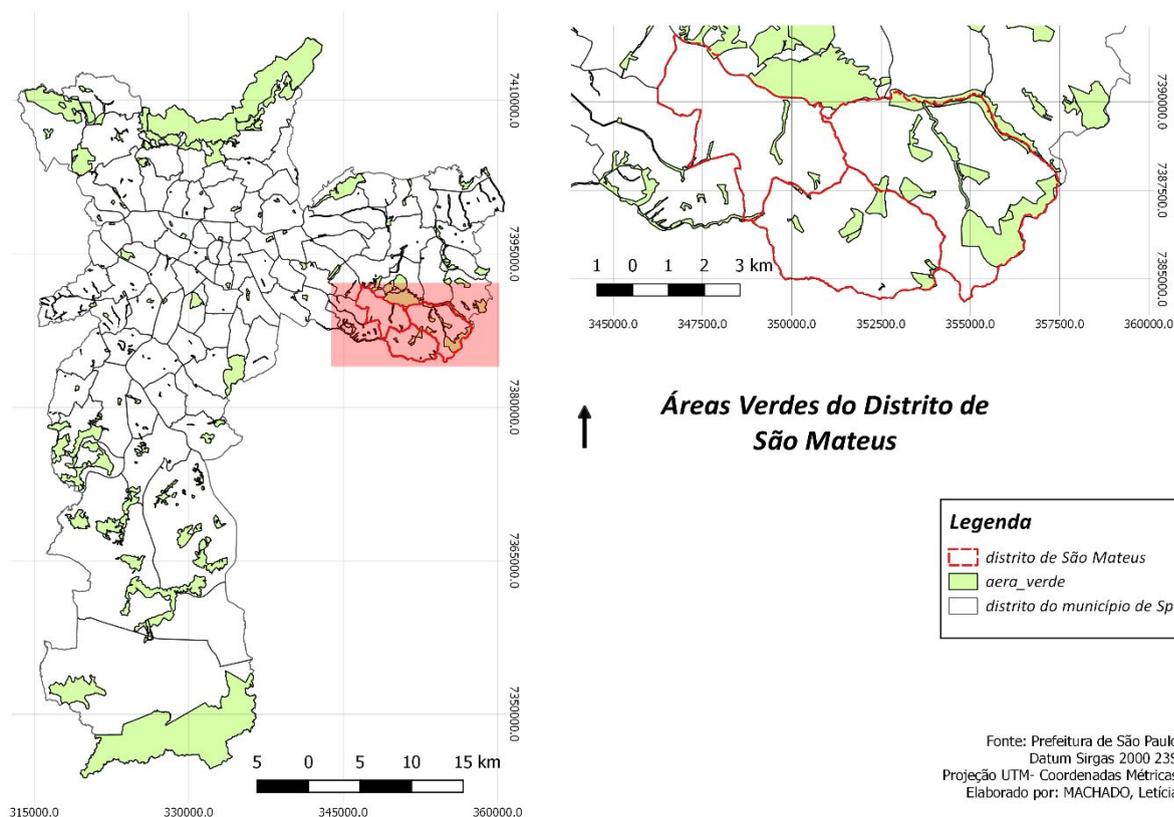
Viveiro para a produção de mudas orgânicas e flores:

Pequeno viveiro para a criação e mudas de plantas ornamentais e fitoterápicas, normalmente viveiros são rústicos, com tela preta de proteção.



Foto: Leticia Machado

Mapas das áreas verdes do município de Sp- Ênfase para a região da Subprefeitura de São Mateus



Fonte: Prefeitura de São Paulo, Geosampa.

Por fim, a agricultura urbana também pode ser relacionada com a questão de gênero e a perspectiva do direito da mulher. Metade dos entrevistados eram mulheres ou a mulher era a principal responsável pela organização da horta, mesmo nos casos em que trabalhava com o marido.

Mesmo auxiliando em tantas metas para melhoria das cidades, essa atividade ainda é pouco incentivada pelos governos. Apesar dos projetos apoiados pela prefeitura, eles são poucos se pensarmos na dimensão da cidade de São Paulo. Além disso, a prerrogativa de evolução da A.U na cidade não é feita pelo Estado, e sim pelas organizações da sociedade civil que se apropriam das brechas para causar um impacto positivo.

O papel das organizações não governamentais (ONGS) é muito importante para o fortalecimento da agricultura no distrito de São Mateus. Conversei com as duas principais ONGS que trabalham com a temática da agricultura urbana na região, são elas: "Cidades sem Fome" e "Instituto Kairós".

A ONG Cidade Sem Fome se define como:

A CIDADES SEM FOME é uma organização não governamental (ONG) que desenvolve projetos de agricultura sustentável em áreas urbanas e rurais, baseados nos princípios da produção orgânica. Seu objetivo é levar a autosuficiência financeira e de gestão para os beneficiários dos projetos. Desenvolve projetos de Hortas Comunitárias, Hortas Escolares e Estufas Agrícolas utilizando espaços, áreas públicas e particulares precárias que não possuem uma destinação específica, para criar oportunidades de trabalho para pessoas em vulnerabilidade social e melhorar a situação alimentar e nutricional de crianças e adultos [...] (CIDADE SEM FOME, 2015)

Conversei com o Hans Dieter, fundador da ONG que foi muito solícito e auxiliou no primeiro contato com as hortas. Hans tem um discurso ativista sobre a importância da acessibilidade aos alimentos e sobre como a agricultura urbana é uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável das cidades e, principalmente, para a geração de empregos e renda no distrito. O papel da ONG é de auxílio técnico, a Cidade Sem Fome possui um engenheiro agrícola que auxilia no manejo das hortas e na produção orgânica dos alimentos. Entre os agricultores entrevistados, alguns demonstraram ter um apreço especial pelo trabalho realizado pela ONG.

A ONG em 2014 participou do FEMA, com bolsas de suporte financeiro para que os agricultores se mantivessem na atividade produtiva. Além disso, a ONG é responsável pela divulgação da agricultura urbana praticada na zona leste de São Paulo, falando do projeto em diversos programas de televisão.

Outro papel que a ONG vem realizando é o contato com as empresas de energia para a obtenção de comodatos, com intuito de auxiliar a população local e dispersar a prática da agricultura pela cidade.

Já o Instituto Kairós auto define suas atividades da seguinte maneira:

Missão

O Instituto Kairós – Ética e Atuação Responsável é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2000, que fomenta novas práticas de Produção, Distribuição, Comercialização e Consumo Responsáveis (PDCCR), através da experimentação direta, da articulação de redes e políticas públicas e da produção e disseminação de conhecimentos – em prol da construção de uma sociedade mais justa, sustentável e saudável.

Valores

A instituição adota a prática e o fomento da autogestão e desenvolve suas ações de acordo com os princípios e propostas da Economia Solidária, Agricultura Camponesa/Familiar, Agroecologia e Soberania Alimentar.

Objetivos Estratégicos

- Promover o diálogo, a produção de conhecimento e a integração entre campo, floresta e cidade, na ótica das relações de PDCCR.
- Organizar, qualificar e conectar as práticas solidárias e sustentáveis de PDCCR – em especial na na Região Metropolitana de São Paulo -, para atendimento da demanda pública e privada de produtos orgânicos e solidários.

- Atuar junto às comunidades tradicionais da Região Metropolitana de São Paulo e da Amazônia, no fomento à segurança alimentar, e ao desenvolvimento de práticas de PDCCRs.
- Incidir na construção, implementação e controle social de políticas públicas em todas as esferas governamentais, defendendo projetos relacionados à sua missão e à esses objetivos estratégicos.
- Ser uma instituição sustentável do ponto de vista financeiro, autogestionária e preocupada com a promoção do bem viver para seus sócios, colaboradores, fornecedores e parceiros.

(INSTITUTO KAIRÓS, n.d., grifo do autor)

Atualmente, com apoio do edital FEMA número 10, que entrou em vigor em 2015, o instituto trabalha junto a AAZL com projeto de certificação de orgânicos, transição para produção agroecológica e fortalecimento da associação. Os projetos do FEMA têm duração de dois anos.

O trabalho realizado pelo Kairós é de grande importância para que a agricultura urbana, que é praticada na zona leste, tenha essa compatibilidade com os ideais do desenvolvimento sustentável, entende-se que o trabalho que eles realizam junto aos agricultores ajudou a difundir esses ideais nas falas dos próprios agricultores.

Os agricultores fazem várias menções ao instituto, sobre os cursos que realizaram em parceria com o Kairós e como o auxílio da ONG foi importante para o fortalecimento da associação. Segundo o entrevistado sete, a ação do Kairós é de ensinar os agricultores, sem criar vínculo de dependência, para que eles próprios consigam lidar com as mais diversas situações e também com as adversidades, afinal, com o fim do edital, não necessariamente o Instituto conseguirá verba para continuar com os projetos.

Aqui entendemos que as organizações da sociedade civil ocupam as lacunas deixadas pelo Estado para operarem e, assim, causar um impacto positivo na construção das cidades. Ao indagar sobre os projetos criados pelo município, como: a "Casa do Agricultor" ou a "Escola Estufa", a maioria dos agricultores nunca utilizaram ou participaram das atividades que ocorrem nesses espaços, alguns nem sequer sabiam da existência desses projetos.

A ajuda do município à prática da agricultura é feita mais na vertente de financiar projetos pelo FEMA - que abre editais específicos, sempre na temática ambiental - ou com o suporte financeiro, através do POT (Programa Operação Trabalho²⁷), que dá um auxílio de

²⁷ O POT é coordenado pela secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. O projeto que participam alguns agricultores é o Hortas e Viveiros e "Tem por objetivo a formação de agentes multiplicadores locais, para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação de projetos de agricultura urbana que devem gerar trabalho e renda e contribuir para preservar e recuperar recursos naturais na cidade." (PREFEITURA DE SÃO PAULO, n.d)

uma bolsa no valor do salário mínimo ou pouco mais - depende das horas trabalhadas -, para que pessoas, em bairros da periferia, mantenham em suas atividades, funcionando, assim, como um suporte financeiro.

O Estado, então, se abdica de criar políticas públicas²⁸ estruturais e age através de projetos pontuais, normalmente, de caráter financeiro e não ativo - ou seja, ele não atua diretamente no projeto -, retirando de si a responsabilidade organizacional dessas localidades e colocando essa função às ONGs.

Um exemplo palpável dessa abdicação do Estado pode ser averiguada na fala de Patrícia, ao conversamos sobre a obtenção de comodatos, ela informou que eles pretendem dar a autorização para secretarias municipais ou ONGs, como responsáveis pelas áreas. Interpelei sobre o interesse de alguma secretaria, ela me informou que momento as negociações estavam sendo feitas com as ONGs locais.

Patrícia também informou que está sendo criado um instituto, que teria uma nova proposta de impacto social, e tomaria conta dessa questão dos comodatos e da valorização da agricultura urbana. Na fala dela, ela coloca a agricultura urbana como uma atividade produtiva que gera um impacto ambiental e social positivo. Por esse motivo se encaixa nos ideais da empresa e nos projetos de impacto social positivo que a empresa deseja realizar. Contudo, destaca a importância de realizar parcerias com ONGs e instituições que tenham as mesmas convicções da empresa. Além disso, afirma que eles estão buscando parcerias que se consolidem com o tempo e têm como foco central a articulação com a comunidade local.

A busca de soluções positivas para os usos desses terrenos “ociosos” deveriam ser também responsabilidade do município. Compreende-se que o uso dessas áreas tem uma função social, principalmente, nas regiões periféricas e auxilia na expansão de uma atividade produtiva que, como vimos, gera uma série de impactos positivos e ajuda uma parcela vulnerável da população a obter renda.

²⁸ É necessário fazer um adendo

Produção pronta para a colheita:

Cultivos de almeirão, couve e alface prontos para a colher, na divisória entre os canteiros foi plantada cebolinha, para “otimizar” o uso do terreno e evitar que pragas ataquem as culturas principais.



Foto: Letícia Machado

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve o intuito de compreender a dinâmica da agricultura urbana praticada na zona leste de São Paulo. Para isso primeiramente foi feita uma análise do urbano onde a prática está inserida, ou seja, a cidade de São Paulo.

Foi possível concluir que o processo de modernizações, que se reflete na seleção específica do espaço, age com mais força nos países subdesenvolvidos. Esse processo cria centralidades bem estruturadas e ricas e uma periferia pobre e vulnerável, contudo, como falamos de modernizações, aceitamos a perspectiva de Torres que difere a periferia em duas segmentações são elas: periferia consolidada e fronteiras urbanas.

O distrito de São Mateus foi analisado como uma periferia consolidada, nessa compreensão entende-se que o distrito possui bons acessos a serviços básicos, abrindo espaços para que os moradores locais exponham outras necessidades. Apesar disso, a renda per capita dos moradores é baixa e a prática da agricultura urbana surge como uma forma de obter renda, ou seja, uma atividade produtiva. A partir dessas premissas foi aplicada a teoria dos circuitos da economia urbana, elaborada pelo geógrafo e intelectual Milton Santos, para que fosse possível analisar quem são as pessoas que praticam a agricultura urbana e como essa atividade se encaixa no processo organizacional da cidade de São Paulo. Pode se concluir que a agricultura urbana é uma atividade do circuito inferior periférico, levando em consideração o local da prática e como ela é estabelecida. Isso aumenta a importância da agricultura urbana, pois ela possibilita a geração de renda a uma parcela da população mais vulnerável além de aumentar a acessibilidade a alimentos frescos em áreas onde a insegurança alimentar tende a ser maior.

Por fim realizou-se uma análise do impacto que a prática da agricultura urbana pode gerar na região onde está inserida, observou-se que o impacto é positivo concluindo que a agricultura urbana é uma prática pouco incentivada pelo Estado carecendo de políticas públicas específicas para seu desenvolvimento. Como mostra a análise feita no capítulo 4 as políticas públicas que existem são irrisórias, normalmente voltadas para a questão ambiental no qual o debate da agricultura urbana está inserido na cidade de São Paulo.

Entende-se então que as ONGS são as principais responsáveis pela organização e suporte aos agricultores para incentivo da prática da agricultura. Elas articulam a prática tanto

a geração de renda como a melhorias na cidade e também relacionam a A.U aos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU.

Analisando os impactos da agricultura urbana tanto aos aspectos associadas ao ODS como as análises feitas por pesquisas realizadas pelo IDRC, conclui-se que a agricultura urbana gera um impacto positivo na cidade, ainda mais por utilizar terrenos “ociosos” que normalmente estão sem supervisão dos responsáveis virando áreas de depósitos de lixo o que é prejudicial para as comunidades que vivem no entorno dessas áreas.

A agricultura urbana deve ser vista não só como uma opção, mas também como uma atividade produtiva importante que deve ser valorizada e ampliada. É necessário romper com a ideia de que as atividades correlacionadas ao circuito inferior são pejorativas, é preciso entender que nos países subdesenvolvidos são as atividades do circuito inferior as principais geradoras de renda para grande parte da população.

Concluimos com uma parte do “Espaço Dividido” na qual Milton Santos (2008) destaca a importância do circuito inferior para a compreensão da realidade urbana.

É necessário doravante levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana e encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos. (p.23)

5 BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, A. E. *Subúrbios Orientais de São Paulo*.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro : ONU/FGV, 1987.

GIACCHÉ, Giulia; PORTO, Lya. *Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas*. Informações Econômicas, São Paulo, v. 6, n. 45, p.45-60, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerIE.php?codTexto=14092>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, fev. 1997. Disponível em: <http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/LayrarguesEcoDesenvolvimento.pdf>. Acesso 20/05/2017.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*; tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEITE, Carlos. *Cidades Sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MONTEIRO, Carlos Augusto. *A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil*. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, Aug. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002&lng=en&nrm=iso Acesso: 20/05/2017.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-140750/pt-br.php>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

MONTENEGRO, Marina Regitz. *O circuito inferior no centro de São Paulo frente as dinâmicas da globalização e ao uso corporativo do território*. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 2, n. , p.42-53, 2010.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável-conceitos e princípios*. Textos de Economia. Florianópolis, v. 4, a. 1, p. 131-142, 1993.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/6645/6263>
Acesso em: 20/05/2017.

MOUGEOT, Luc (Org.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. A reader on urban agriculture*. Ottawa: Idrc, 2000a.

MOUGEOT, Luc. *Agricultura Urbana: Conceito e Definições*. Revista de Agricultura Urbana, Ottawa, v. 1, n. 1, p.n.d., jul. 2000. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

NAKAMURA, Angelica Campos. *Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo*. 2016. 304 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09032017-090516/pt-br.php>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

OLIVEIRA, Filipe Viera de. *Urbanização e Formação socioespacial da Zona Leste da Cidade de São Paulo:: Aspectos Históricos e forma Urbana*. *Arq.urb*, São Paulo, v. 0, n. 17, p.4-21, set. 2016. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-17/1-filipe-de-oliveira.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global*. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 312, 2001.

ROSTICHELLI, Michele. *Entre a Terra e o Asfalto: A região metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana*. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*; tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel. 1993.

SACHS, Ignacy. *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*, Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Milton. *O espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. 2.ed., 1.reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo*. 2.ed, 1.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEABRA, Odete. *São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia*. In: CARLOS, A.F.A; OLIVEIRA, A.U (ORG). *Geografias de São Paulo: 1 Representação e crise da Metrôpole*. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, M.L. *São Paulo: os dinamismos da pobreza*. In: CARLOS, A.F.A; OLIVEIRA, A.U (ORG). Geografias de São Paulo: 1 Representação e crise da Metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. *Metropolização e circuitos da economia urbana*. In FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R.C. Desafios da metropolização do Espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SMIT, Jac. *Agricultura Urbana e Biodiversidade*. *Revista de Agricultura Urbana*, Ottawa, v. 1, n. 1, p.n.d., jul. 2000. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1biodiversidade.html>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paula. Pobreza e Espaço: *padrões de segregação em São Paulo*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p.97-128, abr. 2003.

Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/revista/atores/haroldo-da-gama-torres>>. Acesso em: 01 jul. 2017

Principais Sites Consultados:

Secretária Municipal de Trabalho e Empreendedorismo:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=610

Secretária Municipal do Verde e do Meio Ambiente:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/

Subprefeitura de São Mateus:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/sao_mateus/historico/index.php?p=438

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE): <http://www.seade.gov.br/>

Prefeitura Municipal de São Paulo:

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?cat=10&titulo=Sa%FAde>